

***INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES  
CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL GENERAL***

**2010 / 2011**



**TII**

**O DIREITO DE ACESSO AOS DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS  
E A SALVAGUARDA DA SEGURANÇA NACIONAL**

**DOCUMENTO DE TRABALHO**

O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO NO IESM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOUTRINA OFICIAL DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS

***Carlos Alberto Baía Afonso  
Coronel de Cavalaria***



**INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES**

**O DIREITO DE ACESSO AOS DOCUMENTOS  
ADMINISTRATIVOS E A SALVAGUARDA DA  
SEGURANÇA NACIONAL**

**Carlos Alberto Baía Afonso**  
**Coronel de Cavalaria**

Trabalho de Investigação Individual do CPOG 2010/2011

Lisboa, 2011



**INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES**

**O DIREITO DE ACESSO AOS DOCUMENTOS  
ADMINISTRATIVOS E A SALVAGUARDA DA  
SEGURANÇA NACIONAL**

**Carlos Alberto Baía Afonso**

**Coronel de Cavalaria**

Trabalho de Investigação Individual do CPOG 2010/2011

Orientador: COR INF TIR Rui Fernando Baptista Moura

Lisboa, 2011



## **AGRADECIMENTOS**

Ao orientador deste trabalho, COR INF TIR Rui Fernando Baptista Moura, expresso o meu elevado apreço pela permanente disponibilidade e inextinguível apoio manifestado através das oportunas e esclarecidas sugestões formuladas durante o seu desenvolvimento.

Aos entrevistados e demais contactos pessoais, uma palavra de reconhecimento pela relevante colaboração dispensada na identificação de pistas, recomendação de fontes e em oportunos conselhos.

Destes, cumpre-me destacar o Sr. Vice-Almirante Torres Sobral, Autoridade Nacional de Segurança e os oficiais que servem no Gabinete Nacional de Segurança, realçando a gentileza e o espírito de colaboração manifestados através de diálogos francos e abertos que me permitiram aprofundar os conhecimentos sobre o tema.

Aos camaradas do curso, a minha gratidão pela inequívoca camaradagem, contínuo apoio e especial colaboração na revisão do texto.

A todos, os meus sinceros agradecimentos.



## ÍNDICE

Agradecimentos .....	ii
Índice .....	iii
Resumo .....	v
<i>Abstract</i> .....	vi
Palavras – Chave e <i>Key Words</i> .....	vii
Lista de Abreviaturas.....	viii
<b>Introdução</b> .....	1
a. Relevância do estudo e enquadramento do tema.....	1
b. Objecto do estudo e sua delimitação .....	2
c. Objectivos da investigação .....	2
d. Metodologia: Questão central, questões derivadas e hipóteses.....	3
e. Estrutura do estudo .....	4
<b>1. O Direito de Acesso aos Documentos Administrativo</b> .....	5
a. Administração Pública e actividade administrativa pública.....	5
b. Cidadania e transparência.....	6
c. Do regime de acesso .....	9
(1) O Código do Procedimento Administrativo .....	9
(2) A Lei do Acesso aos Documentos Administrativos .....	10
(3) O Regime dos Arquivos Públicos .....	12
d. A Protecção dos dados pessoais .....	13
e. Síntese conclusiva .....	15
<b>2. A Salvaguarda da Segurança Nacional</b> .....	16
a. A Segurança Nacional .....	16
b. Das restrições ao acesso .....	17
c. Legislação enquadrante das matérias classificadas .....	18
(1) A Constituição da República Portuguesa .....	18
(2) O segredo de Estado .....	19
(3) Outros normativos nacionais.....	22
(4) Normativos de organizações internacionais .....	23
d. Normas restritivas inseridas em legislação específica .....	24
(1) Nas legislações de acesso .....	24
(2) Na Lei de Segurança Interna .....	25
(3) Na legislação dos Serviços de Informações .....	26



e. Síntese conclusiva .....	27
<b>3. A eficácia dos regimes que regulam as matérias classificadas .....</b>	<b>28</b>
a. O enquadramento normativo .....	28
(1) A Constituição da República Portuguesa .....	28
(2) Os regimes de classificação.....	28
(a) A Lei do Segredo de Estado.....	28
(b) Outros normativos nacionais.....	30
(c) Normativos de organizações internacionais.....	31
(3) Outros regimes específicos.....	31
(a) Leis enquadrantes dos Serviços de Informações .....	31
(b) Lei de Segurança Interna.....	31
(c) Lei da Defesa Nacional .....	32
(4) Os códigos penais e de processo penal.....	32
(5) Os regulamentos e estatutos disciplinares.....	34
b. O Gabinete Nacional de Segurança.....	35
c. Síntese conclusiva .....	36
<b>Conclusão .....</b>	<b>38</b>
a. Conclusões.....	38
b. Recomendações .....	42
Bibliografia.....	45
Entrevistas e contactos pessoais .....	55

#### **Apêndices:**

Apêndice 1 – Percurso metodológico

Apêndice 2 – Proposta de Legislação

Apêndice 3 – Normativos da OTAN e UE

Apêndice 4 – Terminologia – Conceitos, Termos e Definições

#### **Anexos:**

Anexo A – Extractos de legislação (em CD)



## **RESUMO**

O Direito de Acesso aos Documentos Administrativos, um meio privilegiado de aceder à informação, é uma das formas da Administração Pública afirmar uma postura de transparência e corresponder às exigências cívicas dos cidadãos, designadamente à sua apetência para participarem nas decisões públicas que os afectam.

No entanto, este direito ao livre acesso é condicionado pelos valores que decorrem de outros direitos, como os referentes à reserva da vida privada e aos imperativos de salvaguarda da Segurança Nacional.

Neste estudo, pretendemos verificar, através da análise dos normativos em vigor, o equilíbrio entre o direito constitucional do livre acesso aos documentos administrativos e as restrições de acesso que visam garantir a salvaguarda da Segurança Nacional e a eficácia do enquadramento das regras que suportam a protecção das matérias classificadas.

Este trabalho começa por apreciar o ordenamento jurídico que consubstancia o direito geral de livre acesso aos documentos administrativos, procurando validar as facilidades de acesso à informação, com a ressalva das situações que atentem contra o direito à intimidade das pessoas.

Na continuação, o estudo analisa os principais normativos que regulam as restrições de acesso aos documentos administrativos, cujo conhecimento indevido seja susceptível de colocar em risco ou causar dano à segurança interna ou externa do Estado e, por isso, comprometer a Segurança Nacional.

Finalmente, o trabalho identifica algumas omissões e incongruências no enquadramento jurídico que suporta os sistemas de protecção das matérias classificadas, designadamente no que toca à sua eficácia na dissuasão e eventual penalização das violações de segurança destas matérias.

Em conclusão, como uma possível via para ultrapassar esta situação, recomenda-se uma alteração legislativa ao quadro normativo em vigor, através da publicação de um lei-quadro das matérias classificadas.



### ***ABSTRACT***

Our right to access the Administrative Documents, is a privileged access to information, it is one of many ways how the Public Administration affirms its stance of transparency and meets the requirements of people's civic demands, namely the willingness to participate in public decisions that affect them.

However, this right to free access is conditioned by the values arising from other rights, such as those relating to privacy and the need to safeguard National Security.

In this study, our intention is to show, through the analysis of the legislation in force, the balance between the constitutional right of free access to administrative documents and access restrictions, intended to ensure the safeguarding of National Security and the effectiveness of the framework of rules which support the protection of classified matters.

This paper begins assessing the law that establishes to the general right of free access to administrative documents trying to validate the ease of access to information, with the exception of situations that constitute a violation of the right to privacy.

Then this study analyzes the main regulations that regulate the restriction of access to official documents, whose knowledge is likely to unduly endanger or cause damage to State internal or external security, and therefore compromise National Security.

Finally, the paper identifies some omissions and inconsistencies in the legal framework that supports classified matters protection, especially in terms of its effectiveness in deterring and penalizing security breaches related to these matters

In conclusion, as a possible way to overcome this situation, it is recommended a legislative amendment to the existing legal framework, through the publication of a framework law of the classified materials.





## **PALAVRAS – CHAVE**

Credenciação – Classificação de Segurança – Documento Administrativo – Direito de Acesso – Matérias Classificadas – Segredo de Estado – Segurança Nacional

## ***KEY WORDS***

Clearance of Personnel – Security Classification – Administrative Document – Right of Access – Classified Materials – State secret – National Security



## **LISTA DE ABREVIATURAS**

AEE	Agência Espacial Europeia
ANS	Autoridade Nacional de Segurança
AR	Assembleia da República
CADA	Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos
CCEM	Conselho de Chefes de Estado-Maior
CEMGFA	Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas
CFSE	Comissão de Fiscalização do Segredo de Estado
CJM	Código de Justiça Militar
CNPD	Comissão Nacional de Protecção de Dados
CPA	Código do Procedimento Administrativo
CP	Código Penal
CPP	Código de Processo Penal
CRP	Constituição da República Portuguesa
EDTEFP	Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que Exercem Funções Públicas
EUROJUST	Unidade Europeia de Cooperação Judiciária
FFAA	Forças Armadas
FSS	Forças e Serviços de Segurança
GNR	Guarda Nacional Republicana
GNS	Gabinete Nacional de Segurança
LADA	Lei do Acesso aos Documentos Administrativos e a sua Reutilização
LDN	Lei de Defesa Nacional
LOBOFA	Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas
LOMDN	Lei Orgânica do Ministério da Defesa Nacional
LPDP	Lei da Protecção de Dados Pessoais
LQSIRP	Lei Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa
LSE	Lei do Segredo de Estado



LSI	Lei de Segurança Interna
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PJ	Polícia Judiciária
PSP	Polícia de Segurança Pública
PR	Presidente da República
RCM	Resoluções do Conselho de Ministros
RDM	Regulamento de Disciplina Militar
ROCADA	Regulamento Orgânico da CADA
SAHD/MNE	Serviço de Arquivo Histórico-Diplomático do MNE
SECC	Sistema de Certificação Electrónica do Estado
SEF	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
SEGMIL	Instruções para a Segurança Militar, Salvaguarda e Defesa de Matérias Classificadas – SEGMIL 1
SEGNAC	Normas para a Segurança e Salvaguarda das Matérias Classificadas
SIED	Serviço de Informações Estratégicas de Defesa
SIEDM	Serviço de Informações Estratégicas de Defesa e Militares
SIRP	Sistema de Informações da República Portuguesa
SIS	Serviço de Informações de Segurança
SN	Segurança Nacional
UE	União Europeia



## **Introdução**

A consolidação da democracia representativa e o gradual afastamento entre a classe política e os respectivos eleitores, conduziu a que os cidadãos fossem ficando, de facto, excluídos da gestão da “coisa pública”.

Nesta conformidade a própria Administração Pública ao desenvolver mecanismos burocráticos excessivos, reduziu os cidadãos a meros utentes dos serviços públicos.

Da consciência dos direitos de cidadania resultaram exigências de transparência que conduziram a pretensões de maior acesso à informação.

Em sentido contrário, as razões, excepcionais, de salvaguarda da Segurança Nacional impõem reservas no acesso a alguma informação.

### **a. Relevância do estudo e enquadramento do tema**

O Estado ao ter como missão primordial o exercício do poder destinado a garantir, no plano das relações externas, a soberania nacional e no plano interno assegurar as necessidades de segurança e bem-estar, bem como a gestão dos recursos públicos, afirma-se hierarquicamente acima da sociedade civil.

Naturalmente, esta relação sempre foi, e continua a ser, geradora de conflitos entre os cidadãos e o Estado, os quais sempre foram atenuados através do alcance de sucessivos direitos individuais, designadamente políticos e sociais.

Um dos direitos assenta na assunção de que a publicitação dos actos da Administração Pública e o acesso aos documentos e informação produzida no âmbito da sua actividade é considerada como um postulado fundamental do Estado de direito.

Simultaneamente, ressalta a necessidade de acautelar as colisões com outros direitos constitucionalmente consagrados, designadamente, o direito dos cidadãos à sua vida íntima e privada.

Por outro lado, o imperativo constitucional da salvaguarda dos superiores interesses do Estado, que passa pela necessidade de impor restrições de acesso à informação cuja divulgação seja passível de comprometer a Segurança Nacional, reserva à Administração Pública o direito de condicionar o acesso dos cidadãos aos documentos administrativos que tenham sido objecto de classificação.

É neste quadro que emerge a necessidade de assegurar, de forma equilibrada, ambos os direitos constitucionalmente consagrados, regulando a materialização do direito de acesso à informação em termos que a sua efectiva concretização seja compatível com os imperativos de salvaguarda da Segurança Nacional.



## **b. Objecto do estudo e sua delimitação**

O relacionamento entre o Estado e os cidadãos, assente em valores de cidadania e transparência, passa necessariamente pela publicitação e pelo direito de acesso à informação, pelo que nos propomos incidir parte do nosso estudo no enquadramento do direito à informação e na necessidade de conciliar os interesses de ambos, cidadãos e Administração.

Neste sentido, entendemos terem também especial relevância as conquistas que a sociedade de informação disponibilizou ao quotidiano e que se traduzem em duas importantes realidades, o direito a melhores condições para o exercício das liberdades fundamentais, nomeadamente as de expressão e de informação, e o direito à protecção perante a possibilidade dos avanços tecnológicos serem apropriados pelo Estado como um mecanismo que pode, eventualmente, conduzir ao controlo da vida privada dos cidadãos ao aceder às suas informações de carácter pessoal, pelo que abordaremos as defesas que o Estado adoptou para garantir a defesa dos direitos das pessoas à sua intimidade.

Sendo a Segurança Nacional um desígnio permanente do Estado, constitui também objecto deste estudo a abordagem dos normativos em vigor que asseguram a sua salvaguarda no âmbito da reserva do acesso aos documentos, designadamente aqueles que estão sujeitos ao regime do segredo de Estado e a outros regimes de protecção que suportam as regras de classificação e necessidades de credenciação para o seu manuseamento.

Finalmente, fazemos uma abordagem dos normativos que contribuem para a protecção das matérias classificadas numa perspectiva da eficácia que lhes possa ser conferida pela coercibilidade, esta como instrumento dissuasor da violação daquelas matérias e, deste modo, aquilatar da existência de molduras sancionatórias de carácter penal ou disciplinar destinadas a dissuadir e, quando necessário, punir ou condenar os actos de violação

Face ao que precede, importa delimitar o nosso estudo, circunscrevendo-o à análise da legislação específica em vigor e através dela perspectivar, eventuais, recomendações de alteração a adoptar no futuro.

## **c. Objectivos da investigação**

O objectivo final consiste em demonstrar, que o desenvolvimento legislativo em Portugal deu passos no sentido de uma “administração aberta” e, simultaneamente, manteve restrições de acesso por necessidades incontornáveis da Segurança Nacional.

Em paralelo, estudar a eficácia das normas restritivas e identificar incongruências que suscitem a necessidade de alterações a introduzir no quadro normativo que regula a protecção das matérias classificadas, como instrumento de suporte daquelas restrições.



#### **d. Metodologia: Questão central, questões derivadas e hipóteses**

Nesta investigação seguimos o método dedutivo como instrumento de trabalho, que desenvolvemos com especial incidência no aprofundar dos conceitos relacionados com a temática proposta, com recurso a pesquisa documental, bibliográfica e na *internet*, a leituras e análise da legislação publicada e relacionada com o tema do trabalho, complementada com entrevistas exploratórias a especialistas e a personalidades no exercício de cargos de responsabilidade identificados com a área em estudo.

Atentos aos objectivos anteriormente definidos, entendemos formular a seguinte **Questão Central**:

*“Estará assegurado o equilíbrio entre o direito constitucional do livre acesso aos documentos administrativos e as restrições de acesso, que visam garantir a salvaguarda da Segurança Nacional e a eficácia do enquadramento das regras que suportam a protecção das matérias classificadas, pelo edifício orgânico e normativo em vigor?”*

A partir desta questão central resultaram as seguintes **questões derivadas**:

**QD 1** – *Serão assegurados pela legislação em vigor o direito do livre acesso aos documentos administrativos de acordo com os princípios da “Administração aberta” e do direito de reserva da vida privada?*

**QD 2** – *Estarão inseridas no quadro legal em vigor as restrições de acesso aos documentos administrativos por imperativos de Segurança Nacional?*

**QD 3** – *Serão cabalmente suportadas por regimes sancionatórios nos normativos que enquadram as restrições de acesso, as disposições que regulam a protecção das matérias classificadas?*

Com o desiderato de procurar respostas para estas questões derivadas estabelecemos as seguintes **hipóteses**:

**H1** – *O Estado tem legislado no sentido de consagrar o livre acesso aos documentos administrativos de forma clara e sistematizada, garantindo a salvaguarda dos direitos das pessoas à sua vida privada.*

**H2** – *No quadro legal em vigor é possível identificar normas que asseguram as necessidades de salvaguarda da Segurança Nacional.*

**H3** – *Os normativos que regulam restrições de acesso apresentam algumas omissões no enquadramento das regras de protecção das matérias classificadas e nos regimes sancionatórios, que carecem da introdução de alterações para melhor salvaguarda da Segurança Nacional.*



### **e. Estrutura do estudo**

O trabalho encontra-se estruturado, através de um capítulo introdutório onde procuramos enquadrar o tema proposto e a problemática que o envolve, definir os objectivos de investigação a que nos propusemos e a metodologia seguida para a sua validação assente na procura sequencial das respostas às três questões derivadas que formulámos.

No primeiro capítulo abordamos a Administração Pública e analisamos como a cidadania e a transparência, numa perspectiva de modernidade, contribuem para uma democracia mais participativa e são uma via para superar a desconfiança dos cidadãos face ao Estado e à sua forma mais visível e imediata que é a Administração Pública. É neste contexto que abordamos o direito de livre acesso dos cidadãos aos documentos administrativos e as facilidades que o materializam, bem como a salvaguarda simultânea da vida privada. Paralelamente referimos a inserção das Forças Armadas na administração directa do Estado.

Com o segundo capítulo demonstramos que os imperativos da Segurança Nacional obrigam à protecção de informações consideradas sensíveis para a defesa dos superiores interesses do Estado e procuramos identificar a existência de legislação e de normas que assegurem as necessidades de salvaguarda da Segurança Nacional. Analisamos, ainda, o conceito de segredo de Estado e o conjunto de restrições, limitadoras do direito à informação administrativa, que derivam do âmbito de aplicação dos vários normativos em vigor.

Fazemos, deste modo, a ponte para o capítulo terceiro onde pretendemos analisar o edifício orgânico e normativo que tem especial relevância para a segurança no tratamento das matérias classificadas, materializado nas necessidades de classificação e credenciação, com destaque para a eficácia que lhes possa ser conferida pela existência de molduras sancionatórias que permitam dissuadir e, quando necessário, punir ou condenar as violações daquelas matérias e identificar eventuais omissões no quadro legal em vigor.

Finalmente, num último capítulo, apresentaremos as conclusões que nos permitirão responder às questões derivadas e, conseqüentemente, responder à questão central que materializa o tema deste estudo.

Da identificação de incongruências nos quadros legais, que regulam a protecção das matérias classificadas, resultam recomendações de alterações a introduzir no edifício normativo.



## 1. O Direito de Acesso aos Documentos Administrativos

### a. Administração Pública e a actividade administrativa pública

Carapeto refere que “*o modelo de Estado ocidental moderno, que constitui a base da nossa organização político-administrativa, foi criado com base numa administração pública assente nos valores da democracia e do Estado de direito.*” (Carapeto, 2005: 22).

Podemos definir a Administração Pública, no seu sentido orgânico, como a estrutura organizada que tem por objectivo a prossecução dos fins essenciais do Estado, identificados na segurança e no bem-estar dos seus cidadãos. Trata-se duma estrutura assente no conceito de pessoa colectiva de direito público, isto é, uma entidade sustentada na autoridade do Estado e que materializada em órgãos e serviços exerce os seus poderes em nome dos interesses colectivos (Caupers, 2000: 33-42)

Embora as pessoas colectivas de direito público possam configurar diferentes categorias, no âmbito do nosso estudo importa realçar duas, a saber:

- O Estado, que tem por órgão o Governo, constituído pelo conjunto dos serviços tutelados pelos diversos ministérios (a administração directa), acrescido das pessoas colectivas de título institucional ou institutos públicos que prosseguem fins do Estado (a administração indirecta) (*ibidem*).
- E, por outro lado, a actividade administrativa pública, aspecto funcional que se refere à acção desenvolvida pelos serviços públicos através dos seus respectivos funcionários e demais agentes do Estado e que dirigida pelo poder político, em nome dos anseios colectivos, procede à gestão dos recursos disponíveis da forma entendida como mais adequada (*ibidem*).

A Constituição da República Portuguesa (CRP) insere no título referente à Administração Pública, que esta “... *visa a prossecução do interesse público, no respeito pelos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos*” (CRP, 2005: Artº 268º), o que desde logo a diferencia da Administração Privada, dado que esta ao ter por objectivo os fins pessoais ou privados, funciona num patamar de igualdade entre as partes, enquanto aquela prossegue o interesse público e usa os meios de autoridade para se impor, se necessário, à vontade dos particulares.

A CRP também refere que “*O Governo é o órgão de condução da política geral do país e o órgão superior da administração pública.*” (CRP, 2005: Artº 182º) e assinala, relativamente à competência administrativa, que “*Compete ao Governo, no exercício de funções administrativas: Dirigir os serviços e a actividade da administração directa do*





*Estado, civil e militar, superintender na administração indirecta e exercer a tutela sobre esta e sobre a administração autónoma;*” (CRP, 2005: Artº 199º).

Por último, importa referir que através da lei estão estabelecidos os princípios e normas a que deve obedecer a organização da administração directa do Estado, onde são de relevar os princípios que apontam para a aproximação às populações bem como a respectiva participação desta (LEI 4, 2004: Artº 3º).

Em particular, as Forças Armadas (FFAA), nos termos da Lei de Defesa Nacional (LDN), “... *integram-se na administração directa do Estado através do Ministério da Defesa Nacional.*” (LDN, 2009: Artº 23º). A Lei Orgânica do Ministério da Defesa Nacional (LOMDN) refere que o MDN tem por missão “...*assegurar e fiscalizar a administração das Forças Armadas...*” (LOMDN, 2009: Artº 1º), acrescentando que “*As Forças Armadas integram-se na administração directa do Estado, através do MDN, com a organização que consta na LOBOFA ...*” (LOMDN, 2009: Artº 4º).

Neste sentido, entendemos que todos os normativos de carácter geral que são abordados neste estudo, salvo menção específica em contrário, têm aplicabilidade no universo das FFAA.

### **b. Cidadania e transparência**

A independência dos Estados Unidos da América e a revolução francesa, dois acontecimentos relevantes no último quartel do século XVIII, vieram introduzir alterações significativas na relação entre os cidadãos e o Estado, “*Instituiu-se o «colectivo de cidadãos» como fonte de todo o poder político, considerando-se como única autoridade legítima aquela «que emana do povo»*” (Real, 2003: 92).

A dificuldade de aplicação da democracia directa, conjugada com os imperativos da representatividade, profissionalizou uma classe política e conduziu ao consequente afastamento dos cidadãos da participação nas decisões com impacto colectivo. Mais tarde, o Estado social, ao estender a sua acção, consolidou uma classe de dirigentes e funcionários administrativos que, apoiados numa teia de burocracias e elevada discricionariedade, tornaram a Administração quase autista, inacessível e impenetrável ao escrutínio dos cidadãos (*ibidem*).

Em oposição, germinou o conceito de cidadania, baseado no respeito dos direitos humanos e no exercício das liberdades fundamentais, procurando consolidar os direitos dos cidadãos a participar no seu destino colectivo através das exigências de uma boa governação (Real, 2003: 91-92).

O longo percurso na conquista de direitos acabou por ganhar expressão na Carta



dos Direitos Fundamentais da União Europeia (CARTA, 2007: 1-16) que, ao acolher os direitos de cidadania já garantidos pela Convenção Europeia de Salvaguarda dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais, acrescentou-lhe a garantia dos direitos ao respeito da vida privada, à protecção dos dados pessoais e à liberdade de informação e reiterou, relativamente à cidadania, os direitos a uma boa administração.

Assim, os imperativos duma política de cidadania são o grande desafio que se coloca à Administração Pública para corresponder aos interesses dos cidadãos, o que nesta perspectiva conduz a Administração a transformar-se de “*serviço público*” para “*serviço ao público*”, adaptando-se às necessidades dos cidadãos e a alargar a área de intervenção destes (Real, 2003: 25).

De facto, nos últimos anos, a orientação para os cidadãos tem sido um dos grandes objectivos da modernização administrativa. É uma mudança substancial da forma “*de ser e de estar*” dos agentes da Administração Pública através dum clima de abertura à sociedade civil, que numa perspectiva de cidadania passaram a tentar compreender os pontos de vista daqueles que servem, com vista a alterarem e melhorarem a sua eficiência. Esta intenção passa pela concepção dos serviços em função dos cidadãos, pelo incentivo à participação do público, pela melhoria da informação disponibilizada, menos controlo sobre a sociedade, simplificação dos procedimentos e incremento das tecnologias de informação (Real, 2003: 15).

Neste sentido, a Administração Pública têm procurado sinalizar uma procura permanente de novas soluções com o objectivo de melhor servirem as respectivas comunidades, através do aumento da quantidade e da qualidade dos serviços e da capacidade de resposta em tempo oportuno. Concretizou esta intenção ao instituir medidas de melhoria na receptividade dos serviços da Administração Pública (DL 129, 1991).

Tem materializado esta postura, por exemplo, através da multiplicidade de informação disponibilizada aos cidadãos, da flexibilização de horários de atendimento e nas mais variadas capacidades de acesso. De salientar que as novas tecnologias de informação e comunicação vieram facilitar o acesso dos cidadãos à Administração e reduzir os respectivos custos de difusão e aquisição.

A consolidação da democracia e a crescente consciência cívica das populações são factores que têm contribuído para o exercício de um permanente escrutínio sobre os actos da Administração Pública, situação que a obriga à necessidade de elevar os níveis da sua transparência, desiderato que passa indiscutivelmente pela facilitação do acesso à informação administrativa por parte dos cidadãos (Real, 2003: 211).



Diz Alberto Martins, actualmente ministro da Justiça, que “*no combate às zonas de opacidade a transparência pública e visibilidade de actos do Governo e da Administração Pública (central, regional ou local) é, por si, geradora de um estado de abertura e de confiança, em que o controlo dos cidadãos constitua uma caução regular dos actos praticados. O livre acesso dos cidadãos aos documentos e registos administrativos, previsto na Constituição e na lei, assim como a necessidade dos cidadãos participarem no conhecimento atempado das decisões administrativas públicas...*” (Martins, 2000: 96).

Acresce, que a transparência é o fio condutor de uma “*Administração aberta*” cuja finalidade é uma democracia administrativa, isto é, consciencializar os cidadãos para controlarem os actos da Administração através da avaliação e participação nas respectivas decisões.

O direito à informação, como forma de participação dos cidadãos nas actividades da Administração, pode chocar com os direitos desta ao segredo, mesmo que isto implique uma redução dos direitos de participação daqueles. Neste ponto importa salientar que nos referimos aos segredos administrativos, já que os de Estado tenderão a estar cobertos por fortes valores do interesse colectivo, designadamente os ligados à segurança interna e externa do Estado (Condeso, 1995: 38-42).

O direito à transparência pode ser interpretado como um conjunto de normas que se procuram opor ao direito da Administração Pública ao segredo. Isto conduz a que o direito à transparência se possa configurar como um direito à informação e deste modo permitir que os cidadãos exerçam o seu controlo sobre a Administração Pública em nome do interesse colectivo (*idem*).

No que toca aos aspectos materiais, a CRP refere que os cidadãos têm o direito a serem esclarecidos sobre os actos do Estado e informados pelo Governo acerca da gestão dos assuntos públicos (CRP, 2005: Artº 48º) e no âmbito dos direitos e garantias dos administrados, reitera o acesso à informação administrativa como direito fundamental (CRP, 2005: Artº 268º).

Nesta linha, o legislador titulou o primeiro artigo do principal normativo que regula o acesso à informação, a Lei do Acesso aos Documentos Administrativos e a sua Reutilização (LADA), de “Administração aberta” referindo que “*O acesso e a reutilização dos documentos administrativos são assegurados de acordo com os princípios da publicidade, da transparência, da igualdade, da justiça e da imparcialidade.*” (LADA, 2007: Artº 1º).

Ora, são estes postulados que procuram responder aos ideais de transparência e



participação que regem os modelos das democracias dos nossos tempos e que questionam abertamente as Administrações tradicionalmente fechadas e apoiadas em estruturas pesadas e complexas.

Actualmente verifica-se que a generalidade das propostas políticas proclama a participação dos cidadãos na fiscalização dos actos da Administração e dos seus agentes, incentivando-os ao pleno exercício dos seus direitos e garantias, designadamente através da disponibilização de informação adequada, utilizando a abertura e a publicidade como prática corrente tornando as restrições de acesso uma excepção (Condesso, 1995: 51).

Assim, pode-se inferir que a informação contribui para a transparência e, por consequência, ao facilitar o controlo da Administração por parte dos cidadãos, atenua os erros, as incompetências, os tráficos de influências e até os fenómenos de corrupção activa e passiva.

### **c. Do regime de acesso**

Para Alberto Martins, os conceitos de transparência, como regra e segredo, como excepção, “... *são as linhas mestras e os vectores mais decisivos do exercício de dois direitos complementares dos cidadãos: o direito à transparência e o direito à participação.*” (Martins, 1994: 85), o que passa pela materialização do acesso dos cidadãos à informação inserta nos arquivos administrativos, apenas com as reservas inerentes aos assuntos de segurança, interna e externa, do foro da justiça e da vida privada das pessoas.

Então, importa avaliar se o direito de transparência está contemplado nos normativos em vigor, nomeadamente através do livre acesso à universalidade dos documentos administrativos, na adequação dos limites impostos pelo interesse do Estado na protecção de informação sensível, na garantia de defesa do âmbito da vida privada dos cidadãos e pela publicidade prévia da existência dos documentos.

A CRP, ao referir-se aos direitos e garantias dos administrados, consagra o direito dos cidadãos serem informados sobre os processos em que sejam directamente interessados e assegura o direito de acesso à informação administrativa (CPR, 2005: Artº 268º). Nesta linha, o legislador desenvolveu aqueles postulados da Lei Fundamental, através do Código do Procedimento Administrativo (CPA), depois reforçados pela publicação da LADA e, ainda, incluindo normas nos diplomas específicos do sistema de arquivos,

#### **(1) O Código do Procedimento Administrativo**

Diz João Caupers que “*a característica mais peculiar do direito administrativo é a procura de permanente harmonização entre as necessidades da acção administrativa e as exigências de garantias dos particulares*” (Caupers, 2000: 53).



De salientar os artigos 61º a 65º do CPA, que regulam os direitos de acesso aos actos da Administração, estão agregados sob o título de “direito à informação” (CPA, 1991: Artº 61º-65º).

Curiosamente, constata-se que o CPA ao titular um dos seus artigos como “*Administração aberta*” (CPA, 1991: Artº 65º), já previa o acesso generalizado à informação administrativa, mesmo antes da publicação da primeira legislação específica de acesso aos documentos da Administração.

De facto, o CPA continua a ser um instrumento que garante o acesso dos cidadãos à informação administrativa, sempre que o solicitem, no âmbito dos processos em que são directamente interessados. O código prevê que sejam facultadas indicações como: (i) o serviço onde o processo se encontra; (ii) os actos e diligências executados; (iii) as outras informações solicitadas; (iv) a possibilidade de consulta dos processos, com excepção dos documentos classificados.

A consulta é extensiva a documentos nominativos que se refiram a terceiros, com a salvaguarda de serem omitidos os dados pessoais que não sejam públicos. Os requerentes não têm direito a cópias simples, mas a certidões ou cópias autenticadas mediante o pagamento dos respectivos emolumentos. Está também contemplada a possibilidade de extensão do acesso a terceiros que não sejam intervenientes no processo, mas que provem ter um interesse atendível no conhecimento dessa informação, permissão que depende da apreciação do dirigente da entidade requerida (CPA, 1991: *passim*, Artº 61º-65º).

## **(2) A Lei do Acesso aos Documentos Administrativos**

Esta lei regula o acesso aos documentos administrativos e a sua reutilização. Neste estudo apenas se abordam os assuntos específicos do acesso a documentação.

O regime de acesso deve enformar valores como transparência, igualdade, justiça e imparcialidade, passíveis de ser avaliados através da aferição de um conjunto de princípios que devem estar plasmados nos normativos que regulam o acesso (Condesso, 1995: 278) e (LADA, 2007: Artº 1º).

Neste âmbito, destacamos como possibilidades conferidas ao cidadão: (i) a opção pelo meio de acesso (isto é, pela consulta, pela obtenção de uma cópia ou apenas de uma informação); (ii) o acesso à informação efectuado pelo próprio cidadão; (iii) o de ser assegurada a publicidade da informação; (iv) a garantia de que a aplicação das reservas de acesso são feitas com carácter de excepção e proporcionalidade; (v) a marcação de prazos adequados para o acesso; (vi) a reserva da vida pessoal ser confinada aos registos de privacidade (Condesso, 1995: 281) e (LADA, 2007: Artº 11º a 14º).



Esta lei garante um acesso generalizado à informação administrativa, “*a presente lei regula o acesso aos documentos administrativos, ...*” (LADA, 2007: Artº 2º) e aplica-se à generalidade das entidades e órgãos da administração directa e indirecta do Estado, e, ainda, a entidades de carácter comercial e industrial que satisfaçam necessidades de interesse geral e que sejam financiadas ou sejam maioritariamente administradas, dirigidas ou fiscalizadas por membros da administração directa e indirecta do Estado. A lei estende, ainda, a sua aplicabilidade a outras entidades que exerçam funções administrativas ou poderes públicos, o que entendemos como uma forma de abranger todas as restantes entidades que não se integram no conjunto anterior, como por exemplo as empresas públicas quando concessionárias de serviços públicos.

A LADA ao referir que “*todos, sem necessidade de enunciar qualquer interesse, têm direito de acesso aos documentos administrativos, o qual compreende os direitos de consulta, de reprodução e de informação sobre a sua existência e conteúdo.*” (LADA, 2007: Artº 5º), consolida o direito de acesso.

No entanto, embora esteja consagrado o direito ao livre acesso a todos os documentos não personalizados (*ver definição – Apd 4*), ele é restrito no que se refere aos documentos nominativos (*ver definição – Apd 4*), o qual requer diligências adicionais como a existência de um interesse legítimo e directo.

Porque não é possível solicitar o acesso ao que se desconhece, são reforçados os direitos dos cidadãos de serem informados sobre a existência e conteúdo dos documentos através da obrigatoriedade de divulgação da informação administrativa, designadamente da armazenada em bases de dados electrónicas. Com recurso a meios de acesso universal, a Administração obriga-se a apoiar o acesso à informação, publicitando em sumários periódicos o teor dos documentos não publicados, os despachos internos, circulares e orientações de índole normativa da respectiva actividade, bem como, as data, origem e local onde podem ser consultados (Condesso, 1995: 298) e (LADA, 2007: Artº 10º).

É de relevar, o que pode ser interpretado como um direito acrescido, o facto de cometer à Administração o dever de apoiar os cidadãos através da explicação do conteúdo dos documentos e de apoio ao público através da prestação de informação adicional facilitadora da consulta. No entanto não se pode exigir que esta vertente explicativa ultrapasse a razoabilidade.

Administração ao criar estes direitos de acesso deve, simultaneamente, articular-se para dar resposta às necessidades dessa acessibilidade, pelo que define prazos de deferimento (prorrogáveis nos casos de excepcional volume ou elevada complexidade da infor-



mação a fornecer). No entanto, importa referir que a Administração não se pode esgotar no cumprimento das suas obrigações de facilitar o acesso à informação (casos de pedidos de processos volumosos ou de solicitações recorrentes que configurem abusos) (Condeso, 1995: 286 e 298).

Outro aspecto interessante é a obrigatoriedade de todas as entidades, abrangidas no âmbito de aplicação desta lei, terem de designar um responsável pelo cumprimento das disposições do presente diploma, o que configura uma postura de dar rosto à Administração em oposição à tradicional postura opaca, impessoal e impenetrável (LADA, 2007: Artº 9º).

No âmbito das restrições ao livre acesso, para além das inerentes aos motivos da salvaguarda da Segurança Nacional, a abordar no capítulo seguinte, existem outras como: (i) as situações em segredo de justiça, que são remetidas para legislação própria; (ii) as exclusões do acesso por terceiros aos documentos nominativos (caso não possuam autorização escrita do visado), designadamente os que contenham acerca de pessoa identificada ou identificável; (iii) informações abrangidas pela reserva da intimidade ou da vida privada; (iv) as comunicações de dados de saúde.

Em condições excepcionais, é autorizado o acesso por terceiros à informação, desde que seja comprovado um interesse relevante, directo e legítimo.

Para zelar pelo cumprimento das disposições deste importante normativo, a lei cria uma Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA) na dependência da Assembleia da República (AR) que, de entre outras competências, aprecia as queixas que lhe são apresentadas e emite pareceres sobre o acesso aos documentos administrativos e sobre a aplicação da lei (LADA, 2007: Artº 25º a 32º).

Para desbloquear as obstruções colocadas pela Administração Pública, torna-se oportuno, em prol do cidadão, questionar se o cumprimento dos pareceres da CADA deve continuar a ter carácter facultativo ou se, no caso de parecer favorável ao pedido de acesso, deve-se impor à Administração o seu acatamento, com a opção desta o questionar judicialmente no caso de discordância (CADA, 2010: 5).

### **(3) O Regime dos Arquivos Públicos**

É vulgar afirmar-se que um povo sem memória do seu passado compromete o seu futuro. De facto os arquivos públicos são património histórico de uma nação porque a informação neles contida é sempre referente ao passado.

Os arquivos respondem às necessidades administrativas de preservar os actos da administração por um determinado espaço temporal e simultaneamente servir os desígnios





de ordem cultural e científica, pelo que se do direito ao seu acesso não resulta uma mais-valia para o escrutínio do exercício da transparência da Administração no quotidiano, pode resultar para a satisfação das necessidades específicas de cada cidadão.

O regime geral dos arquivos e do património arquivístico, refere que “*competete ao Estado ... apoiar a organização dos arquivos, qualquer que seja a sua natureza, bem como garantir, facilitar e promover o acesso à documentação detida por entidades públicas*” (DL 16, 1993: Artº 2º).

O DL 16 regula a forma e as garantias de acesso à informação arquivada e estabelece as limitações que são impostas por necessidades de conservação ou por restrições derivadas da lei, como as relativas ao segredo de Estado, dos dados pessoais e da vida privada (DL 16, 1993: Artº 17º).

De referir, também, a particularidade da documentação tutelada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), através do Serviço de Arquivo Histórico-Diplomático (SAHD), gozar de especificidades, como por exemplo as relativas aos prazos de transição entre os níveis de arquivos e à transição dos documentos dos postos consulares para o arquivo central do ministério (PORT 896, 2004: *passim*).

Neste arquivo, dos actos que neguem acesso a documentação classificada, cabe recurso para o secretário-geral do MNE, sem prejuízo de outras vias de recurso a que os requerentes tenham eventualmente direito nos termos da lei, o que configura uma garantia supletiva dos direitos de acesso.

Por último, é oportuno referir que a LADA estende o seu âmbito de aplicação à regulação do acesso a todos os arquivos públicos, mesmo que geridos por diplomas próprios.

#### **d. A Protecção dos dados pessoais**

Embora o acesso à informação administrativa seja de carácter geral, há necessidade de contemplar excepções, impostas por valores que se consideram inalienáveis da defesa do interesse individual, tais como, de entre outros, os documentos de carácter nominativo.

Trata-se do “bem” que é configurado pelo direito ao segredo da privacidade dos cidadãos, especialmente os aspectos da vida pessoal e familiar.

A CRP, relativamente aos direitos, liberdades e garantias pessoais, ao referir a “*reserva da intimidade da vida privada e familiar*” (CRP, 2005: Artº 35º), assegura as garantias contra a utilização abusiva dos dados pessoais e remete para a Lei as disposições referentes às condições de utilização dos meios informáticos, do acesso aos dados pessoais de terceiros e do livre acesso às redes informáticas de uso público (*idem*).





A Lei da Protecção de Dados Pessoais (LPDP), define o conceito de dados pessoais, de forma ampla, como “qualquer informação, de qualquer natureza, independentemente do suporte e do tratamento manual ou automatizado, que permita identificar, directa ou indirectamente, o titular dos dados” (LPDP, 1998: Artº 3º).

O âmbito da sua aplicação estende-se a todos os tratamentos de dados pessoais independentemente do meio de armazenamento e inclui a segurança pública, a defesa nacional e a segurança do Estado sem prejuízo do disposto em normas especiais constantes de legislação específica dos respectivos sectores (LPDP, 1998: Artº 4º).

A LPDP exclui do seu tratamento os dados resultantes de actividades exclusivamente pessoais ou domésticas e proíbe, de forma expressa, o tratamento de dados sensíveis como os relativos às convicções de qualquer natureza (políticas, partidárias, sindicais e religiosas) raciais ou étnicas, à saúde, vida sexual e dados genéticos.

De realçar que as excepções à supra mencionada norma, são explicitadas pela necessidade de resultarem sempre duma disposição legal que contenha, cumulativamente, o interesse público importante e indispensável ao exercício das atribuições legais da entidade responsável pelo tratamento (LPDP, 1998: Artº 7º).

Em defesa do cidadão, a lei consagra os direitos deste ser informado durante o processo de recolha, no que se refere: (i) à sua finalidade; (ii) às condições do direito de correcção e de acesso sem restrições à entidade responsável pelo respectivo tratamento; (iii) a possibilidade do cidadão exigir que os seus dados pessoais sejam rectificados com vista à sua exactidão; (iv) o direito do cidadão se opor à comunicação dos seus dados a terceiros (LPDP, 1998: Artº 7º-11º).

Na operacionalização desta lei, tem especial importância a Comissão Nacional de Protecção de Dados (CNPd), entidade administrativa independente, revestida de poderes de autoridade nacional, que funciona junto da AR, com a especial missão de controlar e fiscalizar o cumprimento dos normativos legais relativos à protecção de dados pessoais. De realçar a norma que obriga os responsáveis pelo “tratamento” (*ver definição – Apd 4*) ou conjunto de tratamentos interligados a notificar previamente a CNPD, bem como a obrigatoriedade de publicação em Diário da República da respectiva autorização, a especificar, entre outros, as finalidades, o tipo de dados a tratar, os titulares dos dados e os destinatários (LPDP, 1998: Artº 27º).

Na esfera da protecção dos dados e como reforço da protecção dos cidadãos, existe um conjunto de legislação destinada a complementar o disposto na LPDP para áreas específicas onde existem potencialmente armazenamento de dados.



São exemplos, o tratamento e protecção dos dados pessoais nas comunicações electrónicas acessíveis ao público (LEI 41, 2004), a informação genética pessoal e a de saúde (LEI 12, 2005), os dados gerados da oferta de serviços de comunicações electrónicas ou de redes públicas de comunicações (LEI 32, 2008), os serviços da sociedade de informação e do comércio electrónico (DL 7, 2004), a utilização dos sistemas de videovigilância pelos serviços de segurança privada (DL 35, 2004), a utilização de câmaras de vídeo pelas Forças e Serviços de Segurança em locais públicos (LEI 1, 2005) e a vigilância electrónica pelas Forças de Segurança (DL 207, 2005) e pelas concessionárias rodoviárias (LEI 51, 2006) e a vídeo vigilância instalada em táxis (LEI 33, 2007).

Perante as possibilidades que resultam da era informática, estas leis denotam a preocupação do legislador em garantir ao cidadão que a liberdade do acesso à informação se estende aos dados armazenados que lhe dizem respeito.

#### **e. Síntese conclusiva**

A LADA é o principal diploma que regula o acesso aos documentos administrativos, conjugando os conceitos de transparência com os de participação dos cidadãos, através dum conjunto de disposições que consagram um amplo quadro de “administração aberta”, na continuação do CPA e numa clara opção pelos princípios da transparência. O edifício normativo continua a garantir o acesso aos documentos mesmo quando eles transitam para outros níveis do sistema de arquivos, deixando de estar activos na dependência das entidades da Administração.

Através de normas restritivas inseridas nos diplomas de acesso, está acautelada, de forma equilibrada, a reserva de acesso a informação, alvo de protecção especial, e a documentos classificados, ou protegidos, no âmbito de legislação específica.

A LPDP e outros diplomas complementares materializam os princípios constitucionais da protecção dos dados pessoais, fazem face à dinâmica da sociedade de informação e respectivas tecnologias. Estes normativos são um garante da protecção dos dados individuais em todas as fases do seu processo de tratamento por consagrarem a defesa dos direitos de informação de acesso, de rectificação e eliminação e o de oposição.

Constata-se o especial papel cometido às comissões independentes de fiscalização, a CADA e a CNPD, no âmbito da aplicação da LADA e da LPDP.

Assim, porque o edifício legislativo consagra os direitos de livre acesso aos documentos e à informação neles contida, de forma clara e sistematizada, e salvaguarda os direitos da vida privada das pessoas, confirma-se e valida-se a primeira hipótese.



## 2. A Salvaguarda da Segurança Nacional

### a. A Segurança Nacional

A evolução das ameaças e a sua concretização nos acontecimentos significativos que tiveram lugar no início do século, modificou os paradigmas da segurança internacional, e teve naturais reflexos na ordem interna dos estados ao aconselhar a adopção de conceitos de segurança que ultrapassam o universo que se cingia unicamente à área da defesa.

Hoje, visualiza-se um incremento da instabilidade gerada pelos fundamentalismos, terrorismo internacional e crime organizado, com os seus variados tráficos, todos caracterizados pela sua imprevisibilidade e pelos elevados patamares de destruição a que podem aceder, o que conjugado com as dificuldades de prevenção e dissuasão, coloca novos desafios no âmbito da segurança.

A realidade destas ameaças que esbate as fronteiras entre o interior e o exterior requer uma definição do conceito de Segurança Nacional cada vez menos compatível com a separação entre as componentes Segurança Interna e Segurança Externa.

Entre nós, a Segurança Nacional continua estruturada em três segmentos distintos: (i) a defesa contra as ameaças externas; (ii) a segurança contra as ameaças internas; (iii) e a protecção contra as emergências civis. Cada um destes é apoiado nos seus principais actores, respectivamente as Forças Armadas, as Forças e Serviços de Segurança, e o Serviço Nacional de Protecção Civil. O que não quer dizer que não existam mecanismos de coordenação, colaboração e apoio supletivo, entre eles.

Neste sentido, da definição do conceito de segurança interna, retirado da Lei de Segurança Interna (LSI), (LSI, 2008: Artº 1º) e do objectivo que sustenta o princípio geral da defesa nacional, inserto na LDN (LDN, 2009: Artº 1º), podemos considerar a Segurança Nacional como um objectivo essencial da realização do Estado, e adoptar o conceito do Instituto de Defesa Nacional, que a define como a *“condição da Nação que se traduz pela permanente garantia da sua sobrevivência em paz e liberdade; assegurando a soberania, independência e unidade, a integridade do território, a salvaguarda colectiva de pessoas e bens e dos valores espirituais, o desenvolvimento normal das tarefas do Estado, a liberdade de acção política dos órgãos de soberania e o pleno funcionamento das instituições democráticas”* (apud Carvalho, 2009: 16).

Nesta conformidade, podemos inferir que a divulgação e o conhecimento indevido de informações, que ponham em causa qualquer dos parâmetros supra mencionadas, podem configurar ameaças à Segurança Nacional e, por isso, justificar que aquelas



informações sejam sujeitas a restrições de acesso.

#### **b. Das restrições ao acesso**

De acordo com os princípios da transparência, próprios de um Estado de direito, poderá parecer contraditório justificar que existam conteúdos secretos no desenvolvimento das actividades da Administração.

No entanto, se existirem razões que conduzam à convicção de que a publicitação de determinado documento pode pôr em causa a Segurança Nacional, necessitando de ser sujeito a reserva, é admissível, em nome dos superiores valores do interesse colectivo, que lhe seja conferido um regime de excepção, guarnecido de mecanismos de fiscalização e controlo que confinem esse estatuto de segredo dentro de limites adequados ao estritamente necessário.

A não existência deste enquadramento poderá configurar uma situação de ilegalidade que se sobrepõe ao Estado de Direito, porque a necessidade de reforço deste poder estadual não deve ser efectuada através da simples diminuição dos direitos fundamentais das pessoas, dado que levaria o Estado ao nível das sociedades não democráticas onde se opta pela anulação dos direitos individuais (Condeso, 1995: 379).

Sendo certo que o reforço da Segurança Nacional colide com a necessidade de diminuição das liberdades, importa que os mecanismos que sustentam as actividades de segurança não asfixiem os direitos dos cidadãos.

Deste modo, as restrições ao configurarem os segredos da Administração (e do Estado) defendem valores cuja protecção os coloca no mesmo patamar da transparência materializada no livre acesso aos documentos, pelo que o sucesso está em encontrar soluções equilibradas, que sem porem em causa a liberdade de acesso, garantam a salvaguarda da Segurança Nacional.

Logo, os segredos impostos pelo Estado e pela Administração visam proteger um conjunto de informações, documentais ou de outra natureza, cuja divulgação a quem não tenha estrita necessidade de conhecer as tornam susceptíveis de pôr em causa o normal desenvolvimento das tarefas do Estado descritas nos princípios fundamentais da CRP, como a matriz democrática do Estado, a unidade e integridade do Estado, a independência nacional e a segurança interna e externa.

Como, decorrente da sua actividade, a Administração produz e mantém um determinados documentos que encerram informação, cuja divulgação geral se considera susceptível de comprometer a Segurança Nacional ao pôr em risco ou causar dano à segurança interna ou externa do Estado, ela necessita de os sujeitar a um regime de



restrições de acesso durante um espaço temporal que entender necessário e adequado.

Este regime deverá ter uma aplicação equilibrada para evitar a sua aplicação ao limite e conduzir a Administração a fechar-se e a negar o acesso dos cidadãos a um excessivo conjunto de documentos administrativos.

Perante esta realidade, o legislador criou normativos específicos para sustentar as reservas de acesso, onde são exemplo no âmbito nacional, a Lei do Segredo de Estado (LSE) e as Resoluções do Conselho de Ministros (RCM) que aprovam as várias Normas para a Segurança e Salvaguarda das Matérias Classificadas (SEGNAC) e garantiu, constitucionalmente, a adopção das normas em vigor nas organizações internacionais que Portugal integra para o relacionamento com estas estruturas.

Complementarmente, colocou normas de excepção nas legislações produzidas, nomeadamente na do acesso aos documentos administrativos, bem como nas que enquadram sectores específicos de actividade ou que pela sua natureza tratam matérias que exigem especial reserva, como as que são reguladas pela LSI e pelo Sistema de Informações da República Portuguesa (SIRP).

### **c. Legislação enquadrante das matérias classificadas**

Neste sentido a legislação enquadrante, a CRP, a do segredo de Estado e a das restrições de acesso às matérias classificadas, procura estabelecer um equilíbrio entre os interesses de dois bens a proteger, a segurança do Estado e o escrutínio democrático da sua actividade, esta através do acesso à informação.

#### **(1) A Constituição da República Portuguesa**

No topo da pirâmide legislativa, a CRP ao definir os princípios fundamentais, estabelece a organização das estruturas políticas e administrativas do Estado e enquadra os seus procedimentos, enumerando os poderes e as respectivas limitações, face aos direitos dos cidadãos.

É neste contexto, que a CRP procura estabelecer um equilíbrio entre os interesses de dois bens a proteger, a segurança do Estado e o escrutínio democrático da sua actividade. Aquela através de normas restritivas de acesso e esta através do acesso à informação e aos documentos administrativos.

Daí a CRP prever restrições ao direito de acesso se estiver em causa matéria de segurança interna ou externa (CRP, 2005: Artº 268º).

Por outro lado, da interpretação do art.º 18º da CRP, infere-se que para uma disposição legal de restrição ser constitucionalmente legítima, tem de estar previamente admitida na Constituição e ser destinada a salvaguardar outro direito constitucionalmente



protegido, devendo ter como um dos requisitos essenciais a forma duma lei da AR ou dum decreto-lei sustentado por autorização legislativa (Canotilho, 2007: 388).

Apesar de ser com estes pressupostos que se configuram a situação do segredo de Estado ou da reserva de acesso às demais matérias classificadas, através da consignação de uma classificação de segurança, não se identifica qualquer norma constitucional que explicita, ou remeta para lei especial, o conceito de segredo de Estado e das demais classificações de segurança.

No entanto, enquanto o segredo de Estado está suportado pelas LSE e Lei Quadro do SIRP (LQSIRP), o regime de restrições no âmbito das demais classificações está ausente de enquadramento sob a forma de lei.

## **(2) O segredo de Estado**

A LSE, aprovada pela AR de acordo com a disposição constitucional, é a legislação específica que suporta a classificação de *Segredo de Estado* e relativamente à qual faremos, resumidamente, algumas considerações.

No seu objecto, a lei caracteriza-se como “a excepção das excepções” ao remeter para legislação própria as outras restrições de acesso, como os outros regimes de classificação, legislação de acesso, arquivos, processos administrativos e judiciais, serviços de informações. Deste modo, ficaram excluídas deste regime de segredo as situações cujas restrições possam ser garantidas através de formas menos severas de reserva de acesso à informação, o que remete, preferencialmente, para os sistemas de classificação em vigor como os regulados pelos SEGNAC (LSE, 1994: Artº 1º).

Apesar das normas inseridas no articulado (LSE, 1994: Artº 2º) discriminarem um conjunto de matérias passíveis serem submetidas a este regime, o segredo está dependente da avaliação de cada entidade competente perante as matérias a classificar e em cada momento. De facto, derivado da impossibilidade de precisar a definição de *risco e dano*, fica ao critério do decisor o que é susceptível de “pôr em risco” ou “causar dano” à “...independência nacional, à unidade e integridade do Estado e à sua segurança interna e externa” (*idem*) levando a uma avaliação de forma casuística em função das circunstâncias e não em função das matérias em causa.

Acresce, que o termo *designadamente*, que antecede a relação daquelas matérias, amplia a possibilidade de outras poderem ser sujeitas ao âmbito do segredo (Condesso, 1995: 384 e 407). Assim, a terminologia menos objectiva desta norma pode induzir, pela sua subjectividade, a um incremento do poder discricionário do decisor.

De acordo com Alberto Martins, “o segredo conduz, necessariamente, a uma perda



*de confiança dos cidadãos nas instituições. O segredo só pode ser ditado casuisticamente, de modo fundamentado e por tempo limitado, por um número restrito de representantes dos órgãos de soberania.”* (Martins, 1994:104).

Este conceito está consagrado na lei através do reduzido número de entidades com capacidade classificadora contribuindo, deste modo, para se evitar generalizar a aplicação desta restrição de acesso (LSE, 1994: Artº 3º).

De notar que o acesso a documentos em segredo de Estado consagra o princípio da “necessidade de conhecer”, bem como, o imperativo da prévia autorização da entidade que classificou. A necessidade desta autorização resulta da inexistência de um sistema de classificação e credenciação que regule a circulação destes documentos, mesmo que restrita, assunto a referir no capítulo seguinte (LSE, 1994: Artº 9º).

A fiscalização da Lei está remetida à AR e a uma Comissão de Fiscalização. A LSE confere à AR a fiscalização num patamar político ao referir que ela se efectua nos termos da Constituição e do seu Regimento, o que é concordante com a reserva absoluta da AR da competência legislativa em matéria de Segredo de Estado (CRP, 2005: Artº 164º) e ao seu exercício de funções de fiscalização sobre as leis (CRP, 2005: Artº 162º).

No entanto, carece de ser explicitado como se regula o acesso da AR, através dos seus deputados, a documentos em segredo de Estado, na medida em que o próprio Presidente da AR, entidade classificadora, não está excluído da necessidade de requerer autorização de acesso, o que contraria uma efectiva fiscalização.

As próprias Comissões Parlamentares de Inquérito podem ser confrontadas com a situação de os inquiridos das estruturas da Administração (o Governo é o órgão superior da Administração Pública), evocarem obrigações derivadas do segredo para a escusa de prestarem declarações sobre assuntos que colidam com este estatuto de reserva.

Também aqui se verifica a omissão da lei quanto à regulação do processamento destes documentos, dado que o processamento de matérias sob reserva implica classificações e credenciações de segurança específicas, agregadas a um sistema de protecção de matérias classificadas, situação que como já referimos, não está prevista no instituto do segredo de Estado.

Ainda, no âmbito da fiscalização, a LSE consagra uma Comissão de Fiscalização do Segredo de Estado (CFSE), uma entidade pública e independente, com a missão de velar pelo cumprimento das disposições da lei e emitir parecer sobre as queixas que lhe forem apresentadas sobre restrições de acesso aos documentos em segredo de Estado.

São tarefas da esfera dos direitos dos cidadãos, enquanto litigantes com a





Administração, logo, diferentes de competências de cariz técnico como a protecção das matérias classificadas.

Quanto à composição da CFSE, apurámos que o juiz a designar pelo Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais nunca foi indicado e que só no ano de 2002, a AR elegeu dois deputados para a integrarem (RAR, 2000: 131). Depois dessa data, decorreram mais duas legislaturas sem terem sido eleitos novos membros, tendo aqueles, entretanto, desempenhado funções incompatíveis com o exercício parlamentar.

A inexistência da comissão foi publicamente confirmada por um dos membros eleitos, o deputado Mota Amaral, aquando da discussão na generalidade dos projectos de lei de alteração da LSE (DAR, 2008: 29).

Por último, relativamente ao regime de impugnação de decisão que negue uma pretensão de acesso, mesmo após o parecer da CFSE, importa saber no caso de a decisão ser considerada um acto administrativo, e por isso passível de recurso judicial, como seriam os agentes da justiça credenciados para apreciarem este diferendo, já que a exposição dos documentos durante a tramitação processual, conduziria à perda de reserva de acesso que os levou a classificar (LSE, 1994: Artº 14º).

Destas omissões ressalta a necessidade de regulamentar a LSE ou remetê-la para um único diploma enquadrante das matérias classificadas.

Durante a X Legislatura, a LSE foi alvo de um processo legislativo de alteração, através da elaboração e envio à Presidência da República, para promulgação, do Decreto da Assembleia N° 292/X (DAR, 2009a: 3-10).

As alterações propostas mais significativas são as referentes à Comissão de Fiscalização, que passaria a ser um órgão da AR, presidido pelo próprio Presidente da AR, e que acrescentaria às suas competências a manutenção de um registo actualizado sobre todos os documentos classificados como segredo de Estado e a possibilidade de desclassificar documentos independentemente da entidade que os classificou.

No entanto, é mantida a ausência de qualquer referência à regulação dos documentos sujeitos a esta classificação, de um modo semelhante às disposições para as matérias classificadas, é estabelecida uma norma (no Artº 9º-A) a prever que, por despacho do Presidente da AR, seriam definidas as instruções sobre segurança das informações classificadas e a sua aplicação pelos serviços. Isto evidencia uma preocupação com o controlo e processamento destes documentos, mas apenas no âmbito interno da AR.

A proposta de decreto foi vetada pelo Presidente da República (PR) e devolvida à AR (sem promulgação) acompanhada de uma mensagem que, no essencial, discordava do





poder de desclassificação concedido à Comissão de Fiscalização e apresentava reservas quanto à perda de independência da Comissão pelo facto desta passar a ser um órgão da AR (DAR, 2009b: 8-14). Em 2009, com o final da 4ª Sessão Legislativa da X Legislatura, a iniciativa caducou.

### **(3) Outros normativos nacionais**

Nos termos da competência conferida ao Conselho de Ministros pela anterior Lei de Segurança Interna<sup>1</sup>, foram publicadas quatro Resoluções que definem os procedimentos nacionais, actualmente vigor, que regulam as instruções para a segurança nacional e salvaguarda das matérias classificadas, a saber: (i) Instruções para a segurança nacional, salvaguarda e defesa das matérias classificadas (SEGNAC 1, 1988); (ii) Normas de idêntico teor para a segurança industrial, tecnológica e de investigação (SEGNAC 2, 1989); (iii) idem para a segurança das telecomunicações (SEGNAC 3, 1994) e (iv) idem para segurança informática (SEGNAC 4, 1990).

Foram publicadas sob a forma de RCM, porque faltou (e ainda falta) o enquadramento jurídico, de uma lei da AR, que estabeleça os princípios gerais da protecção e salvaguarda das matérias classificadas.

No entanto, são importantes documentos do edifício normativo que estabelecem as regras enquadrantes das actividades que asseguram a reserva das matérias classificadas e contribuem decisivamente para a salvaguarda da Segurança Nacional.

De salientar que a evolução tecnológica e a distância temporal decorrida desde a sua elaboração fazem ressaltar algumas necessidades de actualização, intenção que no antecedente já foi alvo da formulação de propostas pela Autoridade Nacional de Segurança (ANS), baseadas em versões actualizadas dos procedimentos em vigor na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

Estão excluídas do âmbito dos SEGNAC as matérias de segurança relacionadas com as FFAA que aplicam, no seu universo, as Instruções para a Segurança Militar, Salvaguarda e Defesa de Matérias Classificadas (SEGMIL)<sup>2</sup>, que tal como os SEGNAC, também carecem de actualizações para as adequar às normas de idêntico teor da OTAN e UE (União Europeia).

Quanto à situação jurídica que envolve o SEGMIL, importa reter que aquele

---

<sup>1</sup> “Fixar, nos termos da lei, as regras de classificação e controle de circulação dos documentos oficiais e, ..., de credenciação das pessoas que devem ter acesso aos documentos classificados” (LSI, 1987: Artº8º)

<sup>2</sup> Aprovado por despacho conjunto, de 16 de Outubro de 1986, do Conselho de Chefes de Estado-Maior (CCEM), para substituir o publicado pela Portaria nº 17128, de 17 de Abril de 1959 (SEGMIL, 1986: 1)



despacho, exarado antes da entrada em vigor dos SEGNAC, se enquadrou nas competências de deliberação para os “*regulamentos específicos da informação militar e da contra-informação*” atribuídas ao CCEM, pelo diploma que reestruturou os Serviços de Informações Militares (DL 226, 1985: Artº 6º).

A actual legitimidade do SEGMIL é contestada com base em dois entendimentos. Um, fundamentado no facto de nunca ter sido publicado, omissão que lhe retira eficácia externa (a particularidade de ser classificado de “reservado” inibia a sua publicação integral, mas não a sua publicitação). Outro, argumenta que na sequência da criação do Serviço de Informações Estratégicas de Defesa e Militares (SIEDM) a revogação do decreto-lei que atribuía aquelas competências deliberativas implicou a revogação automática dos regulamentos elaborados sob a sua égide.

Concordamos com o primeiro argumento e discordamos do segundo, porque entendemos que apenas foi revogada a competência do CCEM para proceder à aprovação de posteriores normativos, pelo que os anteriormente produzidos continuam em vigor até serem revogados ou substituídos por outros de idêntico teor.

Acresce que, após a publicação da Lei Orgânica do MDN de 1993, a ANS passou a ter competências, exclusivas, para aprovar instruções respeitantes à salvaguarda e defesa das matérias classificadas, substituindo o exercício de algumas competências, definidas em SEGMIL, de entidades militares (LOMDN, 1993: Artº 15º).

Isto leva a concluir que o SEGMIL só continuará em vigor até que sejam aprovadas novas instruções, ao abrigo de um novo diploma legal.

Por último, importa referir que no exercício das competências conferidas à ANS, esta tem difundido um elevado conjunto de Normas Técnicas que abordam os procedimentos a adoptar pelos órgãos de segurança das matérias classificadas nas suas vertentes de segurança física, do pessoal, electrónica e outras. Estas normas têm permitido pormenorizar e actualizar as disposições e/ou colmatar a omissão de algumas regras dos SEGNAC.

#### **(4) Normativos de organizações internacionais**

Portugal, na assumpção de parte de pleno direito nas organizações internacionais que integra, em cumprimento dos acordos de que é signatário, obriga-se a subscrever e a cumprir as metodologias e os procedimentos que as regem.

A própria CPR refere a transposição para a ordem interna das normas emanadas das organizações internacionais que Portugal integra (CRP, 2005: Artº 8º), sendo de destacar as que derivam da OTAN e da UE, que cobrem uma vasta gama de assuntos relativos à



segurança das matérias classificadas<sup>3</sup>.

É desejável que estas normas sejam igualmente suportadas através do respectivo enquadramento num diploma nacional específico.

#### **d. Normas restritivas inseridas em legislação específica**

##### **(1) Nas legislações de acesso**

O CPA excepciona do direito de consulta e da passagem de certidões, inclusive as independentes de despacho, os casos em que os processos contenham documentos classificados (CPA, 1991: Artº 62º) e cria uma restrição ao regime de Administração aberta quando refere que o acesso deve ser feito “... *sem prejuízo do disposto na lei em matérias relativas à segurança interna e externa...*” (CPA, 1991: Artº 65º)

A LADA confere à Administração o poder de interditar o acesso a documentos cujo conhecimento possa causar dano à segurança interna ou externa do Estado, devendo, neste caso, os documentos ser classificados de acordo com a legislação em vigor (LADA, 2007: Artº 6º).

Mas, sob a forma de lei para matérias classificadas, esta só existe relativamente ao segredo de Estado (a LSE) e para os Serviços de Informações (a Lei Quadro do SIRP), estando as demais classificações regulamentadas por RCM, o que remete mais uma vez para a necessidade de as enquadrar sob a forma de lei.

O regime geral dos arquivos e do património arquivístico, ao limitar o acesso à informação arquivada por necessidades das restrições derivadas da lei, como serão caso o segredo de Estado e os documentos classificados (DL 16, 1993: Artº 17º), leva a reiterar o citado no parágrafo anterior quanto à necessidade de enquadramento das demais classificações.

No caso do SAHD do MNE, a desclassificação de documentos é supervisionada por uma Comissão de Selecção e Desclassificação, cujo normativo enquadrante prevê as ressalvas de acesso que possam ser sustentadas em função de fazerem perigar os interesses do Estado Português, designadamente, por serem susceptíveis de colocar em risco a segurança interna ou externa do Estado ou por dizerem respeito a organizações internacionais, particularmente as de defesa, de que Portugal seja membro (PORT 896, 2004: *passim*).

Também as FFAA são possuidoras de um património de elevada sensibilidade,

---

<sup>3</sup> Merecem especial referência o C-M (NATO 2002) 49 (Anexo “B”, emenda nº6, de 2008), da segurança no âmbito da OTAN, e as Regras de Segurança do Conselho da UE (Directiva Nº 2001/264/CE, de 19 de Março) e as Regras de Segurança da Comissão Europeia (Directiva Nº 2001/844/CE, de 29 de Novembro), bem como os principais normativos que lhe são subsidiários (*ver Apd 3*).



designadamente o que se relaciona com o esforço militar relativo à guerra nos antigos territórios ultramarinos – 1961/75 e os acontecimentos político-militares do 25 de Abril, os quais são alvo permanente de intenções de acesso por motivos de investigação académica ou jornalística.

Embora os arquivos militares estejam sujeitos ao regime geral, no que respeita à reserva de acesso que deriva da inviolabilidade da segurança das pessoas ou da sua vida privada<sup>4</sup>, guardam outra documentação, designadamente a referente a operações militares nos teatros de guerra, relativamente à qual importa acautelar as modalidades ao seu acesso por imperativos da salvaguarda do interesse nacional.

Para prevenir que a pressão exercida pelo aumento do espaço temporal em relação aos acontecimentos, determinasse a abertura dos arquivos sem qualquer tratamento prévio, o CCEM aprovou, em reunião de 03JUL1996, *“As Normas para a Desclassificação de Documentos pertencentes aos Arquivos Históricos das Forças Armadas e para acesso aos documentos referidos”*.

Normas que abrangem a generalidade da documentação existente nos Arquivos Históricos dos Ramos das FFAA, com especial incidência para os relativos ao esforço de guerra no ex-Ulamar. Elas prevêem a constituição de uma comissão de desclassificação em cada Ramo, definem o processamento da desclassificação a aplicar em função do grau de classificação de segurança a que os documentos estejam sujeitos<sup>5</sup> e regulam a forma de acesso à documentação.

As disposições finais referem que após a data de 31Dez2005 seria possível aceder a toda a documentação não classificada e àquela que tivesse sido desclassificada.

Seria oportuno conferir eficácia externa a esta orientação interna das FFAA, através da sua publicação sob a forma de uma portaria que, à semelhança do SAHD, regulasse os mecanismos de desclassificação dos documentos dos arquivos das FFAA e as normas para o seu acesso condicionado.

## **(2) Na Lei de Segurança Interna**

A LSI determina o dever de cooperação entre todas as Forças e Serviços de Segurança (FSS), designadamente, através da troca de informações necessárias ao desenvolvimento das actividades de cada um, com a salvaguarda dos regimes legais dos

---

<sup>4</sup> “... desde que decorridos 50 anos sobre a data da morte da pessoa a que respeitam os documentos ou, não sendo esta data conhecida, decorridos 75 anos sobre a data dos documentos. (DL 16,1993:Artº 17º)”

<sup>5</sup> Respeitando o prazo de 30 anos em relação à data do documento, com excepção das reservas impostas pelas disposições legais em vigor, designadamente a que contenha dados pessoais



segredos de justiça e de Estado (LSI, 2008: Artº 6º), e atribui competência ao Governo para fixar as regras de classificação e controlo da circulação dos documentos classificados, bem como da credenciação das pessoas que necessitem de lhes aceder (LSI, 2008: Artº 8º).

Confere, ainda, ao Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna competência para estabelecer com o Secretário-Geral do SIRP mecanismos de cooperação com vista à partilha de informações, igualmente com a observância do segredo de justiça e do segredo de Estado (LSI, 2008: Artº 16º).

### **(3) Na legislação dos Serviços de Informações**

Face à especificidade da actividade dos serviços de informações, que obriga a restrições ao livre acesso das informações produzidas, a “*Lei Quadro do SIRP (LQSIRP)*” e a “*Lei da Orgânica do Secretário-Geral do SIRP, do Serviço de Informações Estratégicas de Defesa (SIED) e Serviço de Informações de Segurança (SIS)*”, define como matérias classificadas e abrangidas pelo segredo de Estado, todos os instrumentos de trabalho, documentos e registos, arquivados ou guardados nos centros de dados, derivados do desenvolvimento das respectivas actividades, por serem de interesse para a salvaguarda da Segurança Nacional (LQSIRP, 2004: Artº 32º e LEI 9, 2007: Artº 5º).

Esta duplicidade a que está sujeita a utilização do segredo de Estado, na sua essência e no âmbito dos serviços de Informações, deveria ser eliminada e regulada através da integração dos regimes de classificação num único normativo.

Por outro lado, embora não fiquem sob a alçada do segredo de Estado, as informações e elementos de prova relativos a factos que indiciem práticas criminosas contra a segurança do Estado obrigam à sua comunicação às entidades competentes para a respectiva investigação e eventual instrução. É considerada a possibilidade de, com a autorização do Primeiro-Ministro, as comunicações poderem ser retardadas pelo tempo necessário e suficiente para que a informação a prestar garanta a salvaguarda da segurança do Estado.

O processamento dos dados pessoais, permitidos por lei aos Centros de Dados de cada serviço, SIS e SIED, funcionam de forma autónoma, sob orientação do Secretário-Geral, através dos respectivos directores. Aqueles Centros não podem ser conotados entre si e são fiscalizados por uma Comissão de Fiscalização de Dados do SIRP, que está integrada na arquitectura das entidades que constituem o edifício orgânico deste serviço.

O acesso às informações, dados e documentos só é permitido aos funcionários e agentes, civis e militares, no exercício de funções policiais e carece sempre de autorização, através de despacho, do competente membro do governo (LQSIRP, 2004: Artº 5º).



Para estes elementos acederem aos dados e documentos, mesmo exceptuando o Secretário-Geral e os directores dos serviços, podemos questionar como é regulado o acesso aos sistemas de armazenamento de informação de ambos os serviços. Com que credenciação?

Só a criação de uma marca “segredo de Estado” integrada num novo sistema de classificação e credenciação de segurança permitirá ultrapassar esta contradição.

#### **e. Síntese conclusiva**

No que se refere aos valores, aqueles que garantem o direito de acesso dos cidadãos aos assuntos da Administração coexistem com os que asseguram as restrições de acesso impostas por esta Entidade, sobre o conjunto de informações consideradas como reservadas e protegidas, por serem vitais para a salvaguarda da Segurança Nacional.

No que toca à legislação que enquadra as matérias classificadas, verificámos:

- que a LSE, face à natureza excepcional do segredo de Estado e ao âmbito dos valores que protege, é um importante instrumento de imposição de restrições. Referencia-se a omissão de não estar definido um sistema de regras para a protecção das matérias que classifica, nem a entidade a quem deve estar cometida a atribuição de assegurar a articulação e a harmonização da protecção dos documentos sujeitos a esta classificação;
- que os demais normativos nacionais, os SEGNAC e o SEGMIL (este exclusivo para as FFAA), definem as regras e procedimentos relativos às matérias classificadas;
- que as Normas Técnicas difundidas pela ANS complementam e atenuam as desactualizações dos normativos anteriores;
- que os normativos internacionais vigoram na ordem interna, nos termos dos acordos estabelecidos com as organizações que Portugal integra;
- que para salvaguarda da Segurança Nacional, existem normas restritivas inseridas noutros diplomas específicos, quer nos que regulam o acesso, quer nos que enquadram actividades que carecem de especial reserva, quanto à informação manuseada.
- que se visualiza a necessidade de enquadrar todos os normativos que regulem restrições aos direitos de acesso num único diploma, sob a forma de lei.

Assim, porque o quadro legal em vigor permite a restrição de acesso aos documentos administrativos por imperativos de salvaguarda da Segurança Nacional, ao contemplar a protecção das matérias classificadas (sob a forma de legislação específica e de normas inseridas noutros diplomas), confirma-se e valida-se a segunda hipótese.



### 3. A eficácia dos regimes que regulam as matérias classificadas

No capítulo anterior identificámos a existência de diplomas e de normas que sustentam as restrições de acesso a matérias que requerem ser classificadas por necessidade de serem mantidas sob reserva. Contudo, torna-se necessário determinar, de forma explícita, qual a sustentação que é conferida aos próprios diplomas pelos mecanismos sancionatórios que os possam suportar, com vista a dissuadir e, se necessário, punir ou condenar as condutas de violação dessas matérias e, ainda, a identificar as entidades responsáveis por assegurar a articulação e a harmonização dos procedimentos de protecção das matérias classificadas.

É da natureza do direito que às normas jurídicas estejam associadas sanções a aplicar no caso da sua violação. Elas impõem ou proíbem determinada acção e, deste modo, obrigam o cidadão a uma determinada acção ou omissão. É o princípio da coercibilidade que se traduz “*na possibilidade de uma norma ser imposta pela força que é exercida pelo Estado e seus órgãos de tutela pública*” (Vieira, 2009: 73).

#### a. O enquadramento normativo

Importa visualizar no edifício normativo que enquadra as restrições de acesso às matérias sob reserva e na legislação subsidiária, de que modo é sustentada a obrigatoriedade do cumprimento das regras de salvaguarda do segredo e do dever de sigilo, que resultam da classificação dos documentos e das credenciações conferidas ao pessoal que lhes pode aceder por motivo da exclusiva necessidade de as conhecer ou operar.

#### (1) A Constituição da República Portuguesa

A lei fundamental é omissa quanto aos princípios que devem ser seguidos relativamente à protecção das matérias classificadas, seja no âmbito do segredo de Estado ou nos demais regimes de classificação. Uma omissão que se estende à salvaguarda dessas matérias, ao regime de credenciação do pessoal que as opera e a referências de índole penal que sustentem a criminalização ou outro regime sancionatório a aplicar à violação daquelas matérias.

#### (2) Os regimes de classificação

##### (a) Lei do Segredo de Estado

Apesar da referência que fizemos a este diploma no capítulo anterior, voltamos a sinalizá-lo na perspectiva do quadro normativo integrado que estamos a tratar.

Esta lei enumera as excepções ao seu âmbito de aplicação ao referir que “*...as restrições de acesso aos arquivos, processos e registos administrativos e judiciais, por*





*razões atinentes à investigação criminal ou à intimidade das pessoas, bem como as respeitantes aos serviços de informações da República Portuguesa e a outros sistemas de classificação de matérias, regem-se por legislação própria.*”, (LSE, 1994: Artº 1º), que, como já referimos, são o CPA, a LADA, a LPDP, a LQSIRP e, ainda, o Código do processo Penal (CPP) (este no que toca ao segredo de justiça) e deixa de fora as matérias já classificadas por outras normas como as nacionais (SEGNAC e SEGMIL) ou as das organizações internacionais que Portugal integra.

No entanto, a LSE perante a vital importância e elevada sensibilidade das matérias que visa proteger, apesar de incluir normas essenciais, como as matérias que podem ser passíveis de classificação como segredo de Estado, as entidades com competência para classificar e as restrições de acesso, não determina nem remete para outra legislação existente ou a criar, as tarefas inerentes à identificação, protecção e processamento das matérias classificadas no seu âmbito, bem como a atribuição de competências a uma entidade que execute as tarefas do respectivo controlo e registo destes documentos.

Acresce, que esta omissão coloca interrogações sobre as situações que configurem a necessidade de acesso à informação classificada de segredo de Estado, por pessoas não credenciadas, casos das investigações e demais desenvolvimentos processuais no âmbito da justiça ou de trabalhos parlamentares, designadamente os de comissões especializadas ou de inquérito.

Assim, como a lei não o prevê, nem está regulamentado um grau de classificação de segurança a aplicar aos documentos classificados como segredo de Estado, desconhece-se como são marcados, geridos e qual o tratamento aplicado a estes documentos, situação que também a própria ANS desconhece, dado que não os acolhe na sua estrutura de Registo Central, Sub-Registos e Postos de Controlo.

Logo, estamos perante a questão de *como se poderá identificar um documento sujeito a segredo de Estado?* A resposta é relevante para se perceber como são tratados, e, deste modo, permitirem responsabilizar as condutas incorrectas nas sedes próprias, sejam elas disciplinares, criminais, ou outras.

Com este facto identificamos um primeiro sinal da necessidade da existência de um diploma em forma de Lei, que estabeleça os princípios gerais em matéria de classificação de informações, credenciações e que remeta para posterior regulamentação as demais medidas de salvaguarda das matérias classificadas.

Aliás, a LSI determina que compete ao Governo *“fixar nos termos da lei, as regras de classificação e controlo de circulação dos documentos oficiais e de credenciação das*





peças que devam ter acesso aos documentos classificados” (LSI, 2008: Artº 8º). Logo, há que produzir a lei e depois, nos seus termos, regulamentar os demais normativos conexos.

Embora a lei imponha o dever de sigilo, remetendo as eventuais punições para legislação subsidiária, como os estatutos disciplinares, os códigos penais (CP e CJM) e diplomas específicos do SIRP (LSE, 1994: Artº 10-11º), o quadro sancionatório pode ser fragilizado pela incapacidade de se responder à questão acima formulada quanto à identificação de documentos sujeitos a este regime.

#### **(b) Outros normativos nacionais**

Estão em vigor quatro normativos (SEGNAC) publicados, entre 1988 e 1994, sob a forma de RCM, que regulam as instruções para a segurança nacional e salvaguarda das matérias classificadas e definem os procedimentos de âmbito nacional a aplicar.

Importa reiterar que estes normativos por serem resoluções não têm força coerciva, estatuto reservado a leis e decretos-lei, não prevendo qualquer quadro sancionatório (de âmbito disciplinar, de penas acessórias ou penais, sob a forma de contra-ordenações ou outras) a aplicar no caso das violações das regras, que eles próprios enquadram relativamente à segurança das matérias classificadas.

Neste sentido a expectativa de “*fazer cumprir*” reduz-se à esfera dos estatutos disciplinares, caso incorporem alguma norma que explicitamente refira a protecção das matérias classificadas, ou através da imputação dessas violações às infracções das normas que prevejam a obrigatoriedade do segredo, como é o caso do dever de sigilo.

Também aqui se identifica a necessidade da existência de um normativo, em forma de lei ou decreto-lei, para ultrapassar este constrangimento e, deste modo, enquadrar os SEGNAC ou os seus eventuais sucedâneos, aliás, intenção que a ANS já tem manifestado através de propostas elaboradas no passado recente.

O **SEGMIL**, numa conjuntura diferente dos anteriores, ao ter o estatuto de regulamento militar está abrangido pelo conteúdo da disciplina militar que “... *consiste no cumprimento pronto e exacto ... das leis e dos regulamentos militares, bem como das ordens e instruções dimanadas dos superiores hierárquicos...*” (RDM, 2009: Artº 4º), pelo que a sua violação é, desde logo, passível de procedimento disciplinar por violação do dever de sigilo (RDM, 2009: Artº 21º).

A eficácia jurídica de que o SEGMIL carece, por motivo da sua não publicação, é ultrapassada na ordem interna das FFAA ao ser equiparado a uma ordem hierárquica.



### **(c) Normativos de organizações internacionais**

Portugal, ao assumir-se como parte de pleno direito nas organizações internacionais que integra, obriga-se a subscrever e a cumprir as metodologias e os procedimentos que as regem. No entanto, a falta de um regime que as acolha, designadamente definindo um quadro sancionatório, coloca-as na mesma situação das normas nacionais, com excepção se forem violadas no âmbito das FFAA.

Tratando-se de normas que têm servido de paradigma às correspondentes normas nacionais, haverá decerto vantagem em serem contempladas num mesmo diploma que enquadre a protecção das matérias classificadas de uma forma global e que torne extensivo a estas normas o regime de sanções inerentes às respectivas violações.

### **(3) Outros regimes específicos**

#### **(a) Leis enquadrantes dos Serviços de Informações**

Como já referimos, a “*LQSIRP*” e a “*Lei da Orgânica do Secretário-Geral do SIRP, do SIED e do SIS*”, consideram como segredo de Estado os dados e as informações produzidas no desenvolvimento das respectivas actividades (LQSIRP, 2004: Artº 32º e LEI 9, 2007: Artº 5º). No entanto, face às indefinições já citadas para este regime de segredo é aconselhável enquadrá-lo num futuro edifício que regule todas as matérias classificadas e, deste modo, evitar a atribuição generalista desta classificação.

Para reforçar a interdição de divulgação de informação, a LQSIRP incorpora normas referentes ao dever de sigilo para os funcionários e agentes que ficam obrigados a guardar um rigoroso segredo sobre todas as informações a que tenham tido acesso no âmbito das suas actividades e a manter esta restrição para além do período do exercício de funções.

Prevê, ainda, uma moldura penal para a violação do dever de sigilo (pena de prisão até três anos), que suporta as violações de qualquer matéria que venha a ser classificada (LQSIRP, 2004: Artº 28º).

Ambas as leis, contemplam um regime disciplinar específico e penas especiais, agravadas e acessórias, para além das previstas no regime geral da Administração Pública (LQSIRP, 2004: Artº 30º e LEI 9, 2007: Artº 67º).

Estes serviços são sujeitos a inspecções conduzidas pelo GNS no âmbito das matérias classificadas que processam, exceptuando-se as sujeitas ao segredo de Estado.

#### **(b) Lei de Segurança Interna**

A LSI não integra nenhuma norma, dirigida às FSS que exerçam funções de segurança interna, de modo a enquadrar o dever de reserva em relação ao segredo de



Estado ou às matérias classificadas, bem como ao dever de sigilo. No entanto aparecem referências ao dever de sigilo nos diplomas específicos que enquadram estas organizações, designadamente nos da GNR (DL 297, 2009 e Lei 145, 1999), PSP (DL 299, 2009 e LEI 7, 1990), SEF (DL 252, 2000), PJ (LEI 37, 2008 e DL 196, 1994) e SIS (LEI 9, 2009), sendo que neste último os dados produzidos são tratados como segredo de Estado, caso em que todas as situações foram previstas, apesar de ser omissa a marcação dos documentos sujeitos a este segredo.

#### **(c) Lei da Defesa Nacional**

De modo diferente da LSI, a LDN inclui normas que determinam que os militares em efectividade de serviço estão sujeitos ao dever de sigilo relativamente às matérias cobertas pelo segredo de Estado e por outros sistemas de classificação, bem como aos elementos constantes de centros de dados que não possam ser divulgados (LDN, 2009: Artº 28º).

#### **(4) Os códigos penais e de processo penal**

O Código Penal (CP), no capítulo relativo aos crimes contra a segurança do Estado, tipifica o crime e determina a respectiva moldura penal para os casos de violação de matérias que estejam protegidas pelo segredo de Estado (CP, 2007: Artº 316º).

De acordo com os critérios em vigor plasmados no SEGNAC 1, a classificação de “muito secreto” aplica-se a matérias<sup>6</sup> que quando violadas podem também comprometer uma esfera de assuntos, excepcionalmente graves, como os tipificados para o segredo de Estado. Mas, a sua violação, tal como já foi assinalado relativamente às resoluções que aprovam os SEGNAC, não é sujeita a qualquer moldura penal, por inexistência da tipificação do crime de violação das matérias classificadas.

Assim, à semelhança do segredo de Estado, porque a violação de documentos classificados também pode causar dano e colocar em risco a Segurança Nacional, é de ponderar a criminalização destes actos.

Poder-se-á argumentar que se pode ultrapassar esta lacuna, fazendo recurso ao disposto sobre o crime de violação de segredo por funcionário, tipificado no âmbito dos crimes cometidos no exercício de funções públicas (CP, 2007: Artº 383º). Mas, nesta situação, é preciso atender à existência de dois pressupostos, porque caso se trate de

---

<sup>6</sup> “...informações, documentos e materiais que necessitem do mais elevado grau de protecção. ... às matérias cujo conhecimento ou divulgação por pessoas não autorizadas possa implicar consequências excepcionalmente graves para a Nação ou nações aliadas ou organizações de que Portugal faça parte ... afectar as condições de defesa do País, dos seus aliados ou os altos interesses da Nação ou de nações aliadas ou de organizações de que Portugal faça parte...” (SEGNAC 1: 3.2.1.)



segredo de Estado torna-se necessário que exista uma prévia e inequívoca forma de identificação desse segredo de Estado e no caso de matérias sujeitas às demais classificações a sua aplicabilidade requer que a lei tipifique, previamente, o crime de divulgação de matérias classificadas, sem o qual não haverá sanção penal aplicável.

Também os actos que tipificam o crime de espionagem estão exclusivamente associados ao crime de violação do segredo de Estado (CP, 2007: Artº 317º).

As normas do Código de Justiça Militar (CJM) aplicam-se aos crimes estritamente militares. Neste código, as normas relativas à violação do segredo de Estado e à espionagem, adaptam a sua tipificação ao universo dos interesses militares, às operações militares e à segurança militar, sendo a sua moldura penal idêntica à prevista no CP, com a particularidade das penas relativas ao crime de espionagem serem agravadas em tempo de guerra ou em situações consideradas equivalentes, (CJM, 2003: Artº 33º-34º).

Este código também não contempla a tipificação do crime de violação das matérias classificadas.

Reitera-se que os crimes tipificados e respectivas penas previstas em ambos os códigos podem ver inibida a sua aplicação por não estar definida uma classificação de segurança com a marcação de “segredo de Estado”, nem uma credenciação que habilite ao acesso a documentos com esta marca. Aliás, suscita-nos dúvidas a necessidade de nos processos de credenciação se tomar conhecimento dos artigos do CP e do CJM relativos à divulgação de matérias sujeitas aquele segredo.

O Código de Processo Penal (CPP) regula que “*as testemunhas não podem ser inquiridas sobre factos que constituam segredo de Estado*” (CPP, 2007: Artº 137º) e acrescenta que este articulado abrange “*os factos cuja revelação, ainda que não constitua crime, possa causar dano à segurança, interna ou externa, do Estado Português ou à defesa da ordem constitucional*” (*ibidem*).

E prevê que “*os funcionários não podem ser inquiridos sobre factos que constituam segredo e de que tiverem tido conhecimento no exercício das suas funções*” (CPP, 2007: Artº 136º), com a ressalva de no caso de haver dúvidas fundadas sobre a legitimidade da escusa, poder o tribunal determinar o depoimento.

Neste código há uma protecção explícita às matérias sob segredo de Estado que seria importante ampliar ao universo das matérias classificadas, de modo a prever que a decisão de obrigatoriedade do depoimento apenas seja sancionada após parecer da tutela da entidade classificadora.

Acresce, que os documentos classificados têm regras próprias de acesso,



manuseamento e salvaguarda que caracterizam um grau de segurança, o qual não é substituído pelo facto de estar na posse de um juiz no âmbito de um processo judicial sujeito a segredo de justiça. Sendo realidades diferentes, seria importante incluir no CPP, uma norma que obrigasse à credenciação, com o grau adequado, dos agentes judiciais quando necessitassem de aceder a matérias sob segredo de Estado ou classificadas por outros sistemas.

### **(5) Os regulamentos e estatutos disciplinares**

O Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que Exercem Funções Públicas (EDTEFP) considera como ilícito disciplinar o comportamento do trabalhador que por acção ou omissão viole deveres gerais ou especiais, inerentes à acção que desenvolve.

Do conjunto de deveres gerais, importa salientar o dever de informação, que consiste em” *prestar ao cidadão, nos termos legais, a informação que seja solicitada, com ressalva daquela que, naqueles termos, não deva ser divulgada*” (EDTEFP, 2008: Artº 2º).

A primeira parte desta norma enquadra-se no conceito de “administração aberta” dever regulado em legislação própria, CPA e LADA, já abordado no primeiro capítulo. A segunda, uma “vaga” expressão para poder consubstanciar uma protecção sobre matérias que estejam sujeitas a reserva de divulgação.

E, embora esteja prevista uma pena de demissão quando “*divulguem informação que nos termos legais não deva ser divulgada*” (EDTEFP, 2008: Artº 18º) somos conduzidos a inferir que os documentos teriam de ser classificados nos termos de uma *lei*, que como já referimos ao longo do estudo, não existe.

Assim, apesar de a LSE remeter as violações do dever de sigilo, relativo às matérias em segredo de Estado, para o EDTEFP, a inexistência de um dever de sigilo neste estatuto que refira explicitamente a violação do segredo de Estado (como está consagrado nos diplomas que regulam as áreas de actuação específica das FSS e dos Serviços de Informações), não permite concretizar a disposição sancionatória da LSE.

O mesmo se verifica em relação aos SEGNAC, que por estarem sustentados em RCM não consagram uma previsão legal de sancionamento (faculdade apenas conferida às leis e decretos-lei). Deste modo, somos conduzidos à idêntica conclusão de não ser possível aplicar uma pena disciplinar no caso da violação do dever de sigilo.

Com a norma actual, salvo os casos em que o trabalhador receba directrizes específicas sobre a informação a salvaguardar, parece ficar ao critério do funcionário a informação a divulgar, podendo até a infracção, ser interpretada como excesso de zelo informativo. Assim, torna-se necessário equacionar a inclusão do dever de sigilo no



EDTEFP, com referência às matérias classificadas, conjugado com o enquadramento legal a atribuir aos SEGNAC.

No Regulamento de Disciplina Militar (RDM), da conjugação da caracterização de infracção disciplinar (RDM, 2009: Artº 7º) com os deveres especiais, ressalta o dever de sigilo que se revela uma norma dissuasora da divulgação de informações obtidas em consequência do desempenho das respectivas funções, podendo aqui serem incluídas as referentes às matérias classificadas. Também o Regulamento de Disciplina da GNR (LEI 145, 1999: Artº16º) consagra idêntica disposição.

#### **b. O Gabinete Nacional de Segurança**

Finalmente há que referir a necessidade de uma única entidade, que tenha a responsabilidade de assegurar a articulação e a harmonização da protecção das matérias classificadas de origem nacional e internacional.

A inserção de Portugal nas organizações internacionais, como membro de pleno direito, nomeadamente na OTAN, determinou, para o cumprimento dos acordos estabelecidos relativamente às matérias classificadas, a necessidade da criação de um conjunto de estruturas e a adopção dos procedimentos padronizados que fossem objecto de verificação e validação externas, através de processos inspectivos, condição *sine qua non* para Portugal aceder ao fluxo da informação, designadamente documental, gerado nessas organizações.

Desde logo, configurou-se a necessidade de existir uma entidade com o objectivo essencial é assegurar, em cada Estado membro, a segurança das matérias classificadas.

Na sequência das sucessivas tutelas de que dependeu, a ANS viu o carácter multidisciplinar que a Segurança Nacional passou a enformar (ao alargar a sua intervenção para além dos sectores tradicionais) determinar a sua transferência para a esfera interdepartamental da Presidência do Conselho de Ministros.

A ANS é a entidade, na dependência do mais elevado nível da Administração, que dirige o GNS e que exerce, em exclusivo, a protecção e a salvaguarda das matérias classificadas (DL 170, 2007: Artº 1º). Nos termos da sua lei orgânica, o GNS tem por finalidade, assegurar e articular os procedimentos relacionados com as matérias classificadas, garantir o cumprimento, neste âmbito, dos compromissos assumidos pelo Estado a nível internacional e ser a autoridade para a credenciação, das pessoas, individuais e colectivas, para o acesso às matérias classificadas (*idem*: Artº 2º).

Este desiderato é alcançado através de um vasto conjunto de atribuições e respectivas competências, do antecedente dispersas em vários diplomas, que dão corpo à



sua finalidade e que se estendem também a outras áreas, designadamente ao comércio e indústria de armamentos, aos sistemas informáticos e de informação que operam matérias classificadas.

Também merece especial referência a sua intervenção no âmbito da certificação das actividades inerentes à assinatura electrónica, ao assegurar dos compromissos internacionais, designadamente no âmbito da OTAN, EU, EUROJUST (Unidade Europeia de Cooperação Judiciária) e AEE (Agência Espacial Europeia), e ainda, como autoridade emissora de credenciações do Sistema de Certificação Electrónica do Estado (SECC) e respectivas chaves públicas (*idem*: Artº 3º).

Assim, constata-se que o GNS, a coberto do actual diploma orgânico, possui as atribuições e competências para a intervenção global no âmbito da salvaguarda das matérias classificadas, que poderá ser ampliada quando forem ultrapassados os constrangimentos que derivam dos normativos em vigor (a não inserção em leis ou decretos-lei), o que mais uma vez reitera a necessidade de um diploma enquadrante que venha rever o actual quadro jurídico.

Também, no âmbito dessa legislação, a omissão de não estar cometida a qualquer entidade a responsabilidade de fiscalizar o cumprimento das disposições relativas ao controlo dos procedimentos a que deveriam estar sujeitas as matérias sob segredo de Estado, pode ser ultrapassada através da respectiva atribuição à ANS.

### **c. Síntese conclusiva**

Foram identificadas algumas incongruências no edifício normativo que enquadra a protecção das matérias classificadas, tais como:

- na LSE, ressalta a inexistência de normas a regular a execução das tarefas inerentes ao controlo e registo dos documentos sujeitos a este regime;
- os SEGNAC, a vigorarem sob a forma de RCM, carecem de outro enquadramento que permita a inclusão de normas sancionatórias a aplicar nos casos de incumprimento.
- a necessidade de serem acolhidos num mesmo diploma as regulamentações de diferentes origens (nacional, OTAN e EU), para lhes conferir um regime legal idêntico e permitir enquadrar o regime sancionatório a aplicar por eventuais violações;
- o ser da competência do Governo, nos termos da LSI, legislar sobre a regulação das matérias classificadas, *nos termos da lei*. Uma lei que está, ainda, por publicar.
- a ausência de um sistema de classificação e credenciação a aplicar aos





documentos sob segredo de Estado, o que pode inviabilizar a aplicação das penas previstas no CP e CJM para a violação daquele segredo;

- a não tipificação criminal da violação das demais matérias classificadas;
- o regime específico que enquadra os Serviços de Informações, contemplar molduras sancionatórias para os casos de violação do segredo de Estado, das matérias classificadas e do dever de sigilo, configurando uma excepção para ultrapassar aquele vazio legal;
- serem excepção os diplomas enquadrantes das FFAA e das Forças e Serviços de Segurança e respectivos regimes disciplinares ao integram normas explícitas a regularem o dever de sigilo;
- o verificar-se a omissão do dever de sigilo no estatuto disciplinar que rege os trabalhadores em funções públicas;
- a ANS estar capacitada para exercer a sua actividade no âmbito da salvaguarda das matérias classificadas e faltar legislação que lhe permita uma intervenção mais global.

Assim, porque se identificaram algumas incongruências, nos normativos que enquadram a protecção das matérias classificadas e nos que regulam os regimes sancionatórios, que carecem da introdução de alterações para melhor salvaguarda da Segurança Nacional, confirma-se e valida-se a terceira hipótese.





## **Conclusão**

### **a. Conclusões**

A questão central do estudo teve como fio condutor saber se os imperativos de dois direitos, o de acesso aos documentos administrativos numa perspectiva de “administração aberta” e o das restrições existentes em nome da salvaguarda da Segurança Nacional, estão ambos assegurados, de forma equilibrada, na legislação vigente. Procurou também apurar da eficácia que o edifício orgânico e normativo em vigor confere ao enquadramento e ao suporte das regras da protecção das matérias classificadas.

#### **(1) No contexto dos direitos de livre acesso, retirámos as seguintes conclusões:**

- a matriz democrática que enquadra a organização político-administrativa portuguesa obriga a uma Administração Pública regulada pelos princípios do Estado de direito, onde o conhecimento dos direitos e das obrigações por parte dos cidadãos é um meio para diminuir a possibilidade de conflitos entre estes e a Administração;
- o direito à informação cumpre os seus dois desígnios fundamentais, o direito de se informar ao assegurar a livre escolha das fontes e o direito de ser informado ao garantir que os cidadãos são alvo, com clareza e oportunidade, da publicitação da informação disponível;
- o CPA configura um importante instrumento no apoio do acesso à informação e a LADA constitui-se como principal mecanismo para os cidadãos exercerem o seu direito de acesso aos documentos administrativos. Existem, ainda, normativos que continuam a assegurar o acesso aos documentos e à informação após transitarem para o sistema de arquivos;
- o livre acesso, primariamente garantido à documentação própria, é extensivo a qualquer pessoa, independentemente de ser parte interessada no documento, ampliando o direito de acesso geral aos documentos não personalizados, mas assegurando algumas reservas de princípio ao livre acesso, por terceiros, aos documentos nominativos;
- a protecção da vida privada dos cidadãos está assegurada através de normas que integram esta legislação e foi reforçada com a LPDP, eliminando possíveis vulnerabilidades dos cidadãos perante a Administração;
- o realce cometido às Comissões independentes de fiscalização, a CADA e a CNPD, na aplicação das respectivas leis, ao zelarem pelos respectivos cumprimentos, apreciarem as queixas e de elaborarem pareceres para as entidades administrativas. A sua autonomia constitui-se como um baluarte da defesa dos direitos dos cidadãos.



Neste domínio o futuro dir-nos-á se os Governos continuarão a difundir orientações à Administração Pública, para a tornar cada vez mais receptiva à cidadania que deriva das iniciativas dos cidadãos e, deste modo, reflectirem uma aposta no efectivo fortalecimento da sociedade civil.

**(2) No âmbito da salvaguarda da Segurança Nacional**, verificámos:

Que os acontecimentos do passado recente, bem como as ameaças perspectivadas, actuais e futuras, evidenciam a actualidade dum conceito de Segurança Nacional que aglutina a tradicional divisão entre os conceitos de Defesa Nacional e Segurança Interna.

Este contexto incrementa a necessidade de proteger, através de restrições de acesso, as matérias, em suporte documental ou outro, que na posse de pessoas não autorizadas sejam passíveis de configurar uma ameaça à Segurança Nacional por poderem causar dano ou pôr em risco a independência nacional, a integridade e a unidade do Estado e sua segurança interna e externa.

Assim, a protecção das matérias classificadas deve assentar em dois requisitos essenciais: **na existência de normativos** que enquadrem todo sistema de regras de protecção e do seu processamento e **na eficácia desses normativos** através da sua sujeição às regras de classificação e credenciação e pelo suporte em molduras sancionatórias adequadas para dissuadir e, quando necessário, punir ou condenar as condutas violadoras dessas matérias.

**(a)** No que se refere à **existência de normativos**, podemos concluir que:

- a CRP apenas menciona a sua competência legislativa quanto às matérias relativas ao segredo de Estado e omite qualquer referência às matérias classificadas;
- existe legislação específica (a LSE, os SEGNAC e o SEGMIL) adequada às necessidades de restringir o livre acesso aos documentos cujo conhecimento seja passível de pôr em causa a Segurança Nacional;
- é omissa qualquer regulamentação ao regime que resulta da LSE, designadamente quanto ao sistema de classificação e credenciação que o deve sustentar;
- os SEGNAC agrupam as regras e procedimentos relativos às matérias classificadas;
- o SEGMIL continua a garantir idêntico desiderato no universo das FFAA, justificando-se a sua existência até à publicação de nova legislação que o integre num sistema unificado de normas nacionais;



- ambos, SEGNAC e SEGMIL, carecem de actualização e de um novo enquadramento jurídico;

- a ANS tem minimizado os constrangimentos derivados da inexistência daquele enquadramento, através da difusão de Normas Técnicas que têm actualizado, pormenorizado e colmatado as omissões identificadas nas regras em vigor, sendo supletivas em relação às matérias tratadas nos SEGNAC e SEGMIL;

- as normas específicas para a protecção das matérias classificadas oriundas das organizações internacionais que Portugal integra, têm aplicação na ordem interna;

- existem normas restritivas nos diplomas que regulam o livre acesso e nos que enquadram as actividades desenvolvidas pelas FSS e os pelos Serviços de Informações, com o objectivo de salvaguarda da Segurança Nacional;

- uma parte substancial da informação classificada dos Serviços de Informações está abrangida pelo segredo de Estado, o que sujeita este regime a uma duplicidade (a da sua essência e a do âmbito destes Serviços), a qual poderia ser eliminada através da integração de todos os regimes de classificação num único normativo;

- é oportuno enquadrar num único diploma todos os sistemas de classificação em vigor, nacionais e internacionais, bem como consagrar num único sistema nacional o regime do segredo de Estado e o das matérias classificadas;

- os normativos referenciados, apesar de necessitarem de actualizações e de um novo, coerente e integrador, enquadramento jurídico, continuam a constituir-se como os únicos instrumentos de cariz conceptual e metodológico actualmente disponíveis, para regular a segurança e salvaguarda das matérias classificadas.

(b) Quanto à **eficácia dos normativos** pela sua sujeição às regras de classificação e credenciação e pelo suporte conferido por molduras sancionatórias, concluímos que:

- não existe uma classificação e credenciação de segurança padronizada, nem uma modalidade de processamento e controlo das matérias classificadas através da LSE. Estas matérias estão ausentes de qualquer sistema de protecção porque a lei não o refere, nem remete para qualquer regulamentação, existente ou a publicar;

- os normativos, que enquadram a protecção e salvaguarda das demais matérias classificadas (os SEGNAC), publicados em RCM, não incluem normas sancionatórias de contornos disciplinares, das penas acessórias ou penais, para os casos do



incumprimento daquelas regras. Porque a capacidade coerciva está reservada a leis e decretos-lei, torna-se necessário promover este enquadramento. Esta necessidade tem sido reiterada pela ANS nos últimos anos, através da formulação de várias propostas;

- o SEGMIL, como regulamento militar, implica que qualquer violação ao prescrito seja remetida para a justiça militar por ser exclusiva do âmbito interno das FFAA;
- os códigos penais, CP e CJM, tipificam as molduras penais para os casos de violação do segredo de Estado, mas a ausência de um sistema de classificação e credenciação a aplicar aos documentos sob esta reserva, pode inviabilizar as penas previstas nestes códigos;
- a não tipificação criminal da violação das demais matérias classificadas, isenta do âmbito criminal os restantes sistemas de classificação e credenciação de segurança;
- alguns normativos que regulam actividades específicas, como os relativos aos Serviços de Segurança, ultrapassam estas omissões através da inclusão de normas supletivas dos regimes disciplinar e penal para as situações de violação do segredo de Estado e do dever de sigilo relativamente às matérias classificadas ou sob outras reservas, que se revelam dissuasoras dessas violações;
- os diplomas que enquadram as FFAA e as FSS integram normas explícitas que consideram as violações de matérias classificadas como uma violação do dever de sigilo e por isso passível de procedimento disciplinar;
- carece de ser explicitamente regulada a não divulgação das matérias classificadas no estatuto disciplinar que rege os trabalhadores que exercem funções públicas. A omissão do dever de sigilo no actual estatuto implica que apenas seja sancionada disciplinarmente a divulgação de informações que nos termos legais não devam ser divulgadas;
- a ANS, entidade na dependência do mais elevado nível da Administração do Estado, que já exerce em regime de exclusividade, a salvaguarda das matérias classificadas está vocacionada para a intervenção global, que neste âmbito vier a resultar da publicação de nova legislação que enquadre as medidas de protecção e controlo das matérias sujeitas a todas as classificações e respectivas credenciações.

Como resumo conclusivo, podemos afirmar que os direitos de Acesso, numa perspectiva de “administração aberta”, e as restrições existentes em nome da salvaguarda da Segurança Nacional, estão assegurados pelos normativos em vigor, os quais se



equilibram na garantia destes dois imperativos.

No entanto, as omissões existentes no edifício normativo, que regula a protecção das matérias classificadas, podem ser atenuadas através da publicação de legislação integradora que reforce a eficácia da sua intervenção.

Deste modo concretizámos os objectivos propostos para este estudo.

## **b. Recomendações**

### **(1) Justificação**

Face ao exposto julga-se pertinente justificar recomendações sustentadas nos seguintes considerandos:

(a) As matérias sujeitas a segredo de Estado estão ausentes de qualquer sistema de protecção que garanta o seu controlo e processamento, situação a ultrapassar através da publicação de legislação que integre a classificação de segredo de Estado no sistema de protecção das matérias classificadas e inerentes credenciações;

(b) Os SEGNAC, como instrumentos de protecção das matérias cujo teor seja sensível para a segurança interna e externa do Estado, necessitam de ter a sua eficácia fortalecida pelo enquadramento num diploma, sob a forma de lei, que defina conceitos e determine a regulamentação de todos os procedimentos relacionados com a protecção das matérias classificadas, os universos de aplicação (Administração Pública, FFAA, FSS, Serviços de Informação) bem como as atribuições e competências das entidades a envolver na respectiva fiscalização;

(c) O SEGMIL deve ser enquadrado, ou absorvido, num sistema unificado de normas nacionais;

(d) O supracitado enquadramento deve estender o seu âmbito aos normativos derivados das organizações que Portugal integra, de modo a acolher num mesmo diploma as regras de origem nacional, da OTAN e da EU;

(e) A inexistência de normas sancionatórias para o incumprimento das regras de salvaguarda das matérias classificadas (omissas nos diplomas que aprovam os SEGNAC), torna necessária a publicação de uma moldura sancionatória para dissuadir e punir ou condenar as condutas que violem essas matérias;

(f) A necessidade de regular o dever de sigilo no estatuto disciplinar que rege os trabalhadores em funções públicas;

(g) Ponderar a criminalização da violação das demais matérias classificadas (a do segredo de Estado já existe), tipificando este crime nos códigos penais, dado que



também estas são passíveis de causar dano e colocar em risco a Segurança Nacional;

Assim, por ser necessário e urgente rever a legislação que enquadra a protecção das matérias classificadas, com vista a completá-la e sistematizá-la, torna-se necessário produzir um diploma único, sob a forma de lei, que defina conceitos, enquadre a regulamentação dos procedimentos e estabeleça os regimes sancionatórios a aplicar às violações daquelas matérias.

## **(2) Uma possível solução**

(a) Atendendo a que nos termos da LSI em vigor existe a necessidade prévia de uma lei para o Governo exercer a sua competência legislativa sobre a regulação das matérias classificadas;

(b) Atendendo a que estão identificadas algumas incongruências no quadro legal em vigor, cuja supressão conduzirá a uma melhor eficácia na protecção das matérias classificadas, recomendamos a elaboração de uma **“Lei Quadro de Salvaguarda das Matérias Classificadas”**, que acolha os aspectos que a seguir se indicam:

- **Origem** – Aprovar na AR, por imperativo da sua exclusividade em matéria do âmbito do segredo de Estado, podendo alterar e complementar algumas normas da LSE em vigor, sendo subsidiária dela nos aspectos que se pretendem operacionalizar;

- **Finalidade** – Definir as grandes linhas orientadoras do regime de protecção das matérias classificadas, designadamente, o processamento, as classificações e credenciações de segurança, e enquadrar o sancionamento das respectivas violações, bem como, atribuir competências de fiscalização;

- **Classificações de segurança** – Integrar, na actual classificação nacional, as matérias que são objecto da LSE através da criação de mais um grau de classificação, o mais elevado, com a designação de “Segredo de Estado”. Manter os restantes graus com as actuais designações e as respectivas equivalências estabelecidas no âmbito da OTAN e da EU;

- **Entidades classificadoras** – Manter a capacidade das actuais entidades, eventualmente acrescida de outras, para atribuírem a classificação de “Segredo de Estado”. Discriminar, no corpo da lei, as entidades com competência para atribuir o grau de “muito Secreto”, o que, comparativamente com a LSE e os SEGNAC em vigor, abrangeria as principais entidades do topo da hierarquia do Estado. Delegar no Governo as competências para conferir os restantes graus para, através de Despachos Conjuntos da Presidência do Conselho de Ministros e dos Ministérios da respectiva tutela, assegurarem as necessidades



dos Órgãos da Administração e permitir uma maior flexibilidade para a introdução de alterações, quando necessário.

- **Credenciações** – Estender ao grau de “Segredo de Estado” os procedimentos actualmente em vigor para as restantes credenciações. Manter as dispensas de credenciação do Presidente da República e do Primeiro-ministro;
- **Matérias a regulamentar em legislação subsidiária** – Remeter para Decretos Regulamentares ou Portarias, a aprovação das normas relativas à segurança das matérias classificadas, actualmente reguladas pelos SEGNAC, SEGMIL e Normas Técnicas:
- **Regime sancionatório** – Tipificar o crime da violação das matérias classificadas e respectiva moldura penal, com os inerentes reflexos na força jurídica dos diplomas conexos a publicar. Reforçar o regime sancionatório a aplicar nas infracções aos deveres de sigilo dos regimes disciplinares, quando estiver em causa a violação de matérias classificadas do sistema nacional ou das organizações internacionais que Portugal integra;
- **Dever de sigilo** – Reintroduzir este dever no Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que Exercem Funções Públicas;
- **Entidade para exercer a fiscalização da protecção e salvaguarda das matérias classificadas** – Reiterar a ANS como a entidade para, em exclusividade e através do GNS, actuar no âmbito deste diploma e consagrar a extensão das suas atribuições de acordo com o novo quadro legal. Face à sensibilidade das novas competências, equacionar a criação uma estrutura interna, especialmente vocacionada para o tratamento dos assuntos “segredo de Estado”.

**(c) Proposta de diploma**

– No *Apêndice 2* apresentamos o esboço de uma possível Lei Quadro, que naturalmente carece de aperfeiçoamento com o necessário rigor técnico-jurídico.





## BIBLIOGRAFIA

### 1. Gerais

- CADA (2010). *Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos: 15º Relatório de Actividades – 2009*. Torres Novas: Gráfica Almondina.
- CANOTILHO, Gomes, MOREIRA, Vital (2007). *Constituição da República Portuguesa Anotada*. Coimbra: Coimbra Editora.
- CARAPETO, Carlos, FONSECA, Fátima (2005). *Administração Pública: Modernização Qualidade e Inovação*. Lisboa: Sílabo.
- CARTA (2007). *Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia*. Jornal Oficial da União Europeia, N° C 303, de 14 de Dezembro de 2007, p. 1-16.
- CARVALHO, Jorge Silva (2006). *Segurança Nacional e Informações*. Segurança e Defesa, n° 1, p. 89-101.
- CARVALHO, Jorge Silva (2009). *Segurança Nacional, Serviços de Informações e as Forças Armadas*. Segurança e Defesa, n° 11, p. 16-28.
- CAUPERS, João (2000). *Introdução ao Direito Administrativo*. 5ª Ed. Lisboa: Âncora.
- CJM (2003). *Código de Justiça Militar*. Lei N° 100/2003, de 15 de Novembro, DR I Série-A, n° 265, p. 7801-7821.
- CONDESSO, Fernando (1995). *Direito à Informação Administrativa*. Lisboa: Pedro Ferreira.
- CP (2007). *Código Penal. (23ª alteração), republicado*. Lei n.º 59/2007, de 4 de Setembro, DR Série I, n° 170, p. 6181-6258.
- CPA (1991). *Código do Procedimento Administrativo*. Alterado (republicado) pelo Decreto-Lei N° 6/96, de 31 de Janeiro, DR I Série-A, n° 26, p. 168-194.
- CPP (2007). *Código de Processo Penal (15ª alteração), republicado*. Lei N.º 48/2007, de 29 de Agosto, DR 1ª Série, n° 166, p. 5844-5954.
- CRP (2005). *Constituição da República Portuguesa, 7ª Revisão*. Lei Constitucional N° 1/2005, de 12 de Agosto. DR, I Série, n° 155, p. 4681.
- DAR (2008). *Debate sobre os projectos de alteração da lei do Segredo de Estado*. Diário da Assembleia da República, I Série, N° 56/X/3, 2008.03.07, p. 27-40.
- DAR (2009a). *Procede à primeira alteração à lei n.º 6/94, de 7 de Abril (Segredo de Estado), e regula o acesso da Assembleia da República a documentos e informações com classificação de Segredo de Estado*. Decreto da Assembleia N°





292/X, de 5 de Junho de 2009, Diário da Assembleia da República, II Série-A, Nº 129/X/4, 2009.06.05, p. 3-10.

- DAR (2009b). *Mensagem do PR à AR, de 9 de Julho de 2009*. Diário da Assembleia da República, I Série, Nº 101/X/4, 2009.07.09, p. 8-14.
- DIAS, Jorge de Figueiredo et al. (2001). *Código Penal Anotado: Tomo III (Artº308 a 386º)*. Coimbra: Coimbra Editora.
- DL 7 (2004). *Aspectos legais dos serviços da sociedade de informação, em especial do comércio electrónico*. Decreto-Lei Nº 7/2004, de 7 de Janeiro, DR Série I-A, nº 5, p. 70-78.
- DL 16 (1993). *Regime geral dos arquivos e do património arquivístico*. Decreto-Lei nº 16/93, de 23 de Janeiro (está parcialmente alterado pela Lei nº 107/01, de 8 de Setembro, pela revogação dos artigos 21º a 30º referente à classificação dos bens do património arquivístico). DR Série I-A, nº 19, p. 264-270.
- DL 35 (2004). *Exercício da actividade de segurança privada e videovigilância de protecção*. Decreto-Lei Nº 35/2004, de 21 de Fevereiro, DR Série I-A, nº 44, p. 932-941.
- DL 129 (1991). *Institui medidas de melhoria na receptividade dos serviços da Administração Pública*. Decreto-Lei Nº 129/91, de 2 de Abril, DR Série I-A, nº 76, p. 1632-1635.
- DL 170 (2007). *Lei Orgânica do GNS*. Decreto-Lei Nº 170/2007, de 3 de Maio, DR 1ª Série, nº 85, p. 2959-2962.
- DL 196 (1994). *Regulamento Disciplinar da Polícia Judiciária*. Decreto-Lei Nº 196/94, de 21 de Julho, DR Série I-A, nº 167, p. 3995-3999.
- DL 207 (2005). *Utilização pelas Forças de Segurança de sistemas de vigilância electrónica rodoviária*. Decreto-Lei Nº 207/2005, de 29 de Novembro, DR Série I-A, nº 229, p. 6888-6892.
- DL 226 (1985). *Reestruturação dos Serviços de Informações Militares*. Decreto-Lei Nº 226/85, de 4 de Julho, DR I Série, nº 151, p. 1825-1826.
- DL 252 (2000). *Lei de Orgânica do SEF*. Decreto-Lei Nº 252/2000, de 16 de Outubro, DR, Série I-A, nº 239, p. 5749-5765.
- DL 297 (2009). *Estatuto dos Militares da GNR*. Decreto-Lei Nº 297/2009, de 14 de Outubro, DR, 1ª Série, nº 199, p. 7662-7700.
- DL 299 (2009). *Estatuto do Pessoal Policial da Polícia de Segurança Pública*. Decreto-



Lei Nº 299/2009, de 14 de Outubro, DR, 1ª Série, nº 199, p. 7708-7731.

- EDTEFP (2008). *Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que Exercem Funções Públicas*. Lei Nº 58/2008, de 9 de Setembro, DR 1ª Série, nº 174, p. 6260-6274.
- ENCICLOPÉDIA, Público (2004). Lisboa: Editorial Verbo.
- EU (2001). *Regras de Segurança do Conselho*. Decisão do Conselho Nº 2001/264/CE, de 19 de Março, Jornal Oficial das Comunidades Europeias, Nº L 101, de 11 de Abril.
- EU (2005). *Estabelece novos níveis de segurança, harmonizados com a OTAN*. Decisão do Conselho Nº 2005/94/CE, de 3 de Fevereiro, Jornal Oficial da União Europeia, Nº 31/66, de 4 de Fevereiro.
- EU (2006). *Guide on Protective Security*. Brussels: General Secretariat of the Council of the European Union.
- EU (2006). *Guide on Security Information*. Brussels: General Secretariat of the Council of the European Union.
- FEITEIRA, Alice. (2006). *Segurança e Defesa: Um Domínio Único? Segurança e Defesa, nº 1*, p. 81-88.
- LADA (2007). *Regula o Acesso aos Documentos Administrativos e a sua Reutilização*. Lei n.º 46/2007, de 24 de Agosto, DR, I Série, Nº 163, p. 5680.
- LDN (2009). *Lei de Defesa Nacional*. Lei Orgânica Nº 1-B/2009, de 7 de Julho, Republicada no DR 1ª série, nº 138 de 20 de Julho, p. 4541- 4550.
- LEI 1 (2005). *Utilização de câmaras de vídeo pelas forças e serviços de segurança em locais públicos*. Lei Nº 1/2005, de 10 de Janeiro, DR Série I-A, nº 6, p. 205-208.
- LEI 4 (2004). *Estabelece os princípios e normas a que deve obedecer a organização da administração directa do Estado*. Lei Nº 4/2004, de 15 de Janeiro. DR I Série, nº 12, p. 311.
- LEI 7 (1990). *Regulamento Disciplinar da Polícia de Segurança Pública*. Lei Nº 7/90, de 20 de Fevereiro, R I Série-A, nº 200, p. 4524-4527.
- LEI 9 (2007). *Estabelece a orgânica do Secretário-Geral do Sistema de Informações da República Portuguesa, do Serviço de Informações Estratégicas de Defesa (SIED) e do Serviço de Informações de Segurança (SIS)*. Lei Nº 9/2007, de 19 de Fevereiro, DR I Série, nº 35, p. 1238-1252.



- LEI 12 (2005). *Regula a informação genética pessoal e informação de saúde*. Lei Nº 12/2005, de 26 de Janeiro, DR Série I-A, nº 18, p. 606-611.
- LEI 27 (2006). *Lei das Bases Gerais da Protecção Civil*. Lei Nº 27/2006, de 3 de Julho, DR 1ª Série, nº 126, p. 4626-4706.
- LEI 32 (2008). *Relativa à conservação de dados gerados ou tratados no contexto da oferta de serviços de comunicações electrónicas publicamente disponíveis ou de redes públicas de comunicações* Lei Nº 32/2008, de 17 de Julho, DR 1ª Série, nº 137, p. 4454-4458.
- LEI 33 (2007). *Instalação e utilização de sistemas de videovigilância em táxis*. Lei Nº 33/2007, de 13 de Agosto, DR 1ª Série, nº 155, p. 5199-5201.
- LEI 37 (2008). *Lei de Orgânica da PJ*. Lei Nº 37/2008, de 6 de Agosto, DR, 1ª Série, nº 151, p. 5281-5289.
- LEI 41 (2004). *Tratamento de dados pessoais e protecção da privacidade no sector das comunicações electrónicas*. Lei Nº 41/2004, de 18 de Agosto, DR I Série-A, nº 194, p. 5241-5245 (Transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva nº 2002/58/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de Julho).
- LEI 51 (2006). *Utilização de sistemas de vigilância electrónica rodoviária e a criação e utilização de sistemas de informação de acidentes e incidentes pelas concessionárias rodoviárias*. Lei Nº 51/2006, de 29 de Agosto, DR 1ª Série, nº 166, p. 6274-6278.
- LEI 145 (1999). *Regulamento de Disciplina da GNR* Lei Nº 145/99, de 1 de Setembro, DR Série I-A, nº 204, p. 6082-6103.
- LSE (1994). *Lei do Segredo de Estado*. Lei Nº 6/94, de 7 de Abril, DR I Série-A, nº 81, p. 1636-1638.
- LSI (1987). *Lei de Segurança Interna (revogada)*. Lei Nº 20/87, de 12 de Junho, DR I Série-A, nº 134, p. 2294-2297.
- LSI (2008). *Lei de Segurança Interna*. Lei Nº 53/2008, de 29 de Agosto, DR 1ª série, nº 167, p. 6135-6141.
- LOBOFA (2009). *Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas*. Lei Orgânica Nº 1-A/2009, de 7 de Julho, DR, 1ª Série, nº 129, p. 4344 (2)-4344 (9).
- LOMDN (1993). *Lei Orgânica do Ministério da Defesa Nacional* Decreto-Lei Nº 47/93, de 26 de Fevereiro. DR Série I-A, nº 48, p. 801-807.
- LOMDN (2009). *Lei Orgânica do Ministério da Defesa Nacional*. Decreto-Lei 154-



A/2009, de 6 de Julho, DR, 1ª Série, nº 128, 2º Suplemento p. 4324 (4) - 4324 (11).

- LPDP (1998). *Lei da Protecção dos Dados Pessoais*. Lei Nº 67/98, de 26 de Outubro. DR I Série-A, nº 247, p. 5536-5546.
- LQSIRP (2004). *Altera a Lei Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa*. Lei Orgânica Nº 4/2004, de 6 de Novembro. DR I Série-A, nº 261, p. 6598-6606.
- MARTINS, Alberto (1994). *Novos direitos do cidadão*. Lisboa: Dom Quixote.
- MARTINS, Alberto (2000). *Direito à cidadania*. Lisboa: Dom Quixote.
- NATO (2002). C-M (2002) 49, *Security Within the North Atlantic Treaty Organisation*.
- NATO (2002). C-M (2002) 50, *Protection Measures for NATO Civil and Military Bodies, Deployed NATO Forces and Installations (Assets) Against Terrorist Threats*.
- NATO (2002) C-M (2002) 60, *The Management of Non-Classified Information*.
- PORT 896 (2004). *Aprova o Regulamento da Comissão de Selecção e Desclassificação do Arquivo Histórico Diplomático do MNE*, Portaria Nº 896/04, de 22 de Julho, DR Série I-B, nº 171, p. 4659-4601.
- QUIVY, Raymond, CAMPENHOUD, Luc (2003), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 3ª Ed. Lisboa: Gradiva.
- RAR (2000) Resolução da Assembleia da República Nº 50/2000, de 6 de Junho; *Elege dois deputados para a Comissão de fiscalização do Segredo de Estado*; DR Série I-A, nº 131 p. 2586.
- RDM (2009). *Regulamento de Disciplina Militar*. Lei Orgânica Nº 2/2009, de 22 de Julho, DR 1ª Série, nº 140, p. 4667-4684.
- REAL, Isabel Corte-, et al. (2003). *A face oculta da governança: Cidadania, Administração Pública e Sociedade*. Lisboa: INA.
- ROCADA (1995). *Regulamento Orgânico da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos*. Lei Nº 8/95, de 8 de Março, DR I Série-A, nº 75, p. 1714-1715.
- SEGMIL (1986). *Instruções para a Segurança Milita - Salvaguarda e Defesa de Matérias Classificadas - SEGMIL 1 e as Normas Complementares*. Despacho Conjunto do Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas e dos Chefes de Estado-Maior dos três Ramos das Forças Armadas, de 16 de Outubro de 1986.



- SEGNAC 1 (1988). *Instruções para a segurança nacional, salvaguarda e defesa das matérias classificadas -SEGNAC 1*. Resolução do Conselho de Ministros N° 50/88, de 3 de Dezembro, DR, I Série, n° 279, p. 4772-4800.
- SEGNAC 2 (1989). *Normas para a segurança nacional e salvaguarda e defesa das matérias classificadas, segurança industrial, tecnológica e de investigação - SEGNAC 2*. Resolução do Conselho de Ministros n° 37/89, de 24 de Outubro, DR, I Série, n° 245, p. 4672-4698.
- SEGNAC 3 (1994). *Instruções para a segurança nacional – segurança das telecomunicações - SEGNAC 3*; Resolução do Conselho de Ministros n° 16/94, de 22 de Março, DR, I Série-B, n° 68, p. 1423-1427.
- SEGNAC 4 (1990). *Normas para a segurança nacional e salvaguarda e defesa das matérias classificadas segurança informática - SEGNAC 4*, Resolução do Conselho de Ministros n° 5/90, de 28 de Fevereiro, DR, I Série, n° 49, Supl, p. 806 (2)-806 (17).
- VIEIRA, Iva Carla, HENRIQUES, José, CASTILHO, Olímpio (2009). *Manual de direito e cidadania*. Coimbra: Almedina.

## **2. Outra Legislação consultada**

- Lei N° 29/82, de 11 de Dezembro. *Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas*. DR, I Série, N° 285, p. 4063-4079.
- Lei n° 30/84, de 5 de Setembro, alterada pelas Leis N° 4/95 de 21 de Fevereiro, 15/96 de 30 de Abril, 75-A/97, de 22 de Julho e pela Lei Orgânica N° 4/2004, 6 de Novembro (esta com republicação). *Lei Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa (SIRP)*. DR I Série, n° 206, p. 2734-2738.
- Lei N° 65/93, de 26 de Agosto. *Acesso aos documentos da Administração*. DR I Série-A, n° 200, p. 4524-4527.
- Lei N° 107/2001, de 8 de Setembro. *Estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural*. DR I Série-A, n° 209, p. 5808-5829.
- Lei N° 49/2009, de 5 de Agosto. *Regula as condições de acesso e exercício das actividades de comércio e indústria de bens e tecnologias militares*. DR Série I, n° 150, p. 5065-5072.
- Decreto-Lei n.º 42806, de 14 de Janeiro de 1960. *Cria a ANS*. Diário do Governo I Série, n° 285, p. 49.



- Decreto-Lei Nº 123/33, de 24 de Março. *Regulamento do Arquivo Histórico-Militar*. DR Série I, nº 71 p. 462-464.
- Decreto-Lei Nº 254/95, de 30 de Setembro. *Cria o Serviço de Informações Estratégicas de Defesa e Militares*. DR Série I-A, nº 227, p. 6054-6063.
- Decreto-Lei nº 217/97, de 20 de Agosto. *Cria o GNS*. DR Série I-A, nº 191, p. 4286-4287.
- Decreto-Lei nº 372/98, de 28 de Novembro. *Conselho Superior de Arquivos*. DR I Série-A, nº 271, p. 6363-6364.
- Decreto-Lei nº 200/2001, de 13 de Julho. *Estatuto da Polícia Judiciária Militar*. DR I Série-A, nº 161, p. 4356-4362.
- Decreto nº 4/2009, de 11 de Fevereiro. *Acordo de Segurança entre a República Francesa, a República Italiana, a República Portuguesa e o Reino de Espanha sobre a Protecção de Informação Classificada da EUROFOR*. DR I Série, nº 29, p. 911-921.
- Decreto Regulamentar Nº 5/2004, de 15 de Julho. *Documentos electrónicos e assinatura electrónica*. DR I Série-B, nº 165, p. 4269-4278.
- Decreto Regulamentar Nº 4/2009, de 11 de Fevereiro, *Documentos electrónicos e assinatura electrónica*. DR 1ª Série, nº 29, p. 911-920.
- Portaria Nº 17.128, de 17 de Abril de 1959. *Instruções para a Segurança Militar - Salvaguarda das Matérias Classificadas*. Diário do Governo, I Série, nº 87, p. 418.
- Portaria Nº 19.810, de 16 de Abril de 1963. *Instruções sobre a Segurança de Matérias Classificadas*. Diário do Governo, I Série, nº 90, p. 365-370.
- Portaria Nº 385/85, de 22 de Junho. *Revoga a Portaria 17.128, de 17 de Abril de 1959*. DR I Série, nº 141 p. 1663.
- Portaria Nº 272/2000, de 22 de Maio. *Regulamento de Conservação Arquivística do Exército*. DR Série I-B, nº 118 p. 2244-2256.
- Portaria Nº 457/01, de 8 de Maio, *Regulamento do Serviço de Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros*; DR Série I-B, nº 106 p. 2665-2666.
- Portaria Nº 755/2010, de 19 de Agosto. *Regulamento de Conservação Arquivística da Marinha*. DR 2ª Série, nº 207 (25Out2010), p. 52453-52573.
- Resolução do Conselho de Ministros Nº 45/2007, de 19 de Março. *Opções do*





*Sistema Integrado de Segurança Interna*. DR 1ª Série, nº 55, p. 1647-1650.

- Projecto de Lei Nº 102/X, de 7 de Abril de 2006. *Primeira Revisão da Lei Nº 6/94, de 7 de Abril – Segredo de Estado*. Diário da Assembleia da República, II Série-A, nº 21/X/1, 2005.06.04, p. 43-45.
- Projecto de Lei Nº 473/X, de 6 de Junho de 2007. *Acesso da Assembleia da República a documentos e informações com classificação de Segredo de Estado*. Diário da Assembleia da República, II Série-A, nº 64/X/3, 2008.03.06, p. 48-50.
- Regulamento. *Regulamento da Conservação Arquivística da Força Aérea*. RFA 130-1, de Julho de 1985.
- Determinação. *Normas Provisórias de Acesso à Documentação do Arquivo Histórico-Militar*. Anexo à Ordem de Serviço nº 7, de 17 Fev 98, do AHM.

### 3. Fontes abertas consultadas (*internet*)

- ACESSO, CADA (2007). Acesso à Informação Administrativa no século XXI. [Em linha]. [Referência de 03 de Outubro de 2010]. Disponível em [http://www.cada.pt/uploads/estudos/O\\_Acesso\\_Informacao\\_Administrativa\\_no\\_seculo\\_XXI.pdf](http://www.cada.pt/uploads/estudos/O_Acesso_Informacao_Administrativa_no_seculo_XXI.pdf)
- ACÓRDÃO. (1993). *Tribunal Constitucional Português (Acórdão n.º458/93). Pedido de fiscalização preventiva da proposta de Lei do segredo de Estado*. [Em linha]. [Referência de 01 de Outubro de 2010]. Disponível em «<http://w3.tribunalconstitucional.pt/acordaos/Acordaos93/401-500/45893.htm>»
- ACÓRDÃO. (2005). *Caso Antunes Rocha c. Portugal (Queixa n.º64330/01). Tribunal Europeu dos Direitos do Homem (2ª. Secção)*. [Em linha]. [Referência de 15 de Novembro de 2010]. Disponível em «[http://www.gddc.pt/-direitoshumanos/portugaldh/acordaos/traducoes/Trad\\_Q64330\\_01.pdf](http://www.gddc.pt/-direitoshumanos/portugaldh/acordaos/traducoes/Trad_Q64330_01.pdf)»
- CEPIK, Marco A. C. (2001). *Segredos públicos: Um dilema democrático*. [Em linha]. Revista Insight-Inteligência, n. 14, 2001, pp. 148-155. [Referência de 19 de Setembro de 2010]. Disponível em «[http://www.livreacesso.net/tiki-download\\_file.php?fileId=44](http://www.livreacesso.net/tiki-download_file.php?fileId=44)»
- CNPD. (2009). Relatório de Actividades de 2008. [Em linha]. [Referência de 6 de Outubro de 2010]. Disponível em «[http://www.cnpd.pt/bin/relatorios/anos/-RELATORIO\\_2008.pdf](http://www.cnpd.pt/bin/relatorios/anos/-RELATORIO_2008.pdf)»
- CNPD. (2010). Relatório de Actividades de 2010. [Em linha]. [Referência de 8 de Dezembro de 2010]. Disponível em «<http://www.cnpd.pt/bin/relatorios/anos/->



[relat2009.pdf»](#)

- GOUVEIA, Jorge Bacelar. (2008). *Segredo de Estado*. [Em linha]. [Referência de 11 de Outubro de 2010]. Disponível em «[http://www.estig.ipbeja.pt/~ac\\_direito/-BGSEGREDO.pdf](http://www.estig.ipbeja.pt/~ac_direito/-BGSEGREDO.pdf)»
- HENRIQUES, Mendo Castro. (2004). *Panorama da Cidadania*. [Em linha]. [Referência de 21 de Setembro de 2010]. Disponível em «<http://www.somos-portugueses.com/mch/modules/icontent/index.php?page=368>»
- MARTINS, Agostinho de Castro. (1999). *A Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos*. [Em linha]. [Referência de 17 de Setembro de 2010]. Disponível em «<http://www.cada.pt/modules/smartsection/item.php?itemid=47>»
- MATEUS, João Carlos. (2008). *O Governo Electrónico, a sua aposta em Portugal e a importância das Tecnologias de Comunicação para a sua estratégia*. [Em linha]. Revista de Estudos Politécnicos, 2008, Vol VI, nº 9 [Referência de 09 de Novembro de 2010]. Disponível em «<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/tek/n9/n9a02.pdf>»
- PRATAS, Sérgio (2007). *Administração Aberta e Internet. O Caso dos Municípios Portugueses*. [Em linha]. [Referência de 12 de Outubro de 2010]. Disponível em [http://www.opl.com.pt/uploads/publicacoes\\_opl/11/ficheiro/sergiopratasart2.pdf](http://www.opl.com.pt/uploads/publicacoes_opl/11/ficheiro/sergiopratasart2.pdf)
- QUADROS, Elias. (2008). *O Sistema Português de Suporte à Ética na Administração Pública*. [Em linha]. [Referência de 7 de Outubro de 2010]. Disponível em «<http://cegep.iscad.pt/index.php/noticias/50--o-sistema-portugues-de-suporte-a-etica-da-administracao-publica>»
- SARMENTO, Prof. Dra. Manuela, SILVA, Mestre Nuno Araújo da. (2006). *A Qualidade na Administração Pública – Uma Necessidade Urgente nos Serviços Públicos*. [Em linha]. [Referência de 22 de Setembro de 2010]. Disponível em <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=73>
- SIMPLEX. (2010). *Quanto mais simples, melhor*. [Em linha]. [Referência de 15 de Outubro de 2010]. Disponível em «<http://www.simplex.pt/downloads/-programasimplex2010.pdf>»

#### 4. Sites Internet com interesse para o tema:

- <http://www.cada.pt/>
- <http://www.cfsirp.pt/>
- <http://www.cnpd.pt/>





- <http://www.gns.gov.pt/gns/pt/>
- <http://www.parlamento.pt/Paginas/default.aspx>
- [http://en.wikisource.org/wiki/Executive\\_Order\\_13292](http://en.wikisource.org/wiki/Executive_Order_13292)
- [http://www.worldlingo.com/ma/enwiki/pt/Classified\\_information#United\\_States](http://www.worldlingo.com/ma/enwiki/pt/Classified_information#United_States)  
(Classificações de segurança)
- [http://europa.eu/legislation\\_summaries/justice\\_freedom\\_security/fight\\_against\\_terrorism/133272\\_pt.htm](http://europa.eu/legislation_summaries/justice_freedom_security/fight_against_terrorism/133272_pt.htm) (Acordo entre a UE e os EUA sobre a segurança das informações classificadas)



## **ENTREVISTAS E CONTACTOS PESSOAIS**

- AGOGA, TCOR TOCC José Maria Cristete. EMGFA. Chefe do Sub-Registo.
- ANDRADE, Dr. Luís Paiva de. CNPD. Vogal.
- BEATO, Dra. Maria Isabel Milheiro. Marinha. Biblioteca Central. Chefe do Arquivo Histórico.
- BENTO, COR ART José Manuel Saraiva Dias. EMGFA. Centro de Informações e Segurança Militares. Chefe da Repartição de Planeamento.
- COELHO, CMG Eduardo Manuel Pires. GNS. Chefe da Equipa Multidisciplinar do Registo Central.
- FERREIRA, Dr. Caetano José Castel Branco. EMGFA. Ex- Assessor Jurídico do Gabinete do CEMGFA.
- FERREIRA, MAJ TMS João Paulo Gomes. GNS. Adjunto do Chefe da Equipa Multidisciplinar do Registo Central.
- GUERRA, Dra. Hermínia Clara Vieira. CNPD. Consultora-coordenadora.
- LOURENÇO, Dr. Luís António Leitão. EME. Gabinete do General CEME. Chefe da Assessoria Jurídica.
- MACHOQUEIRO, MAJ TODCI Victor M. Silva. EMGFA. Centro de Informações e Segurança Militares. Adjunto da Repartição de Segurança Militar e Contra-informação.
- MARQUES, COR INF António José Almeida Rebelo. GNS. Chefe da Equipa Multidisciplinar da Inspeção, Doutrina e Formação.
- MARQUES, TCOR INF Sérgio Augusto Valente. Presidência da República. Casa Militar. Adjunto para o Exército.
- NUNES, COR ART Delfim da Fonseca Osório. EMGFA. Centro de Informações e Segurança Militares. Chefe da Repartição de Produção.
- PEDREIRO, ALF TPAA Carlos David Marques. Força Aérea. Serviço de Documentação. Comissão Histórico Cultural.
- ROBERTO, CAP TPESSECR Joaquim José da Cunha. Exército. Arquivo Histórico-Militar. Chefe da Secção de Património Documental.



- SANTOS, COR INF Lúcio Agostinho Barreiros dos. Academia Militar. Chefe do Departamento de Ciências Sociais e Humanas.
- SILVA, CAP INF Carlos Miguel Coelho Marques da. Centro de Segurança Militar e de Informações do Exército. Adjunto da Secção de Segurança.
- SOBRAL, Vice-Almirante José Torres. Autoridade Nacional de Segurança. Director do Gabinete Nacional de Segurança.
- VALENTE, MAJ PA Manuel da Silva. EMGFA. Centro de Informações e Segurança Militares. Chefe da Repartição de Segurança Militar e Contra-informação.



## **APÊNDICES**

Apêndice 1 – Percurso metodológico

Apêndice 2 – Proposta de Legislação

Apêndice 3 – Normativos da OTAN e UE

Apêndice 4 – Terminologia – Conceitos, termos e definições

## **ANEXOS**

Anexo A – Extractos de legislação (em CD)



## APÊNDICE 1

### PERCURSO METODOLÓGICO

<b>O Direito de Acesso aos Documentos Administrativos e a Salvaguarda da Segurança Nacional</b>		
<p><b>Questão Central:</b></p> <p><i>“Estará assegurado o equilíbrio entre o direito constitucional do livre acesso aos documentos administrativos e as restrições de acesso que visam garantir a salvaguarda da Segurança Nacional e a eficácia do enquadramento das regras que suportam a protecção das matérias classificadas, pelo edifício orgânico e normativo em vigor?”</i></p>		
<p><b>Questão Derivada 1:</b></p> <p><i>Serão assegurados pela legislação em vigor o direito do livre acesso aos documentos administrativos de acordo com os princípios da “Administração aberta” e do direito de reserva da vida privada?</i></p>	<p><b>Hipótese 1:</b></p> <p><i>O Estado tem legislado no sentido de consagrar o livre acesso aos documentos administrativos de forma clara e sistematizada, garantindo a salvaguarda dos direitos das pessoas à sua vida privada.</i></p>	<p><b>Hipótese validada no Capítulo 1:</b></p> <p>– Pág. 15</p>
<p><b>Questão Derivada 2:</b></p> <p><i>Estarão inseridas no quadro legal em vigor as restrições de acesso aos documentos administrativos por imperativos de Segurança Nacional?</i></p>	<p><b>Hipótese 2:</b></p> <p><i>No quadro legal em vigor é possível identificar normas que asseguram as necessidades de salvaguarda da Segurança Nacional.</i></p>	<p><b>Hipótese validada no Capítulo 2:</b></p> <p>– Pág. 27</p>
<p><b>Questão Derivada 3:</b></p> <p><i>Serão cabalmente suportadas por regimes sancionatórios nos normativos que enquadram as restrições de acesso, as disposições que regulam a protecção das matérias classificadas?</i></p>	<p><b>Hipótese 3:</b></p> <p><i>Os normativos que regulam restrições de acesso apresentam algumas omissões no enquadramento das regras de protecção das matérias classificadas e nos regimes sancionatórios que carecem da introdução de alterações para melhor salvaguarda da Segurança Nacional.</i></p>	<p><b>Hipótese validada no Capítulo 3:</b></p> <p>– Pág. 37</p>



## **APÊNDICE 2**

### **PROPOSTA DE LEGISLAÇÃO**

#### **LEI QUADRO DE SALVAGUARDA DAS MATÉRIAS CLASSIFICADAS**

##### **Preâmbulo**

Considerando que a necessidade de restringir o acesso a matérias, cujo conhecimento não autorizado seja passível de causar danos à segurança nacional nas suas vertentes interna e externa, ao interesse do Estado, dos países aliados e das organizações que Portugal integra;

Considerando o imperativo constitucional de enquadrar estas restrições sob a forma de lei com vista a garantir o equilíbrio entre os direitos de acesso e as necessidades de salvaguarda da Segurança Nacional;

Considerando que a Lei do Segredo de Estado (LSE), aprovada pela Lei nº 6/94, de 7 de Abril, não contempla um sistema de classificação e credenciação que permita proteger e salvaguardar as matérias classificadas no seu âmbito;

Considerando que as regras de salvaguarda das matérias classificadas constantes das Resoluções do Conselho de Ministros nº 50/88, de 3 de Dezembro, nº 37/89, 24 de Outubro, nº 16/94, de 22 de Março e nº 16/94, de 28 de Fevereiro, que aprovam os SEGNAC (Instruções para a Segurança Nacional) carecem de ser enquadradas sob a forma de lei, para lhes conferir a necessária eficácia à sustentação das restrições de acesso à informação que pretendem proteger;

Considerando que a violação das regras de salvaguarda das matérias classificadas requer uma tipificação criminal para lhes conferir preceitos de coercibilidade que permitam dissuadir e, no limite, punir as violações de segurança;

Considerando a necessidade do enquadramento jurídico das normas decorrentes das organizações internacionais que Portugal integra;

Considerando que a necessidade dos estatutos disciplinares, no âmbito da Administração Pública, consagrarem explicitamente o dever de sigilo em relação às matérias classificadas, torna necessário adequar o Estatuto dos Trabalhadores que Exercem Funções Públicas, aprovado pela Lei nº 58/2008, de 9 de Setembro, a esta realidade;

Considerando que nos termos do nº 2 da Lei nº 53/2008, de 29 de Agosto (Lei de Segurança Interna), a competência atribuída ao Governo para legislar no âmbito das regras



de classificação e controlo de documentos e credenciação das pessoas que lhes possam aceder, carece duma lei enquadrante;

Nos termos da alínea *d)* do n.º 1 do artigo 197.º da Constituição, o Governo apresenta à Assembleia da República a seguinte proposta de Lei:

## **CAPÍTULO I**

### **Princípios gerais**

#### **Artigo 1.º**

##### **Objecto**

1 – A presente lei estabelece o regime nacional de protecção e salvaguarda das matérias classificadas com a finalidade de harmonizar os procedimentos de controlo, classificação e credenciação de segurança, que enformam as matérias sujeitas a reserva de acesso.

2 – A presente lei estende o seu âmbito às normas que tenham aplicação na ordem interna nos termos acordados com as organizações internacionais que Portugal integra.

#### **Artigo 2.º**

##### **Âmbito de aplicação**

A presente lei aplica-se a todos os serviços e entidades, públicas ou privadas, onde haja necessidade de processar matérias classificadas, designadamente os Órgãos de Soberania, a Administração Pública Central, Regional e Local, as Forças Armadas, as Forças e os Serviços de Segurança e os Serviços de Informações.

## **CAPÍTULO II**

### **Matérias classificadas**

#### **Artigo 3.º**

##### **Definição**

Consideram-se matérias susceptíveis de serem classificadas aquelas cuja divulgação ou conhecimento por pessoas não autorizadas, sejam passíveis de causar vários graus de prejuízo aos interesses de Portugal, designadamente, de pôr em risco ou causar danos à independência nacional, à unidade e integridade do Estado e às actividades desenvolvidas pelas Forças Armadas, Forças e Serviços de Segurança e Serviços de Informações, em proveito da segurança interna e externa, bem como das organizações internacionais que Portugal integre.



## **Artigo 4.º**

### **Salvaguarda das matérias classificadas**

1 – A salvaguarda das matérias classificadas tem como principais objectivos:

- a) A segurança contra os riscos de espionagem, fuga ou divulgação não autorizada;
- b) A protecção das ameaças à sua integridade e disponibilidade quando tratadas em sistemas e redes de comunicações e informações;
- c) A segurança das instalações que as albergam informações dos riscos de sabotagem ou de danos intencionais;
- d) No caso de quebras de segurança, avaliar os danos causados, limitar as suas consequências e adoptar as medidas necessárias para as remediar.

2 – A salvaguarda das matérias classificadas é sustentada por normas e procedimentos destinados a garantir a sua protecção contra violações de segurança, comprometimentos e acções de sabotagem ou espionagem.

3 – Todos os procedimentos referidos no número anterior são fixados pelo Governo através de decreto-lei.

## **CAPÍTULO III**

### **Classificação de segurança**

## **Artigo 5.º**

### **Definição**

Designação que assinala, através da atribuição de um grau de classificação, as matérias que independentemente da sua forma ou natureza careçam de reserva de divulgação e, consequentemente, determina o conjunto de medidas de protecção de segurança a que as mesmas devem estar sujeitas quando em arquivo ou em depósito, em manuseamento e transporte ou em transmissão através de meios e processos de comunicação.

## **Artigo 6.º**

### **Natureza da classificação**

1 – Designa-se de Classificação Nacional a que tem origem em entidades nacionais, com competência para classificar, sobre as matérias que se enquadrem nas disposições do artigo 3º da presente lei.

2 – Designa-se de Classificação Internacional a que tem origem em organizações internacionais que Portugal integra e em cumprimento do estipulado nos respectivos acordos de adesão.





## **Artigo 7.º**

### **Graus de classificação**

- 1 – O grau de classificação transmite a indicação da importância da matéria classificada e as inerentes medidas de protecção e de restrição de acesso a que está sujeita, sendo a sua atribuição efectuada de acordo com a apreciação efectuada pela entidade com competência para classificar, ponderadas as gravidade e prejuízo resultantes do seu acesso não autorizado.
- 2 – Os graus de classificação são obrigatoriamente indicados em todas as matérias classificadas através da marcação visível e destacada, de modo a permitir a respectiva identificação de modo fácil e imediato.

## **Artigo 8.º**

### **Graus de classificação nacional**

- 1 – São graus de classificação nacional:
  - a) Segredo de Estado;
  - b) Muito secreto;
  - c) Secreto;
  - d) Confidencial;
  - e) Reservado.
- 2 – As matérias passíveis de ser sujeitas à classificação com o grau de “segredo de Estado”, são as referidas no Artigo 2º da Lei nº 6/94, de 7 de Abril, (Lei do Segredo de Estado).
- 3 – As matérias passíveis de ser sujeitas à classificação com o grau de “muito secreto”, são aquelas cuja divulgação ou conhecimento por pessoas não autorizadas, possa implicar consequências prejudiciais excepcionalmente graves para os interesses essenciais do País, dos países aliados ou das organizações internacionais que Portugal integre.
- 4 – As matérias passíveis de ser sujeitas à classificação com o grau de “secreto”, são aquelas cuja divulgação ou conhecimento por pessoas não autorizadas possam ter consequências muito graves que prejudiquem seriamente os interesses essenciais do País, dos países aliados ou das organizações internacionais que Portugal integre.
- 5 – As matérias passíveis de ser sujeitas à classificação com o grau de “confidencial”, são aquelas cuja divulgação ou conhecimento por pessoa não autorizada possam ter consequências graves que causem dano aos interesses essenciais do País, dos seus aliados ou para organizações de que Portugal faça parte.



6 – As matérias passíveis de ser sujeitas à classificação com o grau de “reservado”, são aquelas cuja divulgação a pessoas não autorizadas possa ser desfavorável para os interesses do País ou dos seus aliados ou de organizações de que Portugal faça parte, em virtude de preservarem a segurança de matérias limitadas a uso oficial que, pela sua importância, não carecem de classificação mais elevada.

### **Artigo 9.º**

#### **Graus de classificação internacional**

- 1 – São os graus de classificação em vigor nas organizações internacionais em que Portugal participa.
- 2 – Mantêm-se as equivalências em vigor entre os graus de classificação nacional e internacional.

### **Artigo 10.º**

#### **Competências de classificação**

- 1 – São entidades competentes para classificarem com o grau de “Segredo de Estado” as referidas no artigo 3º da Lei nº 6/94, de 7 de Abril.
- 2 – São entidades competentes para classificarem com o grau de “muito secreto”:
  - a) As referidas no nº 1, do presente artigo;
  - b) O Presidente do Supremo Tribunal de Justiça;
  - c) O Presidente do Tribunal Constitucional;
  - d) Os Presidentes dos Governos Regionais dos Açores e da Madeira;
  - e) O Procurador-Geral da República;
  - f) Os Chefes de Estado-Maior dos Ramos das Forças Armadas;
  - g) O Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna;
  - h) Os comandantes e directores das forças e serviços de segurança.
- 3 – As entidades competentes para classificarem com os graus de secreto e confidencial são definidas em diploma regulamentar.
- 4 – A atribuição de classificações de segurança, obriga ao registo identificativo da matéria objecto de classificação em estruturas de processamento e controlo para a salvaguarda das matérias classificadas.
- 4 – A atribuição de classificações de segurança exige a prévia existência de estruturas de registo normalizadas e credenciadas nos organismos onde as entidades, com competência para classificar, desenvolvem a sua actividade.



## **Artigo 11.º**

### **Alteração à Lei do segredo de Estado**

O artigo 3º da Lei nº 6/94, de 7 de Abril, passa a ter a seguinte redacção:

«Artigo 3.º

[...]

1 – A classificação com o grau segredo de Estado nos termos do artigo anterior é da competência das seguintes entidades:

- a) O Presidente da República;
- b) O Presidente da Assembleia da República;
- c) O Primeiro-Ministro;
- d) Os Ministros de Estado;
- e) O Ministro da Defesa Nacional;
- f) O Ministro da Administração Interna;
- g) Os Ministros de pastas económicas e financeiras;
- h) O Ministro da Justiça;
- i) Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas;
- j) O Secretário-Geral do Sistema de Informações da República Portuguesa;
- k) Os directores dos serviços do Sistema de Informações da República.

2 – A competência prevista no número anterior não é delegável.»

## **Artigo 12.º**

### **Reclassificação e desclassificação**

A reclassificação e desclassificação de quaisquer matérias classificadas são da exclusiva competência das entidades que procederam às respectivas classificações.

## **CAPÍTULO IV**

### **Credenciação de segurança**

## **Artigo 13.º**

### **Definição**

Reconhecimento feito pela entidade competente para o efeito a atestar que uma entidade, individual ou colectiva, está apta a operar matérias classificadas com um determinado grau de classificação de segurança, bem como as classificadas em todos os restantes graus inferiores.



## **Artigo 14.º**

### **Natureza da credenciação**

- 1 – O acesso às matérias classificadas é exercido pela estrita necessidade de conhecer.
- 2 – O acesso às matérias classificadas é exclusivo de entidades credenciadas com grau igual ou superior ao grau de classificação dessas matérias;
- 3 – Não é autorizado o acesso de qualquer entidade às matérias classificadas apenas por força do cargo que exerça;

## **Artigo 15.º**

### **Graus de credenciação de segurança**

- 1 – Às entidades, individuais ou colectivas, podem ser concedidos os graus de credenciação de segurança:
  - a) Segredo de Estado;
  - b) Muito secreto;
  - c) Secreto;
  - d) Confidencial.
- 2 – Todo o pessoal dirigente, técnico, administrativo e auxiliar é autorizado, por inerência das funções que desempenha, a manusear matérias classificadas com o grau de classificação de segurança “reservado” sem necessidade de obtenção prévia de uma credenciação, salvaguardas que sejam as medidas de segurança estabelecidas para este grau, nas respectivas instruções de segurança.

## **Artigo 16.º**

### **Competência para credenciar**

- 1 – A Autoridade Nacional de Segurança tem a competência exclusiva para atribuir, alterar e cancelar todas as credenciações, com salvaguarda do disposto no n.º 2 do presente artigo.
- 2 – As entidades competentes para atribuir classificações de segurança com os graus de “segredo de Estado” e “muito secreto”, consideram-se credenciadas por inerência de funções.
- 3 – A atribuição de credenciação obriga à instrução prévia de um processo de habilitação de segurança, conduzido pelo Gabinete Nacional de Segurança para avaliar as capacidades e competências das entidades, individuais ou colectivas, para assumirem as responsabilidades de acesso às matérias classificadas, baseado em inquéritos de segurança, entrevistas e recolha de outros dados junto de serviços da Administração Pública ou privada.



4 – O tratamento e arquivo dos dados recolhidos no âmbito do número anterior é da responsabilidade do Gabinete Nacional de Segurança, sendo considerados confidenciais, intransmissíveis e sujeitos às normas reguladoras nos termos da Lei de Protecção de Dados Pessoais;

5 – Todos os procedimentos inerentes aos processos de credenciação são definidos em decreto-lei;

## **CAPÍTULO V**

### **Responsabilidades**

#### **SECÇÃO I**

##### **Matérias classificadas**

###### **Artigo 17.º**

###### **Violação de matérias classificadas**

1 – Constitui violação das matérias classificadas, toda a acção, intencional ou não, contrária ou omissa aos procedimentos de segurança constantes dos normativos em vigor, que possa comprometer a inviolabilidade das matérias classificadas.

2 – A violação de matérias classificadas com os graus de classificação nacional de “segredo de Estado”, “muito secreto”, “secreto”, “confidencial” e “reservado”, são objecto de procedimento penal, nos termos da lei.

3 – As penas referidas no número anterior têm aplicação às violações das matérias classificadas, com os equivalentes graus de classificação, das organizações internacionais que Portugal integra.

4 – No âmbito da protecção das matérias classificadas, o incumprimento das regras estabelecidas, que não constituam violação, são objecto de procedimento contra-ordenacional.

5 – Os procedimentos referidos nos nº2, 3 e 4, não inibem a instauração dos processos, a que haja lugar, nos termos de estatutos disciplinares específicos;

6 – O regime sancionatório aplicável ao disposto no nº 4 é definido em decreto-lei.

#### **SECÇÃO II**

##### **Alterações aos códigos penais**

###### **Artigo 18.º**

###### **Alteração ao Código Penal**



1 – O artigo 316º do Código Penal, passa a ter a seguinte redacção:

«Artigo 316.º

**Violação de matérias classificadas com grau de “segredo de Estado”**

1 – Quem, pondo em perigo interesses do Estado Português relativos à independência nacional, à unidade e à integridade do Estado ou à sua segurança interna e externa, transmitir, tornar acessível a pessoa não autorizada, ou tornar público facto ou documento, plano ou objecto que estejam sujeitos à classificação de “segredo de Estado” que devam, em nome daqueles interesses, manter-se secretos é punido com pena de prisão de dois a oito anos.

2 – .....

3 – .....

4 – Se o agente praticar por negligência os factos referidos nos nº 1e 2, tendo acesso às matérias sujeitas à classificação de “segredo de Estado” em razão da sua função ou serviço, ou da missão que lhe foi conferida por autoridade competente, é punido com pena de prisão até três anos.»

2 – São aditados ao Código Penal os artigos 316º-A, 316º-B e 316º-C, com a seguinte redacção:

«Artigo 316º-A

**Violação de matérias classificadas com grau de “muito secreto”**

1 – A violação das matérias classificadas com o grau de “muito secreto” é punida com pena de prisão de quatro meses a três anos.

2 – Se o agente praticar por negligência os factos referidos no número anterior, tendo acesso às matérias sujeitas à classificação de “muito secreto” em razão da sua função ou serviço, ou da missão que lhe foi conferida por autoridade competente, é punido com pena de prisão até um ano.

Artigo 316.º-B

**Violação de matérias classificadas com grau de “segredo”**

1 – A violação das matérias classificadas com o grau de “segredo” é punida com pena de prisão até um ano ou multa até 240 dias.

2 – Se o agente praticar por negligência os factos referidos no número anterior, tendo acesso às matérias sujeitas à classificação de “segredo” em razão da sua função ou serviço, ou da missão que lhe foi conferida por autoridade competente, é punido com pena de prisão até três meses ou multa até 120 dias.



### Artigo 316.º-C

#### **Violação de matérias classificadas com grau de “confidencial”**

1 – A violação das matérias classificadas com o grau de “confidencial” é punida com pena de prisão até dois meses ou multa até 90 dias.

2 – Se o agente praticar por negligência os factos referidos no número anterior, tendo acesso às matérias sujeitas à classificação de “confidencial” em razão da sua função ou serviço, ou da missão que lhe foi conferida por autoridade competente, é punido com pena multa até 45 dias.»

### Artigo 19.º

#### **Alteração ao Código de Justiça Militar**

1 – O artigo 33º do Código de Justiça Militar, aprovado pela Lei nº 100/2003, de 15 de Novembro, passa a ter a seguinte redacção:

#### «Artigo 33.º

#### **Violação de matérias classificadas com grau de “segredo de Estado”**

1 – Aquele que, pondo em perigo interesses militares do Estado Português relativos à independência nacional, à unidade e à integridade do Estado ou à sua segurança interna e externa, transmitir, tornar público ou revelar a pessoa não autorizada, facto ou documento, plano ou objecto que estejam sujeitos à classificação de “segredo de Estado” e que devam, em nome daqueles interesses, manter-se secretos é punido com pena de prisão de dois a oito anos.

2 – .....

3 – .....

4 – Se o agente praticar por negligência os factos referidos nos nº 1, e 2, tendo acesso às matérias sujeitas à classificação de “segredo de Estado” em razão da sua função ou serviço, ou da missão que lhe foi conferida por autoridade competente, é punido com pena de prisão até três anos.»

2 – São aditados ao Código de Justiça Militar os artigos 33º-A, 33º-B, 33º-C e 33º-D, com a seguinte redacção:

#### «Artigo 33.º-A

#### **Violação de matérias classificadas com grau de “muito secreto”**

1 – A violação das matérias classificadas com o grau de “muito secreto” é punida com pena de prisão de quatro meses a dois anos.

2 – Se o agente praticar por negligência os factos referidos no número anterior, tendo





acesso às matérias sujeitas à classificação de “muito secreto” em razão da sua função ou serviço, ou da missão que lhe foi conferida por autoridade competente, é punido com pena de prisão até um ano.

#### Artigo 33.º-B

##### **Violação de matérias classificadas com grau de “secreto”**

1 – A violação das matérias classificadas com o grau de “secreto” é punida com pena de prisão até um ano ou multa até 240 dias.

2 – Se o agente praticar por negligência os factos referidos no número anterior, tendo acesso às matérias sujeitas à classificação de “secreto” em razão da sua função ou serviço, ou da missão que lhe foi conferida por autoridade competente, é punido com pena de prisão até três meses ou multa até 120 dias.

#### Artigo 33.º-C

##### **Violação de matérias classificadas com grau de “confidencial”**

1 – A violação das matérias classificadas com o grau de “confidencial” é punida com pena de prisão até dois meses ou multa até 60 dias.

2 – Se o agente praticar por negligência os factos referidos no número anterior, tendo acesso às matérias sujeitas à classificação de “confidencial” em razão da sua função ou serviço, ou da missão que lhe foi conferida por autoridade competente, é punido com pena multa até 30 dias.

#### Artigo 33.º-D

##### **Violação de matérias classificadas em tempo de guerra**

As penas previstas nos artigos 33º-A, 33º-B e 33º-Cº, são agravadas para o dobro dos seus limites quando praticadas em tempo de guerra, em situações de campanha equivalentes e quando declarados os estados de sítio ou de emergência.»

### **SECÇÃO III**

#### **Do sigilo**

#### **Artigo 20.º**

##### **Dever de sigilo**

1 – Quem, em razão das suas funções, tomar conhecimento de matérias classificadas é obrigado a sobre elas guardar rigoroso sigilo.

2 – O dever de sigilo a que se refere o número anterior mantém-se além do termo do



exercício das suas funções, não podendo, em caso algum e por qualquer forma, ser quebrado.

3 – A infracção ao dever de sigilo por violação de matérias classificadas constitui um ilícito disciplinar grave, independentemente de poder configurar um ilícito criminal, nos termos das leis penais.

### **Artigo 21.º**

#### **Alteração ao Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que Exercem Funções Públicas**

Ao artigo 3.º do anexo à Lei nº 58/2008, de 9 de Setembro, são efectuados os seguintes aditamentos:

1 – Ao nº 2, é aditado:

«g) O dever de sigilo.»

2 – É aditado um número, com a seguinte redacção:

«12 – O dever de sigilo consiste em guardar segredo relativamente a factos e matérias de que tenha ou tenha tido conhecimento, em virtude do exercício das suas funções, e que não devam ser revelados, nomeadamente os referentes às matérias classificadas ou outras que não devam ser do conhecimento público.»

## **CAPÍTULO VI**

### **Entidade fiscalizadora**

#### **Artigo 22.º**

#### **Autoridade Nacional de Segurança**

1 – A Autoridade Nacional de Segurança (ANS) é a entidade que exerce em exclusivo a protecção e salvaguarda das matérias classificadas.

2 – A ANS dirige o Gabinete Nacional de Segurança.

#### **Artigo 23.º**

#### **Gabinete Nacional de Segurança**

O Gabinete Nacional de Segurança (GNS) tem por missão assegurar a articulação e a harmonização dos procedimentos relativos à segurança das matérias classificadas relativamente aos serviços, organismos e outras entidades com responsabilidades em matéria de segurança das matérias classificadas, garantir o cumprimento dos compromissos internacionais assumidos pelo Estado Português nesta matéria e exercer a função de autoridade de credenciação de entidades, individuais ou colectivas, para o acesso e manuseamento de matérias classificadas.



## **Artigo 24.º**

### **Alteração ao Decreto-lei nº 170/2007, de 3 de Maio**

As alterações a introduzir no Decreto-lei nº 170/2007, de 3 de Maio, designadamente as referentes às atribuições e competências da ANS e do GNS, decorrentes da presente lei, são publicadas em decreto-lei.

## **CAPÍTULO VII**

### **Disposições transitórias e finais**

## **Artigo 25.º**

### **Regulamentação**

1 – São aprovados no prazo de 240 dias, após a data de entrada em vigor da presente lei:

- a) Através de Decreto-lei, todos os procedimentos que devam substituir o sistema de protecção e salvaguarda das matérias classificadas, designadamente os constantes dos actuais SEGNAC e do SEGMIL, bem como as disposições constantes dos nº 3 do artº 4º e nº 5 do artº 16º da presente lei;
- b) Através de Decreto regulamentar, as competências de classificação a atribuir nos termos do nº3 do artº 10º da presente lei;
- c) Através de Decreto-lei, a moldura sancionatória supletiva dos regimes disciplinares e as penas acessórias, bem como as disposições constantes do nº 6 do artº 17º, da presente lei;
- d) Através de Decreto-lei, as disposições constantes do artº 26º da presente lei.

2 – A regulamentação referida no número anterior deverá integrar as disposições da Lei nº 6/94, de 7 de Abril, referentes à desclassificação e ao acesso das matérias classificadas de “segredo de Estado”.

## **Artigo 26.º**

### **Disposição Transitória**

Até à publicação da regulamentação prevista no artigo anterior, mantém-se a aplicação da legislação em vigor.

## **Artigo 27.º**

### **Entrada em vigor**

O presente decreto-lei entre em vigor no primeiro dia do segundo mês após a sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros



## APÊNDICE 3

### NORMATIVOS DA OTAN E UE

#### 1. Da OTAN

No que respeita aos assuntos das matérias classificadas, a estrutura normativa que deriva da OTAN, baseia-se essencialmente nos:

- a. Council-Memoranda (C-M) emanados do Conselho do Atlântico Norte (NAC), de que destacamos:
  - M-C (2002) 49, da segurança no âmbito da OTAN
  - M-C (2002) 50, Medidas de protecção dos organismos civis e militares da NATO, das forças da NATO e instalações, contra as ameaças terroristas;
  - M-C (2002) 60, da gestão da informação não-classificada.
- b. NATO Security Committee Directives – AC/35-D/2000 series, designadamente:
  - AC/35-D/2000, da segurança do pessoal;
  - AC/35-D/2001, da segurança física;
  - AC/35-D/2002, da segurança das informações;
  - AC/35-D/2003, da segurança industrial;
  - AC/35-D/2004, da INFOSEC;
  - AC/35-D/2005, INFOSEC Directiva de Gestão dos Sistemas de Comunicações e Informações;

E, ainda, um vasto conjunto de normas que versam sobre múltiplos assuntos, designadamente as englobadas nos grupos a seguir indicados:

- c. NATO Security Committee Guidelines / Supporting Documents – AC/35-D/1000 series;
- d. NATO C3 Board Directives / Documents – AC/322-D/.... Series;
- e. NATO C3 Board Guidelines / Supporting Documents – AC/322-D/.... Series;
- f. NATO Security Committee Documents / SECAN Doctrine & Information Publications (SDIPs);

(consultados no site NATO RESTRICTED - *"ROADMAP" to NATO SECURITY POLICY, SUPPORTING DIRECTIVES, DOCUMENTS and GUIDANCE for COMMUNICATION and INFORMATION SYSTEMS (CIS)*)



## **2. Da UE**

No âmbito da União Europeia, salientamos:

- a.** A Decisão do Conselho N° 2001/264/CE<sup>7</sup>, de 19 de Março, que aprova as regras de Segurança do Conselho<sup>8</sup>;
- b.** Guide on the Security Information, do Conselho da União Europeia, de Setembro de 2006, que trata da organização da segurança e de todos os aspectos de protecção da informação, especialmente da classificada;
- c.** Guide on Protective Security, do Conselho da União Europeia, de Setembro de 2006, que trata das questões relacionadas com a segurança física, a segurança do pessoal e instalações. Aborda, ainda, a segurança do pessoal destacado no exterior da EU no âmbito da PESC;
- d.** A Decisão do Conselho N° 2005/94/CE<sup>9</sup>, de 3 de Fevereiro, que estabelece novos níveis de segurança, harmonizados com a OTAN, de por motivo do acordo sobre segurança das informações estabelecido entre ambas as organizações.

---

<sup>7</sup> Publicada no Jornal Oficial das Comunidades Europeias, N° L 101, de 11 de Abril

<sup>8</sup> No que se refere à organização determina que “...8. *O Conselho e cada Estado-Membro deverão assegurar que são cumpridas normas mínimas comuns de segurança em todos os ministérios e/ou serviços administrativos, outras instituições da UE, organismos e prestadores de serviços de forma a que as informações classificadas da UE possam ser transmitidas com a certeza de que serão tratadas com igual cuidado. Estas normas mínimas devem incluir critérios para a habilitação do pessoal em matéria de segurança e procedimentos para a protecção das informações classificadas da UE.*”

<sup>9</sup> Publicada no Jornal Oficial da União Europeia, N° 31/66, de 4 de Fevereiro



## APÊNDICE 4

### TERMINOLOGIA

#### CONCEITOS, TERMOS E DEFINIÇÕES

**Assinatura electrónica** – É o resultado de um processamento electrónico de dados susceptível de constituir objecto de direito individual e exclusivo e de ser utilizado para dar a conhecer a autoria de um documento electrónico.

[b) do Artº 2º do Decreto-Lei Nº 290-D/99, 9 de Abril]

**Arquivo** - É um conjunto de documentos, qualquer que seja a sua data ou suporte material, reunidos no exercício da sua actividade por uma entidade, pública ou privada, e conservados, respeitando a organização original, tendo em vista objectivos de gestão administrativa, de prova ou de informação, ao serviço das entidades que os detêm, dos investigadores e dos cidadãos em geral.

(nº1 do Artº 4º do Decreto-Lei Nº 16/93, 23 de Janeiro).

**Arquivo corrente** - Fase em que os documentos são necessários, prioritariamente, à actividade do organismo que os produziu ou recebeu.

(al a) do nº3 do Artº 4º do Decreto-Lei Nº 16/93, 23 de Janeiro).

**Arquivo intermédio** - Fase em que os documentos, tendo deixado de ser de utilização corrente, são, todavia, utilizados, ocasionalmente, em virtude do seu interesse administrativo.

(al b) do nº3 do Artº 4º do Decreto-Lei Nº 16/93, 23 de Janeiro).

**Arquivo definitivo (histórico)** - Fase em que os documentos, tendo, em geral, perdido utilidade administrativa, são considerados de conservação permanente, para fins probatórios, informativos ou de investigação.

(al c) do nº3 do Artº 4º do Decreto-Lei Nº 16/93, 23 de Janeiro)

**Classificação de segurança** - Designação que visa assinalar as matérias que carecem de protecção de segurança e, conseqüentemente, determinar o conjunto de medidas de segurança de que as mesmas devem beneficiar quando em arquivo ou em depósito, em curso de manuseamento, em transporte ou em transmissão através de meios e processos de comunicação, bem como, designar o grau de credenciação dos indivíduos que, pelas suas funções, tenham necessidade de manusear e ou de tomar conhecimento de tais matérias.

(Anexo I RCM Nº 37/89, de 24 de Outubro)



**Comprometimento** - É o conhecimento, parcial ou total, de matérias classificadas por parte de pessoas não autorizadas, isto é, pessoas sem a adequada credenciação ou sem acesso autorizado às referidas matérias. Também se considera ter havido comprometimento sempre que matérias classificadas tenham estado sujeitas ao risco de divulgação a pessoas não autorizadas ou tenham estado perdidas, ainda que temporariamente, no exterior de uma área de segurança.

(Anexo I RCM N° 37/89, de 24 de Outubro)

**Credenciação** - Determinação ou reconhecimento feito pela autoridade nacional de segurança no sentido de que, sob o ponto de vista da segurança, uma determinada pessoa, estabelecimento, empresa, organismo ou serviço está apto a assegurar a adequada protecção a informações de uma certa categoria de classificação e de todas as restantes categorias inferiores.

(Anexo I RCM N° 37/89, de 24 de Outubro)

**Dados pessoais** - Qualquer informação, de qualquer natureza e independentemente do respectivo suporte, incluindo som e imagem, relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável («titular dos dados»); é considerada identificável a pessoa que possa ser identificada directa ou indirectamente, designadamente por referência a um número de identificação ou a um ou mais elementos específicos da sua identidade física, fisiológica, psíquica, económica, cultural ou social.

(Alínea a) do Artº 3º da Lei N° 67/98, 26 de Outubro)

**Documento** (no âmbito das matérias classificadas) - Qualquer carta, nota, minuta, relatório, memorando, sinal/mensagem, esboço, fotografia, diapositivo, filme, mapa, tabela, plano, bloco de notas, stencil, papel químico, máquina de escrever ou fita impressora, fita magnética, cassete, disco de computador, CD-ROM ou outro meio físico no qual tenha sido registada informação.

(2001/264/CE)

**Documento administrativo** - Qualquer suporte de informação sob forma escrita, visual, sonora, electrónica ou outra forma material, na posse dos órgãos e entidades públicas, ou detidos em seu nome.

(Alínea a) do Artº 3º e artº 4º da Lei N° 46/07, 24 de Agosto)

**Documento electrónico** - Documento elaborado mediante processamento electrónico de dados. (al a) do Artº 2º do Decreto-Lei N° 290-D/99, 9 de Abril)

**Documento nominativo** - Documento administrativo que contenha, acerca de pessoa singular, identificada ou identificável, apreciação ou juízo de valor, ou informação





abrangida pela reserva da intimidade da vida privada.

(Alínea b) do Artº 3º da Lei Nº 46/07, 24 de Agosto).

**Grau de classificação de segurança** - Transmite a indicação das medidas de protecção e de restrição de acesso a que está sujeita uma matéria classificada de acordo com a sua importância, ponderadas as gravidade e prejuízo resultantes do seu acesso não autorizado.

(Alínea a) do 3.1.2 da RCM Nº 50/88, de 3 de Dezembro)

**Grau de credenciação de segurança** - Permite designar o nível de credenciação dos indivíduos que, pelas suas funções, tenham necessidade de manusear ou tomar conhecimento de matérias classificadas.

(Alínea b) do 3.1.2 da RCM Nº 50/88, de 3 de Dezembro)

**Interconexão de dados** - Forma de tratamento que consiste na possibilidade de relacionamento dos dados de um ficheiro com os dados de um ficheiro ou ficheiros mantidos por outro ou outros responsáveis, ou mantidos pelo mesmo responsável com outra finalidade.

(Alínea i) do Artº 3º da Lei Nº 46/07, 24 de Agosto)

**Marca** - É a indicação visível e destacada que deve figurar em todas as matérias classificadas que permite identificar, de modo fácil e imediato, o respectivo grau de classificação.

(Alíneas b) e c) do 6.3.1 da RCM Nº 50/88, de 3 de Dezembro)

**Matéria classificada** - É toda a informação, notícia, material ou documento que, se for do conhecimento de pessoas não autorizadas, pode fazer perigar a segurança nacional, dos países aliados ou de organizações de que Portugal faça parte.

(Anexo I à RCM Nº 37/89, de 24 de Outubro)

**Poder discricionário** – Capacidade conferida aos órgãos da administração para julgarem com inteira liberdade, dentro dos limites da lei, acerca da oportunidade, do conteúdo ou da forma dos actos destinados a solucionar as questões colocadas ao seu critério. Só pode ser exercido com vista à realização do fim para o qual a lei concede este poder.

(Enciclopédia Público)

**Segredo de Estado** - Classificação conferida a documentos e informações cujo conhecimento por pessoas não autorizadas é susceptível de pôr em risco ou de causar dano à independência nacional, à unidade e integridade do Estado e à sua segurança interna e externa.

(nº1 do Artº 2º da Lei Nº 6/94, de 7 de Abril)



**Serviço de Informações Estratégicas de Defesa** - O Serviço de Informações Estratégicas de Defesa é o organismo incumbido da produção de informações que contribuam para a salvaguarda da independência nacional, dos interesses nacionais e da segurança externa do Estado Português.

(Artº 20º da Lei Nº 4/2004, 6 de Novembro)

**Serviço de Informações de Segurança** - O Serviço de Informações de Segurança é o organismo incumbido da produção de informações que contribuam para a salvaguarda da segurança interna e a prevenção da sabotagem, do terrorismo, da espionagem e a prática de actos que, pela sua natureza, possam alterar ou destruir o Estado de direito constitucionalmente estabelecido.

(Artº 21º da Lei Nº 4/2004, 6 de Novembro)

**Terceiro** - A pessoa singular ou colectiva, a autoridade pública, o serviço ou qualquer outro organismo que, não sendo o titular dos dados, o responsável pelo tratamento, o subcontratante ou outra pessoa sob autoridade directa do responsável pelo tratamento ou do subcontratante, esteja habilitado a tratar os dados.

(Alínea f) do Artº 3º da Lei Nº 46/07, 24 de Agosto)

**Tratamento de dados pessoais, Tratamento** - Qualquer operação ou conjunto de operações sobre dados pessoais, efectuadas com ou sem meios automatizados, tais como a recolha, o registo, a organização, a conservação, a adaptação ou alteração, a recuperação, a consulta, a utilização, a comunicação por transmissão, por difusão ou por qualquer outra forma de colocação à disposição, com comparação ou interconexão, bem como o bloqueio, apagamento ou destruição.

(Alínea b) do Artº 3º da Lei Nº 67/98, 26 de Outubro.)

**Violação de segurança** - É toda a acção, intencional ou não, contrária ou omissa aos regulamentos de segurança em vigor, que faça perigar, ou possa comprometer, as matérias classificadas.

(Anexo I à RCM Nº 37/89, de 24 de Outubro)



**ANEXO A**  
**EXTRACTOS DE LEGISLAÇÃO**

CJM	CÓDIGO DE JUSTIÇA MILITAR .....	A-3
CP	CÓDIGO PENAL (23ª Alteração), republicado.....	A-3
CPA	CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO (republicado) .....	A-4
CPP	CÓDIGO DE PROCESSO PENAL (15ª Alteração), republicado.....	A-5
CRP	CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA.....	A-6
DAR 2008	DEBATE SOBRE OS PROJECTOS DE ALTERAÇÃO DA LEI DO SEGREDO DE ESTADO.....	A-8
DL 16	REGIME GERAL DOS ARQUIVOS.....	A-8
DL 170	LEI ORGÂNICA DO GNS.....	A-9
DL 196	REGULAMENTO DISCIPLINAR DA POLÍCIA JUDICIÁRIA.....	A-11
DL 226	REESTRUTURA OS SERVIÇOS DE INFORMAÇÕES MILITARES.....	A-11
DL 252	LEI ORGÂNICA DO SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS.	A-11
DL 297	ESTATUTO DOS MILITARES DA GNR.....	A-11
DL 299	ESTATUTO DO PESSOAL POLICIAL DA PSP.....	A-12
EDTEFP	ESTATUTO DISCIPLINAR DOS TRABALHADORES QUE EXERCEM FUNÇÕES PÚBLICAS.....	A-12
JOUE	JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA .....	A-13
LADA	LEI DE ACESSO AOS DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS.....	A-13
LDN	LEI DE DEFESA NACIONAL.....	A-15
LEI 4	ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DIRECTA DO ESTADO.....	A-16
LEI 7	REGULAMENTO DISCIPLINAR DA PSP.....	A-16
LEI 9	LEI ORGÂNICA DO SECRETÁRIO-GERAL DO SIRP, SIED E SIS.....	A-17
LEI 27	LEI DE BASES DA PROTECÇÃO CIVIL.....	A-18
LEI 37	LEI ORGÂNICA DA POLÍCIA JUDICIÁRIA.....	A-18
LEI 145	REGULAMENTO DE DISCIPLINA DA GNR.....	A-18
LOMDN	LEI ORGÂNICA DO MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL .....	A-19



LOMDN	LEI ORGÂNICA DO MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL.....	A-19
LPDP	LEI DA PROTECÇÃO DOS DADOS PESSOAIS.....	A-20
LQSIRP	LEI QUADRO DO SIRP (Alteração), republicada.....	A-21
LSE	LEI DO SEGREDO DE ESTADO.....	A-22
LSI	<i>Anterior LEI DE SEGURANÇA INTERNA (<u>Revogada</u>)</i> .....	A-24
LSI	LEI DE SEGURANÇA INTERNA.....	A-24
PORT 896	COMISSÃO DE DESCLASSIFICAÇÃO DO (AHD/MNE) .....	A-25
RAR	ELEIÇÃO DE DOIS MEMBROS PARA A COMISSÃO PARA A FISCALIZAÇÃO DO SEGREDO DE ESTADO.....	A-26
RDM	REGULAMENTO DE DISCIPLINA MILITAR.....	A-26
SEGNAC 1	SEGURANÇA DAS MATÉRIAS CLASSIFICADAS.....	A-27



**(CJM) CÓDIGO DE JUSTIÇA MILITAR**

Lei Nº 100/2003, de 15 de Novembro

**Artigo 1º**

**Âmbito de aplicação**

- 1 - O presente Código aplica-se aos crimes de natureza estritamente militar.
- 2 - Constitui crime estritamente militar o facto lesivo dos interesses militares da defesa nacional e dos demais que a Constituição comete às Forças Armadas e como tal qualificado pela lei.

**Artigo 33º**

**Violação de segredo de Estado**

- 1 - Aquele que, pondo em perigo interesses militares do Estado Português relativos à independência nacional, à unidade e à integridade do Estado ou à sua segurança interna e externa, transmitir, tornar público ou revelar a pessoa não autorizada facto ou documento, plano ou objecto, que devam, em nome daqueles interesses, manter-se secretos é punido com pena de prisão de 2 a 8 anos.
- 2 - Aquele que destruir ou por qualquer modo inutilizar, subtrair ou falsificar documento, plano ou objecto referido no número anterior, pondo em perigo interesses no mesmo número indicados, é punido com pena de prisão de 2 a 8 anos.
- 3 - Se o agente praticar facto descrito nos números anteriores, violando dever especificamente imposto pelo estatuto da sua função ou serviço ou da missão que lhe foi conferida por autoridade competente, é punido com pena de prisão de 3 a 10 anos.
- 4 - Se o agente praticar por negligência os factos referidos nos nº 1 e 2, tendo acesso aos objectos ou segredos de Estado em razão da sua função ou serviço ou da missão que lhe foi conferida por autoridade competente, é punido com pena de prisão até 3 anos.

**Artigo 34º**

**Espionagem**

- 1 - Aquele que:
  - a) Colaborar com governo, associação, organização ou serviço de informações estrangeiros ou com agente seu com intenção de praticar facto referido no artigo anterior;
  - b) Se introduzir em algum ponto de interesse para as operações militares com o fim de obter informações de qualquer género destinadas ao inimigo;
  - c) Com o mesmo fim, e seja por que forma for, procurar informações que possam afectar, no todo ou em parte, o êxito das operações ou a segurança de unidades, estabelecimentos, forças militares ou quaisquer pontos de interesse para a segurança militar como tal qualificados por lei;
  - d) Recrutar, acolher ou fazer acolher agente que pratique facto referido no artigo anterior ou nas alíneas anteriores, conhecendo a sua qualidade, ou de qualquer modo favorecer a prática de tal facto; é punido com pena de prisão de 3 a 10 anos, em tempo de paz, e de 5 a 15 anos, em tempo de guerra.
- 2 - Se o agente praticar facto descrito no número anterior violando dever especificamente imposto pelo estatuto da sua função ou serviço ou da missão que lhe foi conferida por autoridade competente, é punido com pena de prisão de 5 a 15 anos, em tempo de paz, e de 8 a 16 anos, em tempo de guerra.

**(CP) CÓDIGO PENAL (23ª Alteração), republicado**

Lei n.º 59/2007, de 4 de Setembro

**Artigo 316º**

**Violação de segredo de Estado**

- 1 - Quem, pondo em perigo interesses do Estado Português relativos à independência nacional, à unidade e à integridade do Estado ou à sua segurança interna e externa, transmitir, tornar acessível a pessoa não autorizada, ou tornar público facto ou documento, plano ou objecto que devam, em nome daqueles interesses, manter-se secretos é punido com pena de prisão de dois a oito anos.
- 2 - Quem destruir, subtrair ou falsificar documento, plano ou objecto referido no número anterior, pondo em perigo interesses no mesmo número indicados, é punido com pena de prisão de dois a oito anos.
- 3 - Se o agente praticar facto descrito nos números anteriores violando dever especificamente imposto pelo estatuto da sua função ou serviço, ou da missão que lhe foi conferida por autoridade competente, é punido com pena de prisão de três a dez anos.
- 4 - Se o agente praticar por negligência os factos referidos nos nº 1 e 2, tendo acesso aos objectos ou segredos de Estado em razão da sua função ou serviço, ou da missão que lhe foi conferida por autoridade competente, é punido com pena de prisão até três anos.



**Artigo 317º**

**Espionagem**

**1 - Quem:**

- a) Colaborar com governo, associação, organização ou serviço de informações estrangeiros, ou com agente seu, com intenção de praticar facto referido no artigo anterior; ou
  - b) Recrutar, acolher ou receber agente que pratique facto referido no artigo anterior ou na alínea anterior, ou, de qualquer modo, favorecer a prática de tal facto; é punido com pena de prisão de três a dez anos.
- 2 - Se o agente praticar facto descrito no número anterior violando dever especificamente imposto pelo estatuto da sua função ou serviço, ou da missão que lhe foi conferida por autoridade competente, é punido com pena de prisão de cinco a quinze anos.

**Artigo 383º**

**Violação de segredo por funcionário**

- 1 - O funcionário que, sem estar devidamente autorizado, revelar segredo de que tenha tomado conhecimento ou que lhe tenha sido confiado no exercício das suas funções, ou cujo conhecimento lhe tenha sido facilitado pelo cargo que exerce, com intenção de obter, para si ou para outra pessoa, benefício, ou com a consciência de causar prejuízo ao interesse público ou a terceiros, é punido com pena de prisão até três anos ou com pena de multa.
- 2 - Se o funcionário praticar o facto previsto no número anterior criando perigo para a vida ou para a integridade física de outrem ou para bens patrimoniais alheios de valor elevado é punido com pena de prisão de um a cinco anos.
- 3 - O procedimento criminal depende de participação da entidade que superintender no respectivo serviço ou de queixa do ofendido.

**(CPA) CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO**

Decreto-Lei Nº 442/91, de 15 de Novembro, alterado e republicado pelo DL Nº 18/2008, de 29 de Janeiro

**Artigo 61º**

**Direito dos interessados à informação**

- 1 - Os particulares têm o direito de ser informados pela Administração, sempre que o requeiram, sobre o andamento dos procedimentos em que sejam directamente interessados, bem como o direito de conhecer as resoluções definitivas que sobre eles forem tomadas.
  - 2 - As informações a prestar abrangem a indicação do serviço onde o procedimento se encontra, os actos e diligências praticados, as deficiências a suprir pelos interessados, as decisões adoptadas e quaisquer outros elementos solicitados.
- .../...

**Artigo 62º**

**Consulta do processo e passagem de certidões**

- 1 - Os interessados têm o direito de consultar o processo que não contenha documentos classificados, ou que revelem segredo comercial ou industrial ou segredo relativo à propriedade literária, artística ou científica.
- 2 - O direito referido no número anterior abrange os documentos nominativos relativos a terceiros, desde que excluídos os dados pessoais que não sejam públicos, nos termos legais.
- 3 - Os interessados têm o direito, mediante o pagamento das importâncias que forem devidas, de obter certidão, reprodução ou declaração autenticada dos documentos que constem dos processos a que tenham acesso.

**Artigo 63º**

**Certidões independentes de despacho**

- 1 - Os funcionários competentes são obrigados a passar aos interessados, independentemente de despacho e no prazo de 10 dias a contar da apresentação do requerimento, certidão, reprodução ou declaração autenticada de documentos ...
- 2 - O dever estabelecido no número anterior não abrange os documentos classificados ou que revelem segredo comercial ou industrial ou segredo relativo à propriedade literária, artística ou científica.



**Artigo 64º**

**Extensão do direito de informação**

- 1 - Os direitos reconhecidos nos artigos 61º a 63º são extensivos a quaisquer pessoas que provem ter interesse legítimo no conhecimento dos elementos que pretendam.  
.../...

**Artigo 65º**

**Princípio da administração aberta**

- 1 - Todas as pessoas têm o direito de acesso aos arquivos e registos administrativos, mesmo que não se encontre em curso qualquer procedimento que lhes dirá directamente respeito, sem prejuízo do disposto na lei em matérias relativas à segurança interna e externa, à investigação criminal e à intimidade das pessoas.
- 2 - O acesso aos arquivos e registos administrativos é regulado em diploma próprio.

**(CPP) CÓDIGO DE PROCESSO PENAL (15ª Alteração)**

Decreto-Lei Nº 78/87, de 17 de Fevereiro, republicado pela Lei n.º 48/2007, de 29 de Agosto

**Artigo 86º**

**Publicidade do processo e segredo de justiça**

- 1 - O processo penal é, sob pena de nulidade, público, ressalvadas as excepções previstas na lei.
- 2 - O juiz de instrução pode, mediante requerimento do arguido, do assistente ou do ofendido e ouvido o Ministério Público, determinar, por despacho irrecorrível, a sujeição do processo, durante a fase de inquérito, a segredo de justiça, quando entenda que a publicidade prejudica os direitos daqueles sujeitos ou participantes processuais.
- 3 - Sempre que o Ministério Público entender que os interesses da investigação ou os direitos dos sujeitos processuais o justifiquem, pode determinar a aplicação ao processo, durante a fase de inquérito, do segredo de justiça, ficando essa decisão sujeita a validação pelo juiz de instrução no prazo máximo de setenta e duas horas.
- 4 - No caso de o processo ter sido sujeito, nos termos do número anterior, a segredo de justiça, o Ministério Público, oficiosamente ou mediante requerimento do arguido, do assistente ou do ofendido, pode determinar o seu levantamento em qualquer momento do inquérito.  
.../...
- 8 - O segredo de justiça vincula todos os sujeitos e participantes processuais, bem como as pessoas que, por qualquer título, tiverem tomado contacto com o processo ou conhecimento de elementos a ele pertencentes, e implica as proibições de:
  - a) Assistência à prática ou tomada de conhecimento do conteúdo de acto processual a que não tenham o direito ou o dever de assistir;
  - b) Divulgação da ocorrência de acto processual ou dos seus termos, independentemente do motivo que presidir a tal divulgação.
- 9 - A autoridade judiciária pode, fundamentadamente, dar ou ordenar ou permitir que seja dado conhecimento a determinadas pessoas do conteúdo de acto ou de documento em segredo de justiça, se tal não puser em causa a investigação e se afigurar:
  - a) Conveniente ao esclarecimento da verdade; ou
  - b) Indispensável ao exercício de direitos pelos interessados.
- 10 - As pessoas referidas no número anterior ficam, em todo o caso, vinculadas pelo segredo de justiça.
- 11 - A autoridade judiciária pode autorizar a passagem de certidão em que seja dado conhecimento do conteúdo de acto ou de documento em segredo de justiça, desde que necessária a processo de natureza criminal ou à instrução de processo disciplinar de natureza pública, bem como à dedução do pedido de indemnização civil.  
.../...
- 13 - O segredo de justiça não impede a prestação de esclarecimentos públicos pela autoridade judiciária, quando forem necessários ao restabelecimento da verdade e não prejudicarem a investigação:
  - a) A pedido de pessoas publicamente postas em causa; ou
  - b) Para garantir a segurança de pessoas e bens ou a tranquilidade pública.

**Artigo 136.º**

**Segredo de funcionários**

- 1 - Os funcionários não podem ser inquiridos sobre factos que constituam segredo e de que tiverem tido





conhecimento no exercício das suas funções.

.../...

Artigo 137.º

**Segredo de Estado**

- 1 - As testemunhas não podem ser inquiridas sobre factos que constituam segredo de Estado.
- 2 - O segredo de Estado a que se refere o presente artigo abrange, nomeadamente, os factos cuja revelação, ainda que não constitua crime, possa causar dano à segurança, interna ou externa, do Estado Português ou à defesa da ordem constitucional.
- 3 - Se a testemunha invocar segredo de Estado, deve este ser confirmado, no prazo de 30 dias, por intermédio do Ministro da Justiça. Decorrido este prazo sem a confirmação ter sido obtida, o testemunho deve ser prestado.

**(CRP) CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA**

Lei Constitucional N.º 1/2005, de 12 de Agosto

Artigo 8.º

**(Direito internacional)**

- 1 - As normas e os princípios de direito internacional geral ou comum fazem parte integrante do direito português.
- 2 - As normas constantes de convenções internacionais regularmente ratificadas ou aprovadas vigoram na ordem interna após a sua publicação oficial e enquanto vincularem internacionalmente o Estado Português.
- 3 - As normas emanadas dos órgãos competentes das organizações internacionais de que Portugal seja parte vigoram directamente na ordem interna, desde que tal se encontre estabelecido nos respectivos tratados constitutivos.
- 4 - As disposições dos tratados que regem a União Europeia e as normas emanadas das suas instituições, no exercício das respectivas competências, são aplicáveis na ordem interna, nos termos definidos pelo direito da União, com respeito pelos princípios fundamentais do Estado de direito democrático.

Artigo 18.º

**(Força jurídica)**

- 1- Os preceitos constitucionais respeitantes aos direitos, liberdades e garantias são directamente aplicáveis e vinculam as entidades públicas e privadas.
- 2- A lei só pode restringir os direitos, liberdades e garantias nos casos expressamente previstos na Constituição, devendo as restrições limitar-se ao necessário para salvaguardar outros direitos ou interesses constitucionalmente protegidos.
- 3- As leis restritivas de direitos, liberdades e garantias têm de revestir carácter geral e abstracto e não podem ter efeito retroactivo nem diminuir a extensão e o alcance do conteúdo essencial dos preceitos constitucionais.

Artigo 35.º

**(Utilização da informática)**

- 1 - Todos os cidadãos têm o direito de acesso aos dados informatizados que lhes digam respeito, podendo exigir a sua rectificação e actualização, e o direito de conhecer a finalidade a que se destinam, nos termos da lei.
- 2 - A lei define o conceito de dados pessoais, bem como as condições aplicáveis ao seu tratamento automatizado, conexão, transmissão e utilização, e garante a sua protecção, designadamente através de entidade administrativa independente.
- 3 - A informática não pode ser utilizada para tratamento de dados referentes a convicções filosóficas ou políticas, filiação partidária ou sindical, fé religiosa, vida privada e origem étnica, salvo mediante consentimento expresso do titular, autorização prevista por lei com garantias de não discriminação ou para processamento de dados estatísticos não individualmente identificáveis.
- 4 - É proibido o acesso a dados pessoais de terceiros, salvo em casos excepcionais previstos na lei.
- 5 - É proibida a atribuição de um número nacional único aos cidadãos.
- 6 - A todos é garantido livre acesso às redes informáticas de uso público, definindo a lei o regime aplicável aos fluxos de dados transfronteiras e as formas adequadas de protecção de dados pessoais e de outros cuja salvaguarda se justifique por razões de interesse nacional.
- 7 - Os dados pessoais constantes de ficheiros manuais gozam de protecção idêntica à prevista nos números





anteriores, nos termos da lei.

Artigo 48º

**(Participação na vida pública)**

.../...

- 2 - Todos os cidadãos têm o direito de ser esclarecidos objectivamente sobre actos do Estado e demais entidades públicas e de ser informados pelo Governo e outras autoridades acerca da gestão dos assuntos públicos.

Artigo 156º

**(Poderes dos Deputados)**

Constituem poderes dos Deputados:

.../...

- d) Fazer perguntas ao Governo sobre quaisquer actos deste ou da Administração Pública e obter resposta em prazo razoável, salvo o disposto na lei em matéria de segredo de Estado;

.../...

Artigo 162º

**(Competência de fiscalização)**

Compete à Assembleia da República, no exercício de funções de fiscalização:

- a) Vigiar pelo cumprimento da Constituição e das leis e apreciar os actos do Governo e da Administração;

.../...

Artigo 164º

**(Reserva absoluta de competência legislativa)**

É da exclusiva competência da Assembleia da República legislar sobre as seguintes matérias:

.../...

- q) Regime do sistema de informações da República e do segredo de Estado;

.../...

Artigo 182º

**(Definição)**

O Governo é o órgão de condução da política geral do país e o órgão superior da administração pública.

Artigo 197º

**(Competência política)**

- 1 - Compete ao Governo, no exercício de funções políticas:

.../...

- d) Apresentar propostas de lei e de resolução à Assembleia da República;

.../...

Artigo 199º

**(Competência administrativa)**

Compete ao Governo, no exercício de funções administrativas:

.../...

- d) Dirigir os serviços e a actividade da administração directa do Estado, civil e militar, superintender na administração indirecta e exercer a tutela sobre esta e sobre a administração autónoma;

.../...

Artigo 201º

**(Competência dos membros do Governo)**

- 1 - Compete ao Primeiro-Ministro:

.../...

- c) Informar o Presidente da República acerca dos assuntos respeitantes à condução da política interna e externa do país;

.../...

Artigo 268º

**(Direitos e garantias dos administrados)**

- 1 - Os cidadãos têm o direito de ser informados pela Administração, sempre que o requeiram, sobre o andamento dos processos em que sejam directamente interessados, bem como o de conhecer as resoluções



definitivas que sobre eles forem tomadas.

- 2 - Os cidadãos têm também o direito de acesso aos arquivos e registos administrativos, sem prejuízo do disposto na lei em matérias relativas à segurança interna e externa, à investigação criminal e à intimidade das pessoas.
- 3 - Os actos administrativos estão sujeitos a notificação aos interessados, na forma prevista na lei, e carecem de fundamentação expressa e acessível quando afectem direitos ou interesses legalmente protegidos.
- 4 - É garantido aos administrados tutela jurisdicional efectiva dos seus direitos ou interesses legalmente protegidos, incluindo, nomeadamente, o reconhecimento desses direitos ou interesses, a impugnação de quaisquer actos administrativos que os lesem, independentemente da sua forma, a determinação da prática de actos administrativos legalmente devidos e a adopção de medidas cautelares adequadas.
- 5 - Os cidadãos têm igualmente direito de impugnar as normas administrativas com eficácia externa lesivas dos seus direitos ou interesses legalmente protegidos.
- 6 - Para efeitos dos nº 1 e 2, a lei fixará um prazo máximo de resposta por parte da Administração.

## **(DAR 2008) DEBATE SOBRE OS PROJECTOS DE ALTERAÇÃO DA LEI DO SEGREDO DE ESTADO**

Diário da Assembleia da República, I Série, nº 66/X/3, de 7 de Março de 2008, p. 27-40

No âmbito da discussão na generalidade dos projectos de lei que visavam a alteração da LSE, o deputado Mota Amaral que havia sido eleito para a CFSE em 2000, afirmou:

*“A fiscalização do regime do segredo de Estado passa a competir, no projecto de lei que subscrevo, a um órgão parlamentar composto por três Deputados, extinguindo-se a entidade independente prevista desde 1994 e que, aliás, apesar de empossada em 1999, **nunca funcionou**. Nunca funcionou porque não era mesmo para funcionar — e não digo isto para «varrer a minha testada», em resposta à questão colocada pelo Sr. Deputado António Filipe, já que fui eleito pelo Parlamento, juntamente com o Sr. Deputado Jorge Lacão, para integrar tal Comissão. A única competência da dita Comissão era pronunciar-se perante eventuais queixas de particulares a quem tivesse sido negado o acesso a documentos classificados como segredo de Estado, previamente ao recurso gracioso ou contencioso de tal decisão governamental.*

*Do facto de eu nunca ter sido convocado, nem o Dr. Jorge Lacão, para qualquer reunião da malfadada Comissão, deduzo que nunca foi apresentada qualquer queixa com tal conteúdo, o que evidencia que ou o Estado português não tem segredos ou os cidadãos e as cidadãs não têm sido suficientemente curiosos para deles indagarem.”* (DAR, 2008:29).

## **(DL 16) REGIME GERAL DOS ARQUIVOS**

Decreto-Lei nº 16/93, de 23 de Janeiro

### **Artigo 2º**

#### **Princípio geral**

- 1 - É direito e dever de todos os cidadãos, do Estado e das demais entidades públicas e privadas preservar, defender e valorizar o património arquivístico.
- 2 - Compete ao estado promover a inventariação do património arquivístico e apoiar a organização dos arquivos, qualquer que seja a sua natureza, bem como garantir, facilitar e promover o acesso à documentação detida por entidades públicas.

### **Artigo 17º**

#### **Comunicação do património arquivístico**

- 1 - É garantida a comunicação da documentação conservada em arquivos públicos, salvas as limitações decorrentes dos imperativos da conservação das espécies e sem prejuízo das restrições impostas pela lei.
- 2 - Não são comunicáveis os documentos que contenham dados pessoais de carácter judicial, policial ou clínico, bem como os que contenham dados pessoais que não sejam públicos, ou de qualquer índole que possa afectar a segurança das pessoas, a sua honra ou a intimidade da sua vida privada e familiar e a sua própria imagem, salvo se os dados pessoais puderem ser expurgados do documento que os contém, sem perigo de fácil identificação, se houver consentimento unânime dos titulares dos interesses legítimos a salvaguardar ou desde que decorridos 50 anos sobre a data da morte da pessoa a que respeitam os documentos ou, não sendo esta data conhecida, decorridos 75 anos sobre a data dos documentos.



- 3 - Os dados sensíveis respeitantes a pessoas colectivas, como tal definidos por lei, gozam de protecção prevista no número anterior, sendo comunicáveis decorridos 50 anos sobre a data da extinção da pessoa colectiva, caso a lei não determine prazo mais curto.
- 4 - Compete aos proprietários dos arquivos particulares proporem as regras e modalidades de comunicação da documentação, as quais serão objecto de apreciação e de proposta de homologação ao membro do Governo que superintende na política arquivística por parte do órgão de gestão.

## **(DL 170) LEI ORGÂNICA DO GABINETE NACIONAL DE SEGURANÇA**

Decreto-Lei N° 170/2007, de 3 de Maio

### **Artigo 1º**

#### **Natureza**

- 1- O Gabinete Nacional de Segurança, abreviadamente designado por GNS, é um serviço central da administração directa do Estado, dotado de autonomia administrativa, que funciona no âmbito da Presidência do Conselho de Ministros, junto do Gabinete Coordenador de Segurança, na dependência do Primeiro-Ministro ou do membro do Governo em quem aquele delegar.
- 2- A Autoridade Nacional de Segurança, abreviadamente designada por ANS, dirige o GNS e é a entidade que exerce, em exclusivo, a protecção e a salvaguarda das matérias classificadas.

### **Artigo 2º**

#### **Missão e atribuições**

- 1- O GNS tem por missão assegurar a articulação e a harmonização dos procedimentos relativos à segurança das matérias classificadas relativamente aos serviços, organismos e outras entidades com responsabilidades em matéria de segurança das matérias classificadas, garantir o cumprimento dos compromissos internacionais assumidos pelo Estado Português nesta matéria e exercer a função de autoridade de credenciação de pessoas, singulares ou colectivas, para o acesso e manuseamento de matérias classificadas.
- 2- O GNS prossegue as seguintes atribuições:
  - a) Garantir a articulação e a harmonização dos procedimentos relativos à segurança das matérias classificadas em todos os serviços, organismos e entidades, públicos ou privados, onde sejam administradas tais matérias, designadamente e em especial, os da Administração Pública, das Forças Armadas e das forças de segurança, bem como no âmbito das organizações, reuniões, programas, contratos, projectos e outras actividades internacionais em que Portugal participe;
  - b) Assegurar, nos termos dos instrumentos de vinculação do Estado Português, a protecção e a salvaguarda das matérias classificadas emanadas das organizações internacionais de que Portugal faça parte ou das respectivas estruturas internas, bem como de outros Estados, nomeadamente no âmbito da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), da União Europeia (UE), da União da Europa Ocidental (UEO), da Unidade Europeia de Cooperação Judiciária (EUROJUST) e da Agência Espacial Europeia (AEE);
  - c) Exercer em Portugal os poderes públicos cometidos às autoridades nacionais de segurança, nomeadamente, nas áreas da credenciação de segurança, segurança das comunicações, distribuição e outras, nos termos das normas aprovadas pelas entidades internacionais competentes;
  - d) Proceder ao registo, distribuição e controlo da informação classificada, bem como de todos os procedimentos inerentes à administração das matérias classificadas, de índole nacional ou confiadas à responsabilidade do Estado Português, garantindo que o material cripto é objecto de medidas específicas de segurança e administrado por canais diferenciados;
  - e) Fiscalizar e inspeccionar os órgãos de segurança que detenham matérias classificadas sob responsabilidade portuguesa, dentro e fora do território nacional;
  - f) Avaliar, acreditar e certificar a segurança de produtos e sistemas de comunicações, de informática e de tecnologias de informação que sirvam de suporte ao tratamento, arquivo e transmissão de matérias classificadas e proceder à realização de limpezas electrónicas;
  - g) Promover o estudo, investigação e difusão das normas e procedimentos de segurança aplicáveis à protecção e salvaguarda das matérias classificadas, propondo a doutrina a adoptar por Portugal na matéria e a formação de pessoal especializado nesta área da segurança;
  - h) Credenciar as empresas que pretendam exercer as actividades de indústria ou de comércio de armamento, nos termos, respectivamente, dos Decretos-lei n° 396/98 e 397/98, ambos de 17 de Dezembro;
  - i) Credenciar entidades públicas e privadas para o exercício de actividades industriais, tecnológicas e de investigação, quando tal seja exigido por disposição legal ou regulamentar;



- j) Actuar como autoridade credenciadora e de fiscalização de entidades que actuem no âmbito do Sistema de Certificação Electrónica do Estado Infra-Estrutura de Chaves Públicas (SCEE), bem como no quadro do regime jurídico dos documentos electrónicos e da assinatura electrónica e para os efeitos nele previstos;
- l) Actuar como autoridade responsável pela componente codificada do Sistema GALILEO, credenciar os pontos de contacto nacionais no âmbito da sua componente de segurança e efectuar a gestão de chaves quando da respectiva operação;
- m) Exercer as demais atribuições que lhe sejam atribuídas por lei.

Artigo 3º  
**Director-geral**

.../...

- 2 - O director-geral é, por inerência, a ANS.
- 3 - Sem prejuízo das competências que lhe sejam conferidas por lei ou que nele sejam delegadas ou subdelegadas, compete ainda ao director-geral:
  - a) Superintender tecnicamente nos procedimentos dos serviços, organismos e entidades, públicos ou privados, tendo em vista a garantia da protecção e salvaguarda das matérias classificadas no âmbito nacional e das organizações, reuniões, programas, contratos, projectos e outras actividades internacionais em que Portugal participe;
  - b) Garantir o cumprimento das medidas de protecção da informação classificada originada das organizações internacionais de que Portugal faz parte ou das respectivas estruturas internas, bem como de outros Estados, nos termos dos instrumentos de vinculação aplicáveis ao Estado Português;
  - c) Atribuir, controlar e revogar a credenciação de segurança de pessoas singulares ou colectivas, públicas ou privadas, ou de quaisquer outros serviços ou organismos, onde sejam administradas matérias classificadas ou que necessitem de desenvolver actividades específicas que, nos termos da lei, envolvam a administração de tais matérias;
  - d) Determinar a fiscalização e a inspecção periódica de órgãos de segurança detentores de matérias classificadas sob responsabilidade portuguesa, dentro e fora do território nacional, de modo a verificar e promover o cumprimento dos normativos, procedimentos e condições de segurança das matérias classificadas;
  - e) Autorizar a abertura e determinar o encerramento de órgãos de segurança detentores de matérias classificadas sob responsabilidade portuguesa, dentro e fora do território nacional, fixando as respectivas atribuições, competências e normas de funcionamento;
  - f) Determinar a avaliação, a acreditação e a certificação de produtos e sistemas de comunicações, de informática e de tecnologias de informação que sirvam de suporte ao tratamento, arquivo e transmissão de matérias classificadas;
  - g) Difundir orientações para a elaboração dos planos de emergência e de contingência destinados a precaver e ou evitar comprometimentos, quebras ou violações de segurança das matérias classificadas, bem como verificar a sua existência e proceder à respectiva aprovação, teste e actualização;
  - h) Determinar a abertura de inquéritos de segurança e proceder à respectiva instrução, sempre que haja suspeita ou efectivo comprometimento, quebra ou violação de segurança de matérias classificadas, indiciar os seus responsáveis e participar, nos termos da lei, às entidades competentes;
  - i) Emitir normas técnicas sobre os procedimentos a adoptar pelos órgãos de segurança das matérias classificadas, visando a sua harmonização, protecção e salvaguarda;
  - j) Conferir os certificados de habilitação exigidos por disposição legal ou regulamentar para requerer a credenciação de segurança, no grau de classificação de segurança e marca pretendidos, às pessoas que desempenhem funções em locais onde são administradas matérias classificadas ou exerçam actividades específicas, definidas na lei, que envolvam a administração de tais matérias;
  - l) Exercer as competências de credenciação de segurança, proceder ao registo e exercer as demais competências de autoridade credenciadora e de fiscalização das entidades certificadoras integradas no SCEE e das entidades que operam no quadro do regime jurídico dos documentos electrónicos e da assinatura electrónica nos termos nele previstos;
  - m) Atribuir credenciação de segurança nacional às empresas que pretendam exercer as actividades de indústria e ou de comércio de armamento;
  - n) Atribuir credenciação de segurança a entidades públicas e privadas para o exercício de actividades industriais, tecnológicas e de investigação, quando tal seja exigido por disposição legal ou regulamentar;
  - o) Atribuir credenciação de segurança no âmbito do Sistema GALILEO e proceder à gestão das chaves da sua componente de segurança, quando da respectiva operação;
  - p) Determinar a realização de limpezas electrónicas no âmbito de avaliação de ambientes de segurança



nas componentes geral, local e electrónica;

- g) Representar Portugal nas reuniões que tratem da protecção e salvaguarda das matérias classificadas, no âmbito das organizações, estruturas, grupos de trabalho e projectos internacionais de que o País seja parte integrante, sem prejuízo das atribuições próprias do Ministério dos Negócios Estrangeiros;
  - r) Propor a celebração e colaborar na elaboração dos Acordos Bilaterais de Segurança das Matérias Classificadas, em articulação com o Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- .../...

## **(DL 196) REGULAMENTO DISCIPLINAR DA POLÍCIA JUDICIÁRIA**

Decreto-Lei N° 196/94, de 21 de Julho

### **Artigo 5°**

#### **Deveres gerais**

- 1 - O pessoal da Polícia Judiciária exerce as suas funções com imparcialidade, isenção e objectividade, com observância das disposições legais vigentes e cumprindo pontual e integralmente as determinações que, em matéria de serviço, lhe sejam hierarquicamente transmitidas.
- 2 - Consideram-se, nomeadamente, deveres gerais:
  - a) O dever de isenção;
  - b) O dever de zelo;
  - c) O dever de obediência;
  - d) O dever de lealdade;
  - e) O dever de sigilo;
  - f) O dever de correcção;
  - g) O dever de assiduidade;
  - h) O dever de pontualidade.

## **(DL 226) REESTRUTURA OS SERVIÇOS DE INFORMAÇÕES MILITARES (Revogado)**

Decreto-Lei N° 226/85, de 4 de Julho

### **Artigo 6.º**

#### **(Coordenação das actividades)**

- 1 - O Conselho de Chefes de Estado-Maior coordena as actividades do Serviço de Informações Militares, deliberando, nomeadamente, sobre:
  - .../...
  - d) Regulamentos e instruções específicos da informação militar e da contra-informação;
  - .../...

## **(DL 252) LEI ORGÂNICA DO SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS**

Decreto-Lei N° 252/2000, de 16 de Outubro

### **Artigo 9°**

#### **Segredo profissional**

- 1 - O pessoal do SEF é obrigado a guardar sigilo sobre todas as informações a que tiver acesso no exercício das suas funções.
- 2 - A obrigação de sigilo a que se refere o número anterior não impede que os funcionários referidos no artigo 3.o devam comunicar prontamente às autoridades competentes factos indiciários da prática de qualquer crime de que tenham conhecimento através do exercício da actividade de investigação e fiscalização.
- 3 - As acções de prevenção, de investigação criminal e as de coadjuvação das autoridades judiciais estão sujeitas a segredo de justiça, nos termos da lei.

## **(DL 297) ESTATUTO DOS MILITARES DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA**

Decreto-Lei N° 297/2009, de 14 de Outubro

### **Artigo 12°**

#### **Dever de sigilo**

O militar da Guarda deve cumprir rigorosamente as normas de segurança e manter sigilo, quanto aos factos e matérias de que tome conhecimento em virtude do exercício das suas funções.



**(DL 299) ESTATUTO DO PESSOAL POLICIAL DA POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA**

Decreto-Lei Nº 299/2009, de 14 de Outubro

**Artigo 6º**

**Segredo de justiça e profissional**

- 1 - Os actos processuais de investigação criminal e de coadjuvação das autoridades judiciais estão sujeitos a segredo de justiça nos termos da lei.
- 2 - As acções de prevenção e os processos contra-ordenacionais, disciplinares, de inquérito, de sindicância, de averiguações, bem como de inspecção, estão sujeitos ao segredo profissional, nos termos da lei geral.

**(EDTEFP) ESTATUTO DISCIPLINAR DOS TRABALHADORES QUE EXERCEM FUNÇÕES PÚBLICAS**

Lei Nº 58/2008, de 9 de Setembro

**Artigo 1º**

**Âmbito de aplicação subjectivo**

- 1 - O presente Estatuto é aplicável a todos os trabalhadores que exercem funções públicas, independentemente da modalidade de constituição da relação jurídica de emprego público ao abrigo da qual exercem as respectivas funções.  
.../...
- 3 - Exceptuam -se do disposto nos números anteriores os trabalhadores que possuam estatuto disciplinar especial.

**Artigo 2.º**

**Âmbito de aplicação objectivo**

- 1 - O presente Estatuto é aplicável aos serviços da administração directa e indirecta do Estado.
- 2 - O presente Estatuto é também aplicável, com as necessárias adaptações, designadamente no que respeita às competências em matéria administrativa dos correspondentes órgãos de governo próprio, aos serviços das administrações regionais e autárquicas.
- 3 - O presente Estatuto é ainda aplicável, com as adaptações impostas pela observância das correspondentes competências, aos órgãos e serviços de apoio do Presidente da República, da Assembleia da República, dos tribunais e do Ministério Público e respectivos órgãos de gestão e de outros órgãos independentes.
- 4 - A aplicabilidade do presente Estatuto aos serviços periféricos externos do Estado, quer relativamente aos trabalhadores recrutados localmente quer aos que, de outra forma recrutados, neles exerçam funções, não prejudica a vigência:
  - a) Das normas e princípios de direito internacional que disponham em contrário;
  - b) Dos regimes legais que sejam localmente aplicáveis.
- 5 - Sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo anterior, o presente Estatuto não é aplicável às entidades públicas empresariais nem aos gabinetes de apoio quer dos membros do Governo quer dos titulares dos órgãos referidos nos n.º 2 e 3.

**Artigo 3º**

**Infracção disciplinar**

- 1 - Considera -se infracção disciplinar o comportamento do trabalhador, por acção ou omissão, ainda que meramente culposos, que viole deveres gerais ou especiais inerentes à função que exerce.  
.../...
- 6 - O dever de informação consiste em prestar ao cidadão, nos termos legais, a informação que seja solicitada, com ressalva daquela que, naqueles termos, não deva ser divulgada.  
.../...

**Artigo 18º**

**Demissão e despedimento por facto imputável ao trabalhador**

- 1 - As penas de demissão e de despedimento por facto imputável ao trabalhador são aplicáveis em caso de infracção que inviabilize a manutenção da relação funcional, nomeadamente aos trabalhadores que:  
.../...
  - i) Divulguem informação que, nos termos legais, não deva ser divulgada;





## **(JOUE) CARTA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA UNIÃO EUROPEIA**

Jornal Oficial da União Europeia N° C 303/2007, de 14 de Dezembro

### **Artigo 7º**

#### **Respeito pela vida privada e familiar**

Todas as pessoas têm direito ao respeito pela sua vida privada e familiar, pelo seu domicílio e pelas suas comunicações.

### **Artigo 8º**

#### **Protecção de dados pessoais**

1. Todas as pessoas têm direito à protecção dos dados de carácter pessoal que lhes digam respeito.
2. Esses dados devem ser objecto de um tratamento leal, para fins específicos e com o consentimento da pessoa interessada ou com outro fundamento legítimo previsto por lei. Todas as pessoas têm o direito de aceder aos dados coligidos que lhes digam respeito e de obter a respectiva rectificação.
3. O cumprimento destas regras fica sujeito a fiscalização por parte de uma autoridade independente.

### **Artigo 11º**

#### **Liberdade de expressão e de informação**

1. Qualquer pessoa tem direito à liberdade de expressão. Este direito compreende a liberdade de opinião e a liberdade de receber e de transmitir informações ou ideias, sem que possa haver ingerência de quaisquer poderes públicos e sem consideração de fronteiras.
2. São respeitados a liberdade e o pluralismo dos meios de comunicação social.

### **Artigo 41º**

#### **Direito a uma boa administração**

1. Todas as pessoas têm direito a que os seus assuntos sejam tratados pelas instituições, órgãos e organismos da União de forma imparcial, equitativa e num prazo razoável.
2. Este direito compreende, nomeadamente:
  - a) O direito de qualquer pessoa a ser ouvida antes de a seu respeito ser tomada qualquer medida individual que a afecte desfavoravelmente;
  - b) O direito de qualquer pessoa a ter acesso aos processos que se lhe refiram, no respeito pelos legítimos interesses da confidencialidade e do segredo profissional e comercial;
  - c) A obrigação, por parte da administração, de fundamentar as suas decisões.
3. Todas as pessoas têm direito à reparação, por parte da União, dos danos causados pelas suas instituições ou pelos seus agentes no exercício das respectivas funções, de acordo com os princípios gerais comuns às legislações dos Estados-Membros.
4. Todas as pessoas têm a possibilidade de se dirigir às instituições da União numa das línguas dos Tratados, devendo obter uma resposta na mesma língua.

### **Artigo 42º**

#### **Direito de acesso aos documentos**

Qualquer cidadão da União, bem como qualquer pessoa singular ou colectiva com residência ou sede social num Estado-Membro, tem direito de acesso aos documentos das instituições, órgãos e organismos da União, seja qual for o suporte desses documentos.

## **(LADA) LEI DE ACESSO AOS DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS**

Lei N° 46/2007, de 24 de Agosto

### **Artigo 1º**

#### **Administração aberta**

O acesso e a reutilização dos documentos administrativos são assegurados de acordo com os princípios da publicidade, da transparência, da igualdade, da justiça e da imparcialidade.

### **Artigo 2.º**

#### **Objecto**

- 1 - A presente lei regula o acesso aos documentos administrativos, sem prejuízo do disposto na legislação relativa ao acesso à informação em matéria de ambiente.

.../...

### **Artigo 4.º**



### **Âmbito de aplicação**

- 1 - A presente lei aplica -se aos seguintes órgãos e entidades:
  - a) Órgãos do Estado e das Regiões Autónomas, que integrem a Administração Pública;
  - b) Demais órgãos do Estado e das Regiões Autónomas, na medida em que desenvolvam funções materialmente administrativas;
  - c) Órgãos dos institutos públicos e das associações e fundações públicas;
  - d) Órgãos das empresas públicas;
  - e) Órgãos das autarquias locais e das suas associações e federações;
  - f) Órgãos das empresas regionais, intermunicipais e municipais;
  - g) Outras entidades no exercício de funções administrativas ou de poderes públicos.
- 2 - As disposições da presente lei são ainda aplicáveis aos documentos detidos ou elaborados por quaisquer entidades dotadas de personalidade jurídica que tenham sido criadas para satisfazer de um modo específico necessidades de interesse geral, sem carácter industrial ou comercial, e em relação às quais se verifique uma das seguintes circunstâncias:
  - a) A respectiva actividade seja financiada maioritariamente por alguma das entidades referidas no número anterior ou no presente número;
  - b) A respectiva gestão esteja sujeita a um controlo por parte de alguma das entidades referidas no número anterior ou no presente número;
  - c) Os respectivos órgãos de administração, de direcção ou de fiscalização sejam compostos, em mais de metade, por membros designados por alguma das entidades referidas no número anterior ou no presente número.

### **Artigo 5º**

#### **Direito de acesso**

Todos, sem necessidade de enunciar qualquer interesse, têm direito de acesso aos documentos administrativos, o qual compreende os direitos de consulta, de reprodução e de informação sobre a sua existência e conteúdo.

### **Artigo 6º**

#### **Restrições ao direito de acesso**

- 1 - Os documentos que contenham informações cujo conhecimento seja avaliado como podendo pôr em risco ou causar dano à segurança interna e externa do Estado ficam sujeitos a interdição de acesso ou a acesso sob autorização, durante o tempo estritamente necessário, através da classificação nos termos de legislação específica.
- 2 - O acesso a documentos referentes a matérias em segredo de justiça é regulado por legislação própria.  
.../...
- 5 - Um terceiro só tem direito de acesso a documentos nominativos se estiver munido de autorização escrita da pessoa a quem os dados digam respeito ou demonstrar interesse directo, pessoal e legítimo suficientemente relevante segundo o princípio da proporcionalidade.  
.../...

### **Artigo 10º**

#### **Divulgação de informação**

Os órgãos e entidades a que se refere o artigo 4.º devem assegurar a divulgação, designadamente em bases de dados electrónicas facilmente acessíveis ao público através de redes públicas de telecomunicações, da seguinte informação administrativa, a actualizar no mínimo semestralmente:

- a) Todos os documentos, designadamente despachos normativos internos, circulares e orientações, que comportem enquadramento da actividade administrativa;
- b) A enunciação de todos os documentos que comportem interpretação de direito positivo ou descrição de procedimento administrativo, mencionando designadamente o seu título, matéria, data, origem e local onde podem ser consultados.

### **Artigo 13º**

#### **Pedido de acesso**

- 1 - O acesso aos documentos deve ser solicitado por escrito através de requerimento do qual constem os elementos essenciais à sua identificação, bem como o nome, morada e assinatura do requerente.  
.../...
- 5 - Os órgãos e entidades a que se refere o artigo 4º prestarão, através dos seus funcionários, assistência ao público na identificação dos documentos pretendidos, designadamente informando sobre a forma de organização e utilização dos seus arquivos e registos.





**Artigo 14º**

**Resposta ao pedido de acesso**

.../...

- 3 - A Administração não está obrigada a satisfazer pedidos que, face ao seu carácter repetitivo e sistemático ou ao número de documentos requeridos, sejam manifestamente abusivos.
- 4 - Em casos excepcionais, se o volume ou a complexidade da informação o justificarem, o prazo referido no n.º 1 pode ser prorrogado, até ao máximo de dois meses, devendo o requerente ser informado desse facto com indicação dos respectivos fundamentos, no prazo máximo de 10 dias.

**(LDN) LEI DE DEFESA NACIONAL**

Lei Orgânica N.º 1-B/2009, de 7 de Julho

**Artigo 1º**

**Defesa nacional**

- 1 - A defesa nacional tem por objectivos garantir a soberania do Estado, a independência nacional e a integridade territorial de Portugal, bem como assegurar a liberdade e a segurança das populações e a protecção dos valores fundamentais da ordem constitucional contra qualquer agressão ou ameaça externas.
- 2 - A defesa nacional assegura ainda o cumprimento dos compromissos internacionais do Estado no domínio militar, de acordo com o interesse nacional.

**Artigo 4º**

**Componentes da política de defesa nacional**

- 1 - A política de defesa nacional integra os princípios, objectivos, orientações e prioridades definidos na Constituição, na presente lei, no programa do Governo e no conceito estratégico de defesa nacional.
- 2 - Para além da sua componente militar, a política de defesa nacional compreende as políticas sectoriais do Estado cujo contributo é necessário para a realização do interesse estratégico de Portugal e cumprimento dos objectivos da defesa nacional.

**Artigo 22º**

**Defesa nacional e Forças Armadas**

- 1 - As Forças Armadas são a instituição nacional incumbida de assegurar a defesa militar da República.
- 2 - As Forças Armadas obedecem aos órgãos de soberania competentes, nos termos definidos na Constituição e na lei.
- 3 - As Forças Armadas estão ao serviço dos Portugueses e são rigorosamente apertidárias.
- 4 - As Forças Armadas compõem -se exclusivamente de cidadãos portugueses e a sua organização é única para todo o território nacional.
- 5 - A execução da componente militar da defesa nacional incumbe em exclusivo às Forças Armadas, sendo proibida a constituição de associações ou agrupamentos armados, de tipo militar, militarizado ou paramilitar.

**Artigo 23.º**

**Integração das Forças Armadas na administração do Estado**

- 1 - As Forças Armadas integram -se na administração directa do Estado através do Ministério da Defesa Nacional.

.../...

**Artigo 28º**

**Liberdade de expressão**

.../...

- 2 - Os militares em efectividade de serviço estão sujeitos a dever de sigilo relativamente às matérias cobertas pelo segredo de justiça ou pelo segredo de Estado e por outros sistemas de classificação, aos factos referentes ao dispositivo, à capacidade militar, ao equipamento e à acção operacional das Forças Armadas de que tenham conhecimento em virtude do exercício das suas funções, bem como aos elementos constantes de centros de dados e registos de pessoal que não possam ser divulgados.



## **(LEI 4) ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DIRECTA DO ESTADO**

Lei Nº 4/2004, de 15 de Janeiro

### **Artigo 3º**

#### **Princípios**

- 1 - A organização, a estrutura e o funcionamento da Administração Pública devem orientar-se pelos princípios da unidade e eficácia da acção da Administração Pública, da aproximação dos serviços às populações, da desburocratização, da racionalização de meios, da eficiência na afectação de recursos públicos, na melhoria quantitativa e qualitativa do serviço prestado e da garantia de participação dos cidadãos, bem como pelos demais princípios constitucionais da actividade administrativa acolhidos pelo Código do Procedimento Administrativo.
- 2 - O princípio da unidade e eficácia da acção da Administração Pública consubstancia-se no exercício de poderes hierárquicos, nomeadamente os poderes de direcção, substituição e revogação e nas inerentes garantias dos destinatários dos actos praticados no âmbito destes poderes.
- 3 - Em obediência ao princípio da aproximação dos serviços às populações, as funções de cada serviço devem ser exercidas no nível territorial mais próximo possível dos respectivos destinatários.  
.../...
- 7 - No respeito pelo princípio da participação dos administrados, a administração directa do Estado deve assegurar a interacção e a complementaridade da sua actuação com os respectivos destinatários, ...
- 8 - Norteados pela prossecução do interesse público, os órgãos e serviços da administração directa do Estado devem observar ainda os princípios gerais referidos nos números anteriores mediante o incremento, na sua actuação:
  - a) Da prestação de serviços orientados para os cidadãos;  
.../...

## **(LEI 7) REGULAMENTO DISCIPLINAR DA POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA**

Lei Nº 7/90, de 20 de Fevereiro

### **Artigo 7º**

#### **Deveres gerais**

- 1 - É dever geral do pessoal da PSP actuar no sentido de reforçar na comunidade a confiança na acção desenvolvida pela corporação, em especial no que concerne à sua imparcialidade.
- 2 - Consideram-se ainda deveres gerais:
  - a) O dever de isenção;
  - b) O dever de zelo;
  - c) O dever de obediência;
  - d) O dever de lealdade;
  - e) O dever de sigilo;
  - f) O dever de correcção;
  - g) O dever de assiduidade;
  - h) O dever de pontualidade;
  - i) O dever de apurmo.

### **Artigo 12º**

#### **Dever de sigilo**

- 1 - O dever de sigilo consiste em guardar segredo profissional relativamente a factos de que tenha conhecimento em virtude do exercício das funções e que não se destinem a ser do domínio público.
- 2 - No cumprimento do dever de sigilo deverão os funcionários e agentes da PSP:
  - a) Não relevar matéria que constitua segredo de Estado ou de justiça e, nos termos da legislação do processo penal, toda a actividade respeitante à prevenção e investigação criminal, bem como à realização de diligências no âmbito de processos de contra-ordenações e de processos disciplinares;
  - b) Não revelar matérias respeitantes a assuntos relativos ao dispositivo ou actividade operacional de polícia classificados com o grau de reservado ou superior, salvo mediante autorização da entidade hierarquicamente competente;
  - c) Não divulgar os dispositivos das forças e serviços de segurança e guardar rigoroso sigilo relativamente a elementos constantes de registos, de centros de dados e de quaisquer documentos a que, por motivo de serviço, tenham acesso.



**(LEI 9) LEI ORGÂNICA DO SECRETÁRIO-GERAL DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA REPÚBLICA PORTUGUESA, DO SIED E DO SIS**

Lei Nº 9/2007, de 19 de Fevereiro

**Artigo 5º**

**Actividades classificadas**

- 1 - As actividades do Secretário-Geral, do seu Gabinete, do SIED, do SIS e das estruturas comuns são consideradas, para todos os efeitos, classificadas e de interesse para a salvaguarda da independência nacional, dos interesses nacionais e da segurança externa e interna do Estado Português.
- 2 - São abrangidos pelo segredo de Estado os registos, documentos e *dossiers*, bem como os resultados das análises e os elementos conservados nos centros de dados do SIED e do SIS e nos arquivos do Gabinete do Secretário-Geral, do SIED, do SIS e das estruturas comuns, respeitantes às matérias constantes da Lei Quadro do SIRP.
- 3 - Toda a actividade de pesquisa, análise, interpretação, classificação e conservação de informações desenvolvida no âmbito do SIRP está sujeita ao dever de sigilo, nos termos definidos pela Lei Quadro do SIRP.

**Artigo 8º**

**Dispensa de publicação**

Quando fundadas razões de segurança ou relacionadas com a especificidade do serviço o justifiquem, podem os membros do Governo intervenientes determinar, referindo-o expressamente, a dispensa de publicação dos actos necessários à execução dos diplomas do SIRP.

**Artigo 41º**

**Centros de dados**

- 1- Cada um dos serviços de informações dispõe de um centro de dados para efeitos de prossecução das respectivas atribuições, ao qual compete processar e conservar em arquivo magnético ou outro os dados e informações recolhidos e tratados.
  - 2- Cada um dos centros de dados funciona sob a orientação do Secretário-Geral, através do respectivo director, dirigente intermédio de 1.º grau, nomeado e exonerado pelo Primeiro-Ministro, sob proposta do Secretário-Geral.
- .../...

**Artigo 43º**

**Acesso aos dados**

- 1- Sem prejuízo do disposto na Lei Quadro do SIRP sobre fiscalização e do acesso do Secretário-Geral, através dos directores dos centros de dados, nenhuma entidade estranha ao SIED ou ao SIS pode ter acesso directo aos dados e informações conservados nos respectivos centros de dados.
  - 2- Por despacho do Primeiro-Ministro, ouvido o conselho de fiscalização do SIRP, são definidas as condições em que elementos informativos conservados nos centros de dados do SIED e do SIS podem ser fornecidos aos órgãos e serviços previstos na Lei Quadro do SIRP e na legislação de segurança interna.
- .../...

**Artigo 66º**

**Disposições gerais**

- 1- Os funcionários e agentes do SIED, do SIS e das estruturas comuns, qualquer que seja a sua origem e forma de provimento, estão, desde o início do exercício de funções, sujeitos à disciplina do serviço e aos poderes disciplinares das entidades que o dirigem e nele superintendem.
- 2 - Nos casos em que as faltas averiguadas sejam puníveis com penas de aposentação compulsiva ou demissão, o Secretário-Geral pode, por razões de segurança, se o funcionário ou agente tiver sido provido em comissão de serviço, determinar que a comissão seja dada por finda, podendo ordenar a remessa do processo disciplinar à entidade competente do departamento de origem.
- 3 - Nos casos referidos na primeira parte do número anterior, se o funcionário ou agente tiver sido provido por contrato, deve ser determinada a rescisão do mesmo.

**Artigo 67º**

**Penas especiais**

- 1- São penas especiais aplicáveis aos funcionários e agentes do SIED, do SIS e das estruturas comuns:
  - a) A cessação da comissão de serviço;



- b) A rescisão do contrato.
- 2 - A pena de cessação da comissão de serviço é aplicável a todos os funcionários ou agentes já vinculados à Administração Pública:
  - a) Como pena acessória, por qualquer infracção disciplinar punível com pena igual ou superior à de multa;
  - b) Como pena principal aos dirigentes, nos termos da lei geral.
- 3 - A pena de rescisão do contrato é aplicável aos funcionários ou agentes que se encontrem providos por contrato, por qualquer infracção disciplinar a que corresponda a pena igual ou superior à de inactividade.

### **(LEI 27) LEI DE BASES DA PROTECÇÃO CIVIL**

Lei Nº 27/2004, de 3 de Julho

#### **Artigo 1º**

##### **Protecção civil**

- 1- A protecção civil é a actividade desenvolvida pelo Estado, Regiões Autónomas e autarquias locais, pelos cidadãos e por todas as entidades públicas e privadas com a finalidade de prevenir riscos colectivos inerentes a situações de acidente grave ou catástrofe, de atenuar os seus efeitos e proteger e socorrer as pessoas e bens em perigo quando aquelas situações ocorram.
- 2- A actividade de protecção civil tem carácter permanente, multidisciplinar e plurisectorial, cabendo a todos os órgãos e departamentos da Administração Pública promover as condições indispensáveis à sua execução, de forma descentralizada, sem prejuízo do apoio mútuo entre organismos e entidades do mesmo nível ou proveniente de níveis superiores.

### **(LEI 37) LEI ORGÂNICA DA POLÍCIA JUDICIÁRIA**

Lei Nº 37/2008, de 6 de Agosto

#### **Artigo 13º**

##### **Segredo de justiça e profissional**

- 1 - Os actos processuais de investigação criminal e de coadjuvação das autoridades judiciárias estão sujeitos ao segredo de justiça nos termos da lei.  
.../...
- 4 - As acções de prevenção e os processos contra--ordenacionais, disciplinares, de inquérito, de sindicância, de averiguações, bem como de inspecção, estão sujeitos ao segredo profissional, nos termos da lei geral.

### **(LEI 145) REGULAMENTO DE DISCIPLINA DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA**

Lei Nº 145/99, de 1 de Setembro

#### **Artigo 8º**

##### **Deveres**

.../....

- 2 - Cumpre ainda ao militar da Guarda a observância dos seguintes deveres:
  - a) Dever de obediência;
  - b) Dever de lealdade;
  - c) Dever de proficiência;
  - d) Dever de zelo;
  - e) Dever de isenção;
  - f) Dever de correcção;
  - g) Dever de disponibilidade;
  - h) Dever de sigilo;
  - i) Dever de aprumo.
- 3 - Constituem ainda deveres dos militares da Guarda os que constam quer das leis orgânica e estatutária por que os mesmos e a instituição se regem quer da demais legislação em vigor.



**Artigo 16.º**

**Dever de sigilo**

- 1 - O dever de sigilo consiste na obrigação de guardar segredo profissional relativamente a factos e matérias de que seja obtido conhecimento em virtude do exercício de funções e que não devam ser publicamente revelados.
- 2 - No cumprimento do dever de sigilo, cabe ao militar da Guarda, designadamente:
  - a) Cumprir rigorosamente as normas de segurança que se encontrem estabelecidas, não revelando assuntos, factos ou ordens que lhe tenham sido transmitidos, ou de que tenha conhecimento, sempre que desse acto possa resultar prejuízo para o serviço ou para a disciplina;
  - b) Não revelar matérias que constituam segredo do Estado ou de justiça e, nos termos da legislação do processo penal, não divulgar toda e qualquer actividade que respeite à prevenção e investigação criminal e, bem assim, concernente à realização de diligências em processos de contra-ordenação e processos disciplinares;
  - c) Não revelar dados, relacionados com a actividade operacional da Guarda, classificados com o grau de reservado ou superior, salvo mediante autorização de entidade hierarquicamente competente;
  - d) Não divulgar elementos que constem de registos, de centros de dados ou de quaisquer documentos a que, por motivo de serviço, tenha acesso;.../...

**(LOMDN) LEI ORGÂNICA DO MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL**

Decreto-Lei N.º 47/93, de 26 de Fevereiro

**Artigo 15.º**

**Autoridade Nacional de Segurança**

- 1 - A ANS é o serviço especialmente incumbido de providenciar no sentido de que seja garantida a segurança das matérias classificadas nacionais, no âmbito da Administração Pública, da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e de outras alianças ou tratados de que Portugal seja parte, em território nacional e nas representações oficiais do País no estrangeiro.
- 2 - À ANS compete, em especial:
  - a) Exercer as competências que lhe são cometidas nos termos das normas nacionais de segurança, bem como nos termos das normas de segurança de organizações de que Portugal seja parte;
  - b) Autorizar a abertura e o encerramento, em território nacional e no estrangeiro, dos órgãos de segurança de matérias classificadas previstos nas normas de segurança em vigor;
  - c) Conceder, controlar e cancelar a credenciação dos cidadãos de nacionalidade portuguesa em graus de classificação de segurança iguais ou superiores a «Confidencial» ou equivalentes, para o que lhe serão fornecidos todos os elementos informativos necessários;
  - d) Inspeccionar periodicamente os órgãos de segurança, no território nacional e no estrangeiro, detentores de matérias classificadas com vista a verificar o cumprimento das disposições de segurança respeitantes à sua protecção, incluindo as relativas à segurança das comunicações e à segurança informática;
  - e) Promover a formação e actualização de técnicos de segurança das matérias classificadas, abrangendo os âmbitos da segurança da informação classificada, segurança do pessoal, segurança física, segurança das comunicações e segurança informática;
  - f) Assegurar-se da existência e permanente actualização de planos de emergência capazes de fazer face à ocorrência de quebras de segurança e comprometimentos de matérias classificadas.
- 3 - A ANS é dirigida por um director-geral, que exerce as funções de autoridade nacional de segurança, coadjuvado por um subdirector-geral.

**(LOMDN) LEI ORGÂNICA DO MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL**

Decreto-Lei N.º 154-A/2009, de 6 de Julho

**Artigo 1.º**

**Missão**

O Ministério da Defesa Nacional (MDN) é o departamento governamental que tem por missão a preparação e execução da política de defesa nacional e das Forças Armadas no âmbito das atribuições que lhe são conferidas pela Lei de Defesa Nacional, bem como assegurar e fiscalizar a administração das Forças Armadas e dos demais serviços e organismos nele integrados.



Artigo 4.º

**Administração directa do Estado**

- 1 - As Forças Armadas integram -se na administração directa do Estado, através do MDN, com a organização que consta na LOBOFA, e compreendem:
  - a) O Estado -Maior General das Forças Armadas;
  - b) Os Ramos das Forças Armadas, ou seja, Marinha, Exército e Força Aérea..../...

**(LPDP) LEI DA PROTECÇÃO DOS DADOS PESSOAIS**

Lei Nº 67/98, de 26 de Outubro

Artigo 4º

**Âmbito de aplicação**

- 1 - A presente lei aplica-se ao tratamento de dados pessoais por meios total ou parcialmente automatizados, bem como ao tratamento por meios não automatizados de dados pessoais contidos em ficheiros manuais ou a estes destinados.
- 2 - A presente lei não se aplica ao tratamento de dados pessoais efectuado por pessoa singular no exercício de actividades exclusivamente pessoais ou domésticas.  
.../...
- 4 - A presente lei aplica-se à videovigilância e outras formas de captação, tratamento e difusão de sons e imagens que permitam identificar pessoas sempre que o responsável pelo tratamento esteja domiciliado ou sediado em Portugal ou utilize um fornecedor de acesso a redes informáticas e telemáticas estabelecido em território português.  
.../...
- 7 - A presente lei aplica-se ao tratamento de dados pessoais que tenham por objectivo a segurança pública, a defesa nacional e a segurança do Estado, sem prejuízo do disposto em normas especiais constantes de instrumentos de direito internacional a que Portugal se vincule e de legislação específica atinente aos respectivos sectores.

Artigo 7º

**Tratamento de dados sensíveis**

- 1 - É proibido o tratamento de dados pessoais referentes a convicções filosóficas ou políticas, filiação partidária ou sindical, fé religiosa, vida privada e origem racial ou étnica, bem como o tratamento de dados relativos à saúde e à vida sexual, incluindo os dados genéticos.
- 2 - Mediante disposição legal ou autorização da CNPD, pode ser permitido o tratamento dos dados referidos no número anterior quando por motivos de interesse público importante esse tratamento for indispensável ao exercício das atribuições legais ou estatutárias do seu responsável, ou quando o titular dos dados tiver dado o seu consentimento expresso para esse tratamento, em ambos os casos com garantias de não discriminação e com as medidas de segurança previstas no artigo 15º.  
.../...

Artigo 10º

**Direito de informação**

- 1 - Quando recolher dados pessoais directamente do seu titular, o responsável pelo tratamento ou o seu representante deve prestar-lhe, salvo se já dele forem conhecidas, as seguintes informações:
  - a) Identidade do responsável pelo tratamento e, se for caso disso, do seu representante;
  - b) Finalidades do tratamento;
  - c) Outras informações, tais como:
    - Os destinatários ou categorias de destinatários dos dados;
    - O carácter obrigatório ou facultativo da resposta, bem como as possíveis consequências se não responder;
    - A existência e as condições do direito de acesso e de rectificação, desde que sejam necessárias, tendo em conta as circunstâncias específicas da recolha dos dados, para garantir ao seu titular um tratamento leal dos mesmos.../...



**Artigo 11º**

**Direito de acesso**

- 1 - O titular dos dados tem o direito de obter do responsável pelo tratamento, livremente e sem restrições, com periodicidade razoável e sem demoras ou custos excessivos:
  - a) A confirmação de serem ou não tratados dados que lhe digam respeito, bem como informação sobre as finalidades desse tratamento, as categorias de dados sobre que incide e os destinatários ou categorias de destinatários a quem são comunicados os dados;
  - b) A comunicação, sob forma inteligível, dos seus dados sujeitos a tratamento e de quaisquer informações disponíveis sobre a origem desses dados;
  - c) O conhecimento da lógica subjacente ao tratamento automatizado dos dados que lhe digam respeito;
  - d) A rectificação, o apagamento ou o bloqueio dos dados cujo tratamento não cumpra o disposto na presente lei, nomeadamente devido ao carácter incompleto ou inexacto desses dados;.../...

**(LQSI) LEI QUADRO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA REPÚBLICA PORTUGUESA**

Lei 30/84, de 5 de Setembro, alterada e republicada pela Lei Orgânica Nº 4/2004, de 6 de Novembro

**Artigo 5º**

**Acesso a dados e informações**

- 1 - Os funcionários e agentes, civis ou militares, que exercem funções policiais só poderão ter acesso a dados e informações na posse dos serviços de informações desde que autorizados por despacho do competente membro do Governo, sendo proibida a sua utilização com finalidades diferentes da tutela da legalidade democrática ou da prevenção e repressão da criminalidade.  
.../...

**Artigo 8º**

**Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa**

- 1- O controlo do Sistema de Informações da República Portuguesa é assegurado pelo Conselho de Fiscalização, eleito pela Assembleia da República, sem prejuízo dos poderes de fiscalização deste órgão de soberania nos termos constitucionais.  
.../...

**Artigo 19º**

**Secretário-Geral do Sistema de Informações da República Portuguesa**

- .../...
- 3 - Compete ao Secretário-Geral:  
.../...
    - g) Dirigir a actividade dos centros de dados do Serviço de Informações Estratégicas de Defesa e do Serviço de Informações de Segurança;.../...

**Artigo 23º**

**Centros de dados**

- 1 - Os serviços de informações poderão dispor de centros de dados, compatíveis com a natureza do serviço, aos quais competirá processar e conservar em arquivo magnético os dados e informações recolhidos no âmbito da sua actividade.  
.../...
- 3 - Cada centro de dados funciona autonomamente, não podendo ser conectado com o outro.

**Artigo 28º**

**Dever de sigilo**

- 1 - Quem, em razão das suas funções, tomar conhecimento de matérias classificadas na disponibilidade dos serviços de informações é obrigado a sobre elas guardar rigoroso sigilo.
- 2 - Os funcionários e agentes dos serviços de informações são igualmente obrigados a guardar rigoroso sigilo sobre a actividade de pesquisa, análise, classificação e conservação das informações de que tenham conhecimento em razão das suas funções, bem como sobre a estrutura e o funcionamento de todo o sistema.





- 3 - O dever de sigilo a que se refere o número anterior mantém-se além do termo do exercício das suas funções, não podendo, em caso algum e por qualquer forma, ser quebrado por aqueles que deixaram de ser funcionários ou agentes dos serviços de informações.
- 4 - A violação dos deveres previstos nos números anteriores é punível com prisão até 3 anos, se pena mais grave não lhe for aplicável.
- 5 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, a violação do dever previsto no nº 2 é ainda punível com a pena disciplinar de demissão ou outra medida que implique o imediato afastamento do infractor.

#### Artigo 30º

##### **Penas agravadas e acessórias**

- 1 - Quem, por violação dos seus deveres legais ou abusando das suas funções, for condenado por crime previsto e punido no Código Penal contra a liberdade, honra ou reserva de vida privada dos cidadãos terá a pena máxima aplicável agravada de um terço dos seus limites mínimo e máximo.
- 2 - Ao funcionário ou agente dos serviços de informações condenado pela prática de crime doloso poderá o tribunal, ponderadas as circunstâncias do caso concreto, aplicar na sentença a pena acessória de demissão ou de suspensão até 3 anos de exercício de funções

#### Artigo 32º

##### **Segredo de Estado**

- 1 - São abrangidos pelo segredo de Estado os dados e as informações cuja difusão seja susceptível de causar dano à unidade e integridade do Estado, à defesa das instituições democráticas estabelecidas na Constituição, ao livre exercício das respectivas funções pelos órgãos de soberania, à segurança interna, à independência nacional e à preparação da defesa militar.
- 2 - Consideram-se abrangidos pelo segredo de Estado os registos, documentos, *dossiers* e arquivos dos serviços de informações relativos às matérias mencionadas no número anterior, não podendo ser requisitados ou examinados por qualquer entidade estranha aos serviços, sem prejuízo do disposto nos artigos 26º e 27º.
- 3 - As informações e os elementos de prova respeitantes a factos indiciários da prática de crimes contra a segurança do Estado devem ser comunicados às entidades competentes para a sua investigação ou instrução.
- 4 - No caso previsto no número anterior, o Primeiro-Ministro pode autorizar que seja retardada a comunicação pelo tempo estritamente necessário à salvaguarda da segurança interna ou externa do Estado.

#### Artigo 34º

##### **Informações militares**

- 1 - O disposto na presente lei não prejudica as actividades de informações levadas a cabo pelas Forças Armadas e necessárias ao cumprimento das suas missões específicas e à garantia da segurança militar.
- 2 - As disposições constantes dos artigos 1º a 6º da presente lei, bem como as disposições relativas aos poderes do Conselho de Fiscalização e da Comissão de Fiscalização de Dados, são aplicáveis às actividades de produção de informações das Forças Armadas.

### **(LSE) LEI DO SEGREDO DE ESTADO**

Lei Nº 6/94, de 7 de Abril

#### Artigo 1º

##### **Objecto**

- 1 - O regime do segredo de Estado é definido pela presente lei e obedece aos princípios de excepionalidade, subsidiariedade, necessidade, proporcionalidade, tempestividade, igualdade, justiça e imparcialidade, bem como ao dever de fundamentação.
- 2 - As restrições de acesso aos arquivos, processos e registos administrativos e judiciais, por razões atinentes à investigação criminal ou à intimidade das pessoas, bem como as respeitantes aos serviços de informações da República Portuguesa e a outros sistemas de classificação de matérias, regem-se por legislação própria.
- 3 - O regime do segredo de Estado não é aplicável quando, nos termos da Constituição e da lei, a realização dos fins que ele visa seja compatível com formas menos estritas de reserva de acesso à informação.





**Artigo 2º**

**Âmbito do segredo**

- 1 - São abrangidos pelo segredo de Estado os documentos e informações cujo conhecimento por pessoas não autorizadas é susceptível de pôr em risco ou de causar dano à independência nacional, à unidade e integridade do Estado e à sua segurança interna e externa.
- 2 - O risco e o dano referidos no número anterior são avaliados caso a caso em face das suas circunstâncias concretas, não resultando automaticamente da natureza das matérias a tratar.
- 3 - Podem, designadamente, ser submetidos ao regime de segredo de Estado, mas apenas verificado o condicionalismo previsto nos números anteriores, documentos que respeitem às seguintes matérias:
  - a) As que são transmitidas, a título confidencial, por Estados estrangeiros ou por organizações internacionais;
  - b) As relativas à estratégia a adoptar pelo País no quadro de negociações presentes ou futuras com outros Estados ou com organizações internacionais;
  - c) As que visam prevenir e assegurar a operacionalidade e a segurança do pessoal, dos equipamentos, do material e das instalações das Forças Armadas e das forças e serviços de segurança;
  - d) As relativas aos procedimentos em matéria de segurança na transmissão de dados e informações com outros Estados ou com organizações internacionais;
  - e) Aquelas cuja divulgação pode facilitar a prática de crimes contra a segurança do Estado;
  - f) As de natureza comercial, industrial, científica, técnica ou financeira que interessam à preparação da defesa militar do Estado.

**Artigo 3º**

**Classificação de segurança**

- 1 - A classificação como segredo de Estado nos termos do artigo anterior é da competência do Presidente da República, do Presidente da Assembleia da República, do Primeiro-Ministro, dos Ministros e do Governador de Macau.
- 2 - Quando, por razão de urgência, for necessário classificar um documento como segredo de Estado, podem fazê-lo, a título provisório, no âmbito da sua competência própria, com a obrigatoriedade de comunicação, no mais curto prazo possível, para ratificação, às entidades referidas no n.º 1 que em cada caso se mostrem competentes para tal:
  - a) O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas;
  - b) Os directores dos serviços do Sistema de Informações da República.
- 3 - A competência prevista nos n.º 1 e 2 não é delegável.
- 4 - Se no prazo máximo de 10 dias contados a partir da data da classificação provisória esta não for ratificada, opera-se a sua caducidade.

**Artigo 9º**

**Acesso a documentos em segredo de Estado**

- 1 - Apenas têm acesso a documentos em segredo de Estado, com as limitações e formalidades que venham a ser estabelecidas, as pessoas que deles careçam para o cumprimento das suas funções e que tenham sido autorizadas.
- 2 - A autorização referida no número anterior é concedida pela entidade que conferiu a classificação definitiva e, no caso dos Ministros, por estes ou pelo Primeiro-Ministro.
- 3 - O disposto nos números anteriores não é aplicável ao Presidente da República e ao Primeiro-Ministro, cujo acesso a documentos classificados não fica sujeito a qualquer restrição.
- 4 - A classificação como segredo de Estado de parte de documento, processo, ficheiro ou arquivo não determina restrições de acesso a partes não classificadas, salvo na medida em que se mostre estritamente necessário à protecção devida às partes classificadas.

**Artigo 10º**

**Dever de sigilo**

- 1 - Os funcionários e agentes do Estado e quaisquer pessoas que, em razão das suas funções, tenham acesso a matérias classificadas são obrigados a guardar sigilo.
- 2 - O dever de sigilo a que se refere o número anterior mantém-se após o termo do exercício de funções.
- 3 - A dispensa do dever de sigilo na acção penal é regulada pelo Código de Processo Penal.

**Artigo 11º**

**Legislação penal e disciplinar**

A violação do dever de sigilo e de guarda e conservação de documentos classificados como segredo de Estado pelos funcionários e agentes da Administração Pública incumbidos dessas funções é punida nos



termos previstos no Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local, no Código de Justiça Militar e no Código Penal e pelos diplomas que regem o Sistema de Informações da República Portuguesa.

Artigo 12º

**Fiscalização pela Assembleia da República**

A Assembleia da República fiscaliza, nos termos da Constituição e do seu Regimento, o regime do segredo de Estado.

Artigo 13º

**Comissão de Fiscalização**

- 1 - É criada a Comissão para a Fiscalização do Segredo de Estado, a quem cabe zelar pelo cumprimento das disposições da presente lei.
- 2 - A Comissão de Fiscalização é uma entidade pública independente, que funciona junto da Assembleia da República e dispõe de serviços próprios de apoio técnico administrativo.
- 3 - A Comissão é composta por um juiz da jurisdição administrativa designado pelo Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, que preside, e por dois deputados eleitos pela Assembleia da República, sendo um sob proposta do grupo parlamentar do maior partido que apoia o Governo e outro sob proposta do grupo parlamentar do maior partido da oposição.
- 4 - Compete à Comissão aprovar o seu regulamento e apreciar as queixas que lhe sejam dirigidas sobre dificuldades ou recusa no acesso a documentos e registos classificados como segredo de Estado e sobre elas emitir parecer.
- 5 - Nas reuniões da Comissão participa sempre um representante da entidade que procede à classificação.

Artigo 15º

**Impugnação**

A impugnação graciosa ou contenciosa de acto que indefira o acesso a qualquer documento com fundamento em segredo de Estado está condicionada ao prévio pedido e à emissão de parecer da Comissão de Fiscalização.

**(LSI) Anterior LEI DE SEGURANÇA INTERNA (Revogada)**

*Lei Nº 20/87, de 12 de Julho*

Artigo 8º

**Competência do Governo**

.../...

- 2 - Compete ao Conselho de Ministros:

.../...

- d) Fixar, nos termos da lei, as regras de classificação e controlo de circulação dos documentos oficiais e, bem assim, de credenciação das pessoas que devem ter acesso aos documentos classificados.

**(LSI) LEI DE SEGURANÇA INTERNA**

*Lei Nº 53/2008, de 29 de Agosto*

Artigo 6º

**Coordenação e cooperação das forças de segurança**

.../...

- 2 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, as forças e os serviços de segurança cooperam entre si, designadamente através da comunicação de informações que, não interessando apenas à prossecução dos objectivos específicos de cada um deles, sejam necessárias à realização das finalidades de outros, salvaguardando os regimes legais do segredo de justiça e do segredo de Estado.

Artigo 8º

**Governo**

.../...

- 2 - Compete ao Conselho de Ministros:



.../...

- d) Fixar, nos termos da lei, as regras de classificação e controlo de circulação dos documentos oficiais e de credenciação das pessoas que devem ter acesso aos documentos classificados.

#### Artigo 16º

##### **Competências de coordenação**

.../...

- 3 - Compete ainda ao Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna:

.../...

- c) Estabelecer com o Secretário -Geral do Sistema de Informações da República Portuguesa mecanismos adequados de cooperação institucional de modo a garantir a partilha de informações, com observância dos regimes legais do segredo de justiça e do segredo de Estado, e o cumprimento do princípio da disponibilidade no intercâmbio de informações com as estruturas de segurança dos Estados membros da União Europeia;.

.../...

### **(PORT 896) COMISSÃO DE DESCLASSIFICAÇÃO DO ARQUIVO HISTÓRICO-DIPLOMÁTICO DO MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS**

Portaria Nº 896/2004, de 22 de Julho

Considerando que o Arquivo Histórico-Diplomático conserva um valioso acervo documental, sendo constante o tratamento de matérias sensíveis do domínio político-diplomático pelos serviços do Ministério dos Negócios Estrangeiros;

Atendendo ao crescente interesse público no acesso àquela documentação e, neste contexto, à necessidade de transparência do serviço prestado aos utentes do referido Arquivo;

Tendo em conta que a segurança das matérias classificadas se afigura crucial para a eficiente prossecução das atribuições do Ministério dos Negócios Estrangeiros, sendo por isso necessário consolidar a base legal da comissão encarregue do respectivo tratamento;

#### Artigo 4º

##### **Atribuições da Comissão**

.../...

- c) Avaliar e dar parecer sobre quais os documentos que devem permanecer classificados nos termos da lei.

#### Artigo 5º

##### **Desclassificação**

.../...

- 2 - Só a Comissão pode desclassificar e abrir à consulta pública os documentos classificados conservados no Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

- 3 - Os documentos classificados conservados no Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros manterão essa qualidade enquanto não decorrerem 30 anos sobre a sua elaboração.

.../...

- 5 - Não serão desclassificados os documentos, mesmo que elaborados há mais de 30 anos, que:

- a) Sejam susceptíveis de pôr em risco ou causar danos à segurança interna ou externa do Estado Português ou às relações por este mantidas com outros sujeitos de direito internacional;
- b) Respeitem a organizações internacionais, particularmente de defesa, de que Portugal seja membro;

.../...

#### Artigo 6º

##### **Acesso aos documentos classificados ou com menos de 30 anos**

- 1 - A Comissão pode autorizar o acesso a documentos classificados ou com menos de 30 anos a quem comprove, por qualquer meio idóneo, a qualidade de investigador ou, não o sendo, demonstre por escrito o interesse histórico-científico da sua pesquisa, após a obtenção da necessária credenciação junto do Gabinete Nacional de Segurança, nos termos do Decreto-Lei nº 217/97, de 20 de Agosto.

.../...



**Artigo 9º**

**Recurso**

Do acto que negue acesso a documentação classificada cabe recurso para o secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, sem prejuízo de outras vias de recurso a que os requerentes tenham eventualmente direito nos termos da lei.

**(RAR) ELEIÇÃO DE DOIS MEMBROS PARA A COMISSÃO PARA A FISCALIZAÇÃO DO SEGREDO DE ESTADO**

Resolução da Assembleia da República Nº 50/2000, de 18 de Maio

A Assembleia da República resolve, na reunião plenária de 18 de Maio, nos termos do nº 5 do artigo 166º da Constituição e do nº 3 do artigo 13º da Lei nº 6/94, de 7 de Abril, designar para a Comissão para a Fiscalização do Segredo de Estado os seguintes membros:

Jorge Lacão Costa (PS).

João Bosco Soares Mota Amaral (PPD/PSD).

Aprovada em 18 de Maio de 2000.

**(RDM) REGULAMENTO DE DISCIPLINA MILITAR**

Lei Orgânica Nº 2/2009, de 22 de Julho

**Artigo 4º**

**Conteúdo da disciplina militar**

A disciplina militar consiste no cumprimento pronto e exacto dos deveres militares decorrentes da Constituição, das leis e dos regulamentos militares, bem como das ordens e instruções dimanadas dos superiores hierárquicos em matérias de serviço.

**Artigo 7º**

**Infracção disciplinar**

Constitui infracção disciplinar o facto, comissivo ou omissivo, ainda que negligente, praticado em violação de qualquer dos deveres militares.

**Artigo 11º**

**Deveres gerais e especiais**

- 1 - O militar deve, em todas as circunstâncias, pautar o seu procedimento pelos princípios da ética e da honra, conformando os seus actos pela obrigação de guardar e fazer guardar a Constituição e a lei, pela sujeição à condição militar e pela obrigação de assegurar a dignidade e o prestígio das Forças Armadas, aceitando, se necessário com sacrifício da própria vida, os riscos decorrentes das suas missões de serviço.
- 2 - São deveres especiais do militar:
  - a) O dever de obediência;
  - b) O dever de autoridade;
  - c) O dever de disponibilidade;
  - d) O dever de tutela;
  - e) O dever de lealdade;
  - f) O dever de zelo;
  - g) O dever de camaradagem;
  - h) O dever de responsabilidade;
  - i) O dever de isenção política;
  - j) O dever de sigilo;
  - l) O dever de honestidade;
  - m) O dever de correcção;
  - n) O dever de apurmo.

**Artigo 21º**

**Dever de sigilo**

O dever de sigilo consiste em guardar segredo relativamente a factos e matérias de que o militar tenha ou tenha tido conhecimento, em virtude do exercício das suas funções, e que não devam ser revelados, nomeadamente os referentes ao dispositivo, à capacidade militar, ao equipamento e à actividade operacional das Forças Armadas, bem como, os elementos constantes de centros de dados e demais registos sobre o



pessoal que não devam ser do conhecimento público.

**(SEGNAC 1) INSTRUÇÕES PARA A SEGURANÇA NACIONAL, SALVAGUARDA E DEFESA DAS MATÉRIAS CLASSIFICADAS**

Resolução do Conselho de Ministros N.º 50/88, de 3 de Dezembro

**3.2.1 - Graus de classificação de “Muito secreto”**

O grau de classificação de «Muito secreto» é limitado a informações, documentos e materiais que necessitem do mais elevado grau de protecção.

Deve ser aplicado unicamente às matérias cujo conhecimento ou divulgação por pessoas não autorizadas possa implicar consequências excepcionalmente graves para a Nação ou nações aliadas ou organizações de que Portugal faça parte, em virtude de:

- Conduzirem a situações que possam afectar as condições de defesa do País, dos seus aliados ou os altos interesses da Nação ou de nações aliadas ou de organizações de que Portugal faça parte;
- Comprometerem a segurança da Nação ou de nações aliadas ou a segurança de assuntos de carácter técnico ou científico de alto interesse nacional, ou aliado ou ainda de organizações de que Portugal faça parte.